

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – PUC GO
MESTRADO EM HISTÓRIA

EDNA CÂNDIDA DA SILVA

**A BIBLIOTECA, O LIVRO E AS NOVAS TECNOLOGIAS: PRÁTICAS
DE LEITURA, MEMÓRIAS E CONHECIMENTO.**

GOIÂNIA
2014

EDNA CÂNDIDA DA SILVA

**A BIBLIOTECA, O LIVRO E AS NOVAS TECNOLOGIAS: PRÁTICAS
DE LEITURA, MEMÓRIAS E CONHECIMENTO.**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre do Programa de Pós-graduação *Strito Sensu* em História Cultural da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Nunes Ferreira Neto.

GOIÂNIA
2014

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

Silva, Edna Cândida da.

S586b A biblioteca, o livro e as novas tecnologias [manuscrito]
: práticas de leitura, memórias e conhecimento / Edna Cândida da
Silva. – Goiânia, 2014.
98 f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade
Católica de Goiás, Programa de Mestrado em História
Cultural, 2014.

“Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira
Neto”.

Bibliografia.

1. Bibliotecas. 2. Memória. 3. Livros. 4. Inovações
tecnológicas. I. Título.

CDU

028.1(043)

DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM HISTÓRIA DEFENDIDA EM
16 (DEZESSEIS) DE DEZEMBRO DE 2014 (DOIS MIL E
QUATORZE) E aprovada PELA BANCA EXAMINADORA.

1) Dr^a. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto / (Presidente) PUC Goiás

Maria Cristina Nunes Ferreira Neto

2) Dr. Eduardo Gusmão de Quadros / (Membro) PUC Goiás

Eduardo Gusmão de Quadros

3) Dr. Cristiano Alexandre dos Santos / (Membro) UEG

Cristiano Alexandre dos Santos

Dedico esta dissertação a Deus, que me deu forças, a Camila e Daniela, minhas filhas que são o motivo do meu esforço e dedicação, por serem elas a razão do meu existir.

A minha mãe, Juversina Maria Divino (*in memoriam*), pelo exemplo de força de vontade que nunca lhe faltou.

E a minha orientadora que ao longo da elaboração desta dissertação se mostrou uma excelente pessoa e uma competente profissional

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação tem um tempo certo para acontecer. Esta aconteceu no tempo de Deus, quando Ele quis me deu a oportunidade, fazendo com que encontrasse em meu caminho pessoas maravilhosas a quem agradeço:

Minha orientadora Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Nunes Ferreira Neto, que aceitou me orientar contribuindo com seu saber, sua paciência, sua dedicação e com a preocupação em me apontar caminhos e recursos fundamentais para que esse trabalho fosse estruturado e realizado; o meu coordenador Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros, que me acolheu me dando oportunidade para realizar meu projeto e sempre que solicitado foi atencioso, cuidadoso e diligente para comigo; a Prof.^a Dr.^a Renata Nascimento, por aceitar ler meu trabalho e contribuir para o aperfeiçoamento do mesmo e ao Prof. Dr. Cristiano Alexandre dos Santos, por contribuir compondo a banca examinadora. Agradeço também a atenção, cordialidade e simpatia que a secretária Camilla DI Ribeiro, sempre me dispensou. A qualidade expressa nesta dissertação se deve a existência de vocês, muito obrigada.

No nascimento da ideia de cursar este mestrado tive incentivos e críticas, os incentivos me animaram as críticas me impulsionaram. Agora ao olhar o teclado, sinto que não consigo trazer à lembrança todas as pessoas queridas que gostaria de registrar, mas algumas estão sempre em minha mente; meu pai, José Divino, que com toda simplicidade de seus 82 anos, mesmo sem entender o porquê de tanto esforço em estudar história cultural, sempre me disse: tenha fé em Deus que você conseguiu.

Minhas filhas, Camila e Daniela, que sempre serão importantes e fundamentais em minha vida; meu irmão Edson Cândido da Silva que mesmo distante se faz presente. E em especial agradeço a Cláudia Regina Ribeiro Rocha, por sua benevolência para comigo; aos meus colegas de trabalho e do Programa de Pós-graduação em História Cultural pelo convívio e pelas conversas agradáveis, sejam sobre assuntos acadêmicos ou não. Cada um à sua maneira, de forma direta ou indireta contribuiu para a realização desse trabalho, colaborando para minha formação, assim sendo deixo aqui meu muito obrigado.

A Deus, meu agradecimento pela minha existência, saúde e por minha vontade de vencer. Sem a força e proteção Dele, eu nada seria.

“A história de uma biblioteca é como os livros raros, contam histórias que não tem fim...”

(SCHWARCZ, 2002, p. 463)

RESUMO

Esta pesquisa ressalta a forma como a biblioteca vem se estabelecendo historicamente graças as mudanças constituídas pelas novas tecnologias da informação e comunicação. Este estudo procurou compreender como a Biblioteca foi instituída e as transformações ocorridas, visando fazer uma constatação histórica cultural sobre a coexistência das histórias ambientadas numa biblioteca, como: história da escrita, história do livro - sua invenção e destruição -, história da leitura, da própria biblioteca e da tecnologia. O primeiro capítulo apresenta um estudo histórico descritivo acerca da instituição biblioteca como espaço de memória, leitura e conhecimento. A destruição da memória voluntaria ou por desastres naturais, causaram a devastação cultural. O surgimento da leitura, um entendimento de como a leitura se desenvolveu e suas diferentes formas. E a biblioteca como cenário do conhecimento no atual contexto informacional, marcado claramente pelo uso intensivo das tecnologias. O segundo capítulo traz um relato da história do livro, seu início, quando era caligrafado página por página até as atuais tecnologias, dando continuidade com o livro digital. E a questão, se o livro impresso sobreviverá ao digital diante das inovações tecnológicas da atualidade. O terceiro capítulo descreve a escrita e a biblioteca, as práticas de leitura e da escrita na contemporaneidade, a biblioteca digital e suas particularidades. Com a exposição da história da primeira biblioteca no Brasil. Uma revisão do entendimento de biblioteca como um simples depósito de livros para o de um espaço de dinamização da informação em formato impresso e digital, com memória, leitura e conhecimento.

Palavras-chave: Biblioteca. Memória, Leitura e conhecimento. Livro. Novas Tecnologias.

ABSTRACT

This study highlights how the library has established itself historically through the changes incorporated by the new technologies of information and communication. This study has sought to understand how the Library was established and the transformations taking place, aiming to make a cultural statement about the historical coexistence of stories set in a library, such as story writing, history of the book and destroying its invention, history of reading, itself library and technology. The first chapter presents a historical descriptive study about the institution's library as memory space, reading and knowledge. The destruction of memory voluntary or natural disaster, caused the cultural devastation. The emergence of reading, an understanding of how reading developed and their deferent ways. And the scenery library of informational knowledge in the current context, clearly marked by the intensive use of technology. The second chapter gives an account of the history of the book, his first, when he was calligraphic page by page by current technologies continuing with the digital book. And the question, if the printed book survived the digital face of technological innovations of today. The third chapter describes the writing and the library, the practices of reading and writing in contemporary digital library and its peculiarities. A review of the understanding of the library as a simple deposit books for an area of streamlining of information in print and digital format, with memory, reading and knowledge.

Keywords: Library. Memory, reading and knowledge. Book. New Technologies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	18
1 A BIBLIOTECA COMO ESPAÇO DE MEMÒRIA, LEITURA E CONHECIMENTO	18
1.1 A MEMORIA DESTRUIDA	20
1.2 O SURGIMENTO DA LEITURA	29
1.3 DIFERENTES FORMAS DE LEITURA	32
1.4 A BIBLIOTECA COMO CENÁRIO DO CONHECIMENTO	34
CAPITULO II	41
2 O LIVRO E AS NOVAS TECNOLOGIAS	41
2.1 A CONTINUIDADE DO LIVRO	43
2.2 LIVRO DIGITAL.....	50
2.3 A SOBREVIDA DO LIVRO IMPRESSO	58
2.4 O LIVRO NO CENÁRIO DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS DA ATUALIDADE: DEBATES E DEFESAS.....	63
CAPÍTULO III	68
3 A ESCRITA E A BIBLIOTECA: HISTÓRIA E PRÁTICAS DE LEITURA	68
3.1 A PRÁTICA DA ESCRITA DA HISTÓRIA	70
3.2 A BIBLIOTECA NA CONTEMPORANEIDADE	75
3.3 A BIBLIOTECA DIGITAL E SUAS PARTICULARIDADES	79
3.4 PRIMEIRA BIBLIOTECA NO BRASIL	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90

INTRODUÇÃO

As transformações tecnológicas não são um fato novo nas bibliotecas. No passado, as bibliotecas eram repletas de livros grandes e pesados com acesso restrito. Com o decorrer do tempo, a biblioteca passou a ser fornecedora de informação em diferentes formatos, com acesso aberto.

A biblioteca e as novas tecnologias da informação e comunicação¹ têm mudado extraordinariamente o mundo em que vivemos inclusive a cultura. “Cada mudança da tecnologia transformou o panorama da informação, e prossegue num ritmo que parece incontrolável e incompreensível” (DARNTON, 2010, p. 41).

A explosão da informação em nossa volta se apresenta com tamanho furor, numa impressionante velocidade nos forçando a encarar alguns problemas basilares: “como nos orientarmos neste novo panorama? Por exemplo: o que será das bibliotecas de pesquisa diante de maravilhas tecnológicas como o Google?” (DARNTON, 2010, p. 39). E, conseqüentemente, a questão, o livro impresso sobrevivera ao digital?

Para entender um pouco dessa problemática Darnton (2010, p. 40) analisa a história dos modos de transmitir a informação, afirmando que “houve quatro mudanças fundamentais na tecnologia da informação desde que os humanos aprenderam a falar”.

Em um dado momento, perto de 4000 a.C., a humanidade teria apresentado a primeira mudança, qual seja, o surgimento da escrita, que se tornou um avanço tecnológico muito importante para a humanidade, pois transformou a relação do ser humano com o passado, abrindo caminho para o aparecimento daquilo que seria uma força histórica, o livro.

O aparecimento do livro induziu a segunda mudança tecnológica, substituiu o pergaminho pelo códice, livro com páginas que são viradas, se opondo aos rolos de papiro que eram desenrolados. Logo no início da era cristã (século I d.C.), se tornou

¹Tecnologia da informação e comunicação (TIC) pode ser definida como um conjunto de recursos tecnológicos, utilizados de forma integrada, com um objetivo comum. As TICs são utilizadas das mais diversas formas, na indústria (no processo de automação), no comércio (no gerenciamento, nas diversas formas de publicidade), no setor de investimentos (informação simultânea, comunicação imediata) e na educação (no processo de ensino aprendizagem, na Educação a Distância). Disponível em: <<http://www.infoescola.com/informatica/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/>>. Acesso em: 03 set. 2014.

fator decisivo para a difusão do cristianismo, a experiência da leitura, a astúcia dos leitores se tornarem capazes de folhear um texto proferido, passando a introduzir palavras diferentes, separadas por espaços, parágrafos e capítulos, e também sumários, índices e outros subsídios à leitura.

A terceira mudança aponta Darnton (2010), se deu por volta de 1450 quando o códice foi mudado pelo invento da impressão com tipos móveis. A invenção de Gutenberg se difundiu de forma avassaladora, deixando o livro ao alcance de um número cada vez maior de leitores devido às melhorias na alfabetização, educação e promoção da palavra impressa, com panfletos e jornais, com a democratização permitindo o aparecimento de um público de massa na segunda metade do século XIX.

A quarta mudança, a informática, a comunicação eletrônica, aconteceu recentemente com a revolução da informática. Por volta de 1974, a internet foi desenvolvida a partir de tentativas anteriores com a comunicação entre redes de computadores. Uma ferramenta de comunicação entre físicos, a Web teve seu começo em 1991. Websites e mecanismos de busca tornaram-se comuns na metade da década de 1990.

Desde então se sucederam nomes que mudaram a comunicação eletrônica para uma experiência cotidiana: Gopher, Mosaic, Netscape, Internet Explorer, e Google, fundado 1998. Disposta dessa forma, a velocidade das mudanças é de tirar o fôlego: da escrita ao códice foram 4300 anos; do códice aos tipos móveis, 1150 anos; dos tipos móveis à internet, 524 anos; da internet aos buscadores, dezessete anos; dos buscadores ao algoritmo de relevância do Google, sete anos; e quem pode imaginar o que esta por vir no futuro próximo? (DARNTON, 2010, p. 41).

Darnton (2010) argumenta que é difusa a abrangência das transformações tecnológicas, o que generaliza a noção de que estamos numa nova era da informação. Enfatiza a possibilidade de chegar a um panorama, não de mudança, mas de continuidade no que diz respeito à natureza da informação, à instabilidade própria dos textos. O autor afirma, ainda, que “todas as eras foram uma era da informação, cada uma a sua maneira, e que a informação sempre foi instável” (DARNTON, 2010, p. 41).

O autor sublinha que a questão da estabilidade textual coloca uma perspectiva de oposição, pois a informação é produzida de modo a se dispersar no

tempo e no espaço, e as bibliotecas, por outro lado, ao longo da História, foram lugares ou instituições que combatiam essa dispersão. A obtenção de seus serviços ficava limitada aos membros da comunidade que tinham acesso presencial a ela. Com o surgimento da Internet, os serviços das bibliotecas evoluíram de forma avassaladora. O papel das bibliotecas de pesquisa na era da internet possibilita que o conhecimento seja geral, atingindo maior número de usuários através dos computadores e internet, ambos, revoluções no campo da leitura.

Darnton (2010, p. 50) relata que, “para estudantes dos anos 1950, as bibliotecas pareciam cidadelas do Saber”. Capas duras embalavam o conhecimento, e uma grande biblioteca se propunha conter esse conhecimento integralmente. Conhecimento, este, que era organizado em categorias padrão, que podiam ser localizados em catálogos de fichas e nas páginas dos livros.

Em quase todas as universidades, a biblioteca ficava no centro do campus. Era o Prédio mais importante, um templo delimitado por colunas clássicas, onde a leitura era feita em silêncio: nada de barulho, nada de comida, nenhuma perturbação, no máximo um olhar furtivo para uma paquera em potencial curvada sobre um livro em contemplação silenciosa. (DARNTON, 2010, p. 50-51).

Atualmente alguns estudantes ainda reverenciam as bibliotecas, contudo, em algumas dessas, as salas de leituras estão quase sempre vazias. O educando, em grande parte, realiza suas pesquisas em seus próprios computadores ou em seus celulares, entende que o conhecimento está *online*, não em bibliotecas, e sabe também que as mesmas não contêm todo o conhecimento entre suas paredes, quão infinita é a informação que se distende por toda parte pela internet, e para buscá-la não é preciso um catálogo de fichas e sim um mecanismo de busca. Mas isso, contudo, afirma Darnton (2010, p. 51) pode ser um grande engano, ou de um modo prático, é plausível articular algo de bom a respeito de ambas as visões: “a biblioteca como uma cidadela e a internet como espaço aberto”.

Essas novas concepções e práticas relacionadas ao uso da biblioteca advindas da revolução da informática nos levam a repensar também as práticas da leitura. A leitura, ao longo do tempo, passou por vários caminhos. Seu primeiro papel foi o da oralidade, seguido do invento da leitura silenciosa na Grécia Antiga; e, atualmente, a leitura pronuncia-se com os mais variados processos de circulação, notadamente e em especial, com a mídia eletrônica (CAVALLO; CHARTIER, 1998).

A leitura popularizou-se no século XIX e tornou-se cada vez mais comum entre as pessoas, resultado de um maior acesso aos livros pela população (ZILBERMAN, 2001). Mas, segundo Chartier (2007), no século XVI já existiam livros populares na Europa. De acordo com Pinheiro e Moreira (2010) a instrução da leitura chega ao século XX permeada por concepções teóricas e pedagógicas que assinalaram a história da leitura. Os autores afirmam ainda que na segunda metade do século XX diferentes formas de leitura foram potencializadas primordialmente pelas novas tecnologias.

Este contexto, reforçado e mais eficaz das tecnologias, pode ser útil para repensar a convicção de que a rapidez das mudanças tecnológicas nos lançou a uma nova era, na qual a informação saiu inteiramente de controle, forçando um novo conceito de informação, assumindo a forma de fatos objetivos ou motivos principais da realidade concluída para serem exploradas em jornais, arquivos e bibliotecas. São mensagens continuamente modificadas em sua tecnologia de propagação. “Em vez de lidar com documentos fixos e estabelecidos, precisamos lidar com textos múltiplos, mutáveis” (DARNTON, 2010, p. 47).

Segundo Manguel (2012), muito se discute sobre o futuro das bibliotecas e dos livros, da leitura, do conhecimento e do saber possibilitado pelas tecnologias. Estudos² especulam as possibilidades diante de novos suportes de leitura, tais como a especulação se o livro impresso sobreviverá aos digitais, assim como outrora a invenção da imprensa forjou o romance e a popularização das revistas e jornais? Estes e outros questionamentos se fazem presentes na contemporaneidade e, é nesse sentido que se procura analisar de que forma as ferramentas próprias das novas tecnologias estão sendo utilizadas para a criação de textos literários diferentes do texto impresso, a chamada literatura digital. Esse cenário de possibilidades e também baseando nas premissas de Fischer (2006), ficou-nos evidente a importância de analisar os principais conceitos que orientam a prática de leitura na biblioteca, refletindo novos modelos que possam redirecionar as práticas leitoras visando à qualidade da informação e um ambiente mediador e acolhedor de leitores e pesquisadores (FISCHER, 2006).

² A exemplo, os estudos sobre “Letramento e novos suportes de leitura e escrita”, realizados por Ribeiro (2005, p. 31) apontam que os materiais usados para ler e escrever mudam em função das demandas do leitor [...], o suporte para leitura se moderniza, passando das cópias das Escrituras Sagradas em placas de cera para o registro em pergaminho, papiro e papel, até chegar aos meios digitais da atualidade [...]. À medida que o suporte para leitura evolui, o leitor também se modifica.

A leitura na biblioteca evoluiu e foi retratada historicamente em três períodos fundamentais: primeiramente, as bibliotecas tradicionais, seguida das bibliotecas modernas ou automatizada e, na atualidade, existem as bibliotecas do futuro, aquelas que empregam largamente a tecnologia eletrônica, sistemas, dispositivos, processos ou modo de representação digital (OHIRA; PRADO, 2002).

Castro (2006) estabelece a biblioteca como um recinto abrangente na preservação da memória com o papel predominante de salvaguardar e disseminar o passado, o conhecimento e a identificação de um povo. A biblioteca é defendida por esse autor como espaço de amparo e conservação das fontes de conhecimento produzido no passado, e também como uma percepção mais intensa da atualidade. Tendo as tecnologias como recurso auxiliar na recuperação e produção de informações, sem, contudo conferir-lhes valores ilusionistas (CASTRO, 2006).

O armazenamento do conhecimento evidencia o papel da biblioteca como parte integrante de informação que reúne saberes com a finalidade de oferecer apoio e desenvolvimento de programas de ensino e a realização de pesquisas produzindo conhecimento (AREND, 2005).

Vale ressaltar que o conhecimento é fruto de várias mudanças tecnológicas, na sua maioria, testemunhadas pela geração nascida em meados do século XX. Essa geração, segundo Spalding (2012), na atualidade ocupa os bancos universitários, são redatores de jornais e revistas, assumem diretorias de grandes empresas, enfim, são profissionais que se formaram lendo livros impressos, e agora, grande parte desses, apresenta certa resistência à utilização de novos suportes para a leitura. Mas, assinala o autor que uma transposição para a história da leitura, pode-se dizer que são as técnicas de reprodução da leitura que inventaram o leitor, significando que os suportes digitais de leitura não são arranjos unicamente para a geração habituada com os textos impressos, mas causam o surgimento de um novo leitor acostumado com as novas tecnologias. A geração de leitores do livro impresso é advertida de que ele, o livro, não é mais a única forma de leitura, de educação ou prática de conhecimento (SPALDING, 2012).

A tecnologia aplicada à biblioteca foi recebida pela maioria dos leitores como facilitadora e útil à difusão e ao acesso à informação. A introdução das novas tecnologias nas bibliotecas foi pouco a pouco incorporada às suas atividades, acarretando mudanças na maneira de fornecer produtos e serviços informacionais aos seus usuários (CUNHA, 2008).

Para Fischer (2006) a sociedade contemporânea requer uma assimilação da informação como uma das maneiras de ter, em sua totalidade, o conhecimento, sendo a leitura um fator predominante neste contexto; pois uma vez que as pessoas habituadas à leitura poderão ser entendidas como aptas a se inserirem nos horizontes veiculados em textos mais críticos. Por isso a leitura passa a exercer uma grande influência na construção da identidade do leitor. Zilberman (2001) defende que quando as pessoas se envolvem com a leitura, enxergam o mundo com os olhos do outro. E são consideradas pessoas capazes de atualizar, a qualquer tempo, os conhecimentos obtidos no processo de educação formal e dar prosseguimento, de forma autônoma, ao aprendizado ao longo da vida. A leitura é que possibilita descobrir o conhecimento e através dela constituir uma sociedade com a consciência de seus direitos e de seus deveres; permitindo obter uma melhor visão de mundo e de si mesmos (SOUZA, 2008-2009).

Portanto, a pretensão dessa pesquisa foi realizar e apresentar um estudo histórico e bibliográfico acerca da institucionalização da biblioteca, ressaltando a forma como ela vem se estabelecendo ao longo de sua existência; enfocando-a como cenário e suporte para a preservação e circulação do conhecimento. Procurou investigar a aplicação das novas tecnologias da informação e comunicação e como livro eletrônico foi aos poucos inserido nas bibliotecas. E, também, compreender como o livro digital, instituído como expediente da informática, aparece contrapondo a história de cinco séculos da supremacia do livro impresso, modificando seu formato físico, sua criação e seus modos de usar.

Este estudo procurou compreender como a Biblioteca foi instituída e as transformações ocorridas, visando fazer uma constatação histórica cultural sobre a coexistência das histórias ambientadas numa biblioteca, como: história da escrita, história do livro sua invenção e destruição, história da leitura, da própria biblioteca e da tecnologia. Acreditamos que esse estudo é relevante, pois permite observar como a biblioteca tem se instituído, transformado e melhorado nestes últimos anos graças à aplicação das novas tecnologias.

Esse estudo sobre bibliotecas e a interface com as novas tecnologias, suas aplicações e adequações, quer mostrar a nova visão de biblioteca em decorrência da evolução histórica, cultural e tecnológica. Pretende trazer uma contribuição com um panorama histórico, o que creio ser um dos campos mais vitais das ciências humanas, qual seja, a história da biblioteca, da leitura, do livro e do conhecimento.

E, também, Versignassi (2010) nos dá a percepção de que uma grande maioria de leitores ainda prefere o livro impresso ao livro digital.

Esta pesquisa procurou ressaltar a forma como a biblioteca vem se estabelecendo historicamente graças as mudanças constituídas pelas novas tecnologias da informação e comunicação. O primeiro capítulo apresenta um estudo histórico descritivo acerca da instituição biblioteca como espaço de memória, leitura e conhecimento. Também buscou mostrar a destruição da memória, seja voluntaria ou por desastres naturais, que causaram a devastação cultural. E ressalta o surgimento da leitura e como esta se desenvolveu em suas diferentes formas. E, ainda, evidencia a biblioteca como cenário do conhecimento no atual contexto informacional, marcado claramente pelo uso intensivo das novas tecnologias.

O segundo capítulo traz um relato da história do livro, seu início, quando era caligrafado página por página até as atuais tecnologias, dando continuidade com o livro digital. Procura discutir a problemática da sobrevivência do livro impresso ao digital, diante das inovações tecnológicas da atualidade.

O terceiro capítulo retoma a biblioteca e a escrita, enfatizando as práticas de leitura e escrita na contemporaneidade com a biblioteca digital, destacando alguns pontos da história da primeira biblioteca no Brasil no século XIX.

CAPÍTULO I

1 A BIBLIOTECA COMO ESPAÇO DE MEMÓRIA, LEITURA E CONHECIMENTO

Uma análise da biblioteca denota-a como lugar de memória, produção, conservação e circulação de conhecimento.

Revela também as diferentes formas de criação e destruição desse espaço de memória em distintas sociedades, bem como as diferentes estratégias de preservação de seus acervos.

Advoga-se a biblioteca como espaço de guarda e conservação de materiais documentais produzidos no passado, como fontes de conhecimento para uma percepção mais profunda do presente e o bibliotecário, por sua vez, como guardião dos livros que conduzem o conhecimento.

As tecnologias são colocadas em foco, como uma solução assistente na recuperação de informações produzidas no passado, sem, atribuir-lhes valores mágicos, pois o controle da memória significa o controle do saber e consequentemente do poder (SCHWARCZ, 2002).

Eco e Carrière (2010) estudiosos que pontuam que a aceleração tecnológica coopera para a extinção da memória e afirmam que este é, provavelmente, um dos problemas mais penosos de nossa civilização. De um lado, inventamos vários instrumentos para salvaguardar a memória, todas as formas de registros, de possibilidades de transportar o saber; o que é um benefício considerável em relação à época em que era indispensável recorrer a mnemotécnicas, a técnica para lembrar, pura e simplesmente porque não era possível ter à sua disposição tudo que convinha saber. “Os homens então só podiam confiar em sua memória” (ECO; CARRIÈRE, 2010, p. 24-25).

Por outro lado, independentemente da natureza perecedora dos aparelhos eletrônicos, que de fato constitui problema, também devemos reconhecer que não somos indiferentes diante dos objetos culturais que produzimos afirmam os autores.

A preocupação é que diante da ação efêmera dos suportes não duráveis, algo que assinala a presente flexibilidade de armazenagem e circulação social das informações faz com que Eco e Carrière (2010) ponderem a falta de solidez dos suportes modernos, a implacável e rápida obsolescência dos dispositivos tecnológicos, entre outras coisas, são agravantes que já podem ser considerados

como uma “crise da durabilidade” em relação às memórias particulares, pessoais. Tudo isso se demonstra diante da incerteza quanto à acessibilidade posterior aos dispositivos de apoio, seja pela renovação e evolução dos mesmos, algo que gera superação e esquecimento implacáveis, seja pela disponibilidade de expediente energética para movimentá-los num tempo vindouro a cada dia menos pós-apocalíptico (ECO; CARRIÉRE, 2010, p. 220).

Os documentos armazenados em bibliotecas, arquivos e museus, manuscritos e impressos, contribuem para o resgate e a produção de memórias perdidas em papéis nem sempre conservados, trazendo ao conhecimento público as migalhas de informações que foram desgastadas pelo tempo. Assim, dificulta-se a instalação de um corpus textual sobre o conjunto de práticas e saberes construídos por homens e mulheres do passado. Nesse sentido, diz Nora (1993, p. 22) que é necessário criar e conservar arquivos, assim como comemorar aniversários, preservar monumentos, santuários e demais lugares onde se ancora e se exprime a memória coletiva.

A constituição, preservação e valorização dos espaços de memória dão sua contribuição para que, no futuro, não se estabeleça, como contraponto à sociedade do conhecimento. A sociedade do esquecimento, cujo presente será descontínuo e sem sentido para a memória humana. Mas, como afirma Castro (2006), são as palavras, expressões, riscos e rabiscos das materialidades textuais do passado que dão corpo e sentido ao presente, a partir dos enunciados, das práticas discursivas que decorrem das séries documentais colocadas em caixas, armários e estantes de arquivos e bibliotecas. “Entretanto, vale lembrar que os lugares de memória não são espaços de recolhimento da poeira dos enunciados, mas constituem o espaço em que ocorre a ressurreição de uma multiplicidade de enunciados oferecidos ao tratamento e à manipulação” (FOUCAULT, 2004, p. 147).

A preservação e a conservação de papéis como agregação de memória têm sido objeto da ação de homens e mulheres desde a sua mais longínqua existência. Contudo, na mesma proporção o poder de destruição dos lugares de memória, arquivos, bibliotecas e museus, tem ocupado espaço em todas as sociedades, por motivos políticos, ideológicos ou religiosos (CASTRO, 2005).

Os casos de destruição de espaços de memória não são obras da falta de saber ou da falta de consciência, mas sim de homens que, “sob pressão de mitos apocalípticos”, como afirma Báez (2006, p. 27), extinguem documentos, que não são

apenas artifícios físicos, mas veículos de memória: “esse vínculo prestigioso entre livro e memória faz com que um texto deva ser visto como peça-chave do patrimônio cultural de uma sociedade, de toda a humanidade” (BÁEZ, 2004, p. 24).

As reconstituições de memórias são conseqüentemente uma perspectiva, demanda do historiador e também do leitor, uma posição quanto às infinitas leituras possíveis do passado a partir dos diversos sistemas de referência. Não é possível (re)construir sentidos sem levar em conta a pluralidade de perspectivas originárias da memória, que tem a pretensão de ser fiel ao passado. Essa pretensão não se sustenta, pois a revelação do passado através da memória defende um testemunho. Devido essas particularidades, na memória torna importante não apenas o conteúdo, mas, sobretudo a forma dos conteúdos que ela pode revelar (DIEHL, 2002).

Assim sendo, os espaços de memória, físicos ou simbólicos, pelo poder de representação que contêm, colaboram para a compreensão do presente a partir do passado, trazendo, assim, esperanças de delineamentos do futuro (BURKE, 2003). Por outra passagem, esses lugares apenas se tornam plenamente significativos quando seus leitores/usuários passam a se apropriar das informações ali conservadas. E é nisso que, segundo Castro (2006), reside à possibilidade de sua permanência ou de sua destruição, por trazerem em seus muros e estantes o registro de memórias, tempos, lugares e concepções.

Transformações têm dado significado ao papel das instituições de memória, levando-as a modificar suas táticas de catalogação e classificação, como maneira de agilizar o acesso a fontes documentais (VIDAL, 2000, p. 33). Essas fontes, como afirma a historiadora, têm sido emudecidas pela dificuldade que os leitores têm de retirá-las das profundezas das estantes e para dar vida e voz a atores sociais que a história dominadora conservou esquecidos: vadios, mulheres, crianças pobres e enjeitadas, negros, homossexuais, loucos, operários e outros avaliados de pouca relevância e significação para a história oficial (PERROT, 1992).

Concluimos que, entre os estabelecimentos que abrangem a preservação da memória, a biblioteca tem um papel predominante na preservação e disseminação do passado e, conseqüentemente, da identidade de um povo (CASTRO, 2006).

Entendemos que a biblioteca guarda e preserva materialmente a memória de um povo, possibilitando recuperá-la quando necessário.

1.1 A MEMÓRIA DESTRUÍDA

O século XX vivenciou a expansão dos estudos sobre a memória, tendo a biblioteca, como patrimônio cultural que é capaz de estimular a memória como vínculo histórico, com preocupação em promover a sua preservação. A ideia de protegê-la começou por volta de 1901, com estratégias criadas a partir de várias comissões e conferências que visavam estabelecer critérios de conservação da memória como patrimônio cultural. Mas também foi assinalado por desastres naturais de toda espécie: incêndios, terremotos, inundações, maremotos, furacões, tornados e vulcões. Todos eles, um a um, destruíram memórias e causaram devastação cultural.

Báez (2004) afirma que ao destruir livros se destrói a memória, pois nesta história de destruição de livros se observará que a destruição voluntária causou o desaparecimento de 60% dos volumes. Os restantes 40% devem ser atribuídos a fatores heterogêneos, entre os quais se destacam os desastres naturais (incêndios, furacões, inundações, terremotos, maremotos, ciclones, monções, etc.), acidentes (incêndios, naufrágios, etc.), animais (como a traça, os ratos e os insetos), mudanças culturais (extinção de uma língua, modificação de uma moda literária) e os próprios materiais com os quais se fabricou o livro (a presença de ácidos no papel do século XIX está destruindo milhões de obras). Além disso, deve se perguntar quantos livros foram destruídos por não serem publicados, quantos livros em edições particulares foram perdidos para sempre, quantos livros deixados jogados na praia, no metrô ou no banco de um parque chegaram ao fim. É difícil responder a essas inquietações, mas o certo é que neste mesmo momento, quando você lê estas linhas, pelo menos um livro está desaparecendo para sempre (BÁEZ, 2004, p. 14-15).

Em janeiro de 1904, a Biblioteca Nacional Universitária de Turim foi incendiada, deixando destruídos preciosos manuscritos gregos, latinos e orientais, cerca de 2.500 textos, compreendendo escritos franceses e italianos. Todo o setor piemontês se transformou em cinzas. Volumes como o “Códice Teodosianus”, palimpsestos de Cícero, dentre muitos, ficaram inteiramente comprometidos. Um terremoto que durou 45 a 60 segundos, em 18 de abril de 1906, aboliu 28 mil edifícios da cidade de San Francisco matando setecentas pessoas. Um dos prédios era o da biblioteca da cidade, ilustre por conter manuscritos e peças singulares. A

consagrada San Francisco Law Library, fundada em 1865, foi apagada nessa catástrofe junto com 46 mil livros. Bud Werner Memorial Library, em 1910, ardeu com uma das coletâneas mais completas dos Estados Unidos. Em 1923, um terremoto fez desaparecer setecentos mil livros da biblioteca da Universidade Imperial de Tóquio: Nesta quantidade estavam incluídos os apontamentos de cidades e vilas japonesas do século XIX, registros do governo, uma sala sobre idiomas e religiões, as Salas Nishimura e Hoshino que continham textos de história e filosofia chinesa antiga. Em 1931 e repetidamente em 1972, um terremoto extinguiu a Biblioteca Nacional da Nicarágua, perdendo milhares de livros. O Tucker Memorial Hall da biblioteca da Escola de Leis de Lee e Washington University (1934) sumiu num incêndio que aniquilou 11 mil livros (BÁEZ, 2004).

Báez (2004) relata, ainda, que em 1937 as inundações nos Estados Unidos aboliram milhares de livros em Ohio, Virgínia Ocidental e Mississipi. A explosão de uma mina perdida ocasionou em 1940 a supressão de cinquenta mil livros da biblioteca da Universidade de Marburg. A Biblioteca Nacional do Peru, em Lima, (1943), abrasou-se queimando cem mil livros e quarenta mil manuscritos sobre a conquista, a época colonial e a independência sul-americana sumiram para sempre. A biblioteca do Seminário Teológico Judeu da cidade de Nova York, em 1966, se transformou em ruínas logo após um incêndio que varreu para sempre cerca de setenta mil livros e comprometeu mais de 150 mil.

O registro de desastres relatados por Báez (2004), não acaba aqui... O terremoto de 2003 em Bam, Irã, terminou com toda a cidade medieval e varreu uma grande quantidade de livros árabes que estava na biblioteca municipal. Faleceram por volta de quarenta mil pessoas nessa catástrofe. A guerra de 2003, que levou à destruição mais de um milhão de livros e 10 milhões de documentos da Biblioteca Nacional do Iraque, berço da Civilização Ocidental foi um verdadeiro genocídio cultural, em tempo real, e cujo efeito para as gerações futuras terão consequências irreparáveis. E não é impossível de acontecer, atualmente, ao ler um jornal ou o leitor ver pelas notícias na televisão, o acontecimento de outro acidente que acabou com milhares de livros. As falhas na prevenção, a falta de defesas eficazes contra a natureza, tornam complicado impedir grandes perdas (BÁEZ, 2004). Essas falhas, não são recentes aconteceram desde o início, com o aparecimento da leitura na Antiguidade.

1.2 O SURGIMENTO DA LEITURA

Para o entendimento de como a leitura se desenvolveu Cavallo e Chartier (1998) fazem um relato sobre o início da leitura, tudo começou na Babilônia, onde, atualmente, dessa cidade só restam ruínas na região Mesopotâmica do Egito. Seu povo foi o antecessor de muitos progressos da civilização como os ensinamentos preciosos da agricultura, arquitetura, comércio, astronomia, direito e escrita. Naquele local, nasceram as primitivas inscrições do que viria terminar com o nascimento de um exercício revolucionário, a leitura. Entretanto, o mais plausível é que sua invenção tenha se dado em vários lugares do mundo, ao mesmo tempo e de forma isolada a partir do período em que as ligações e a administração dos povos se tornaram mais complexa, além dos limites da memória.

A linguagem escrita utilizada depois da falada aconteceu com uma extensão fundamental de armazenamento da memória que, com isso, pôde sair dos limites do homem para estar inserida nos outros e nas bibliotecas. Significando que, além de ser falada ou escrita, existe na nossa memória uma linguagem sob a forma de armazenamento de informações (LE GOFF, 1990).

Com o tempo, a escrita tornou-se fundamental não somente como auxiliar da memória, mas ainda para materializar e não se dispersar. O Código de Hamurábi, datado do século XVIII a.C, foi o que atingiu os dias atuais de formato mais completo e representa bem, um tempo de bits passageiros, a importância da palavra incisada na resistência de uma rocha milenar (CAVALLO; CHARTIER, 1998).

Mas havia outros códigos entre os sumérios, que viveram entre 4000 a.C. a 1900 a.C. na Mesopotâmia. O Papiro, nascido no Egito por volta de 2500 a.C., é tido como a primeira base para a escrita. Era envolvido a uma vareta de madeira ou marfim para criar o rolo que seria usado na escrita. A leitura nesse rolo era muito diferente da leitura do livro que conhecemos atualmente. Os rolos, criados por causa da escrita e, naturalmente, por causa dela, foram essenciais para o que na atualidade chamamos de leitura (CAVALLO; CHARTIER, 1998).

Segundo Cavallo (1989), o invento da escrita deu origem ao alfabeto, código criado pelos fenícios para estabelecer a linguagem oral. A compreensão desse código resultou na leitura como multiplicação dos significados de uma palavra, fator que originou a linguagem, que se constitui a revelação mais plena da capacidade humana de se comunicar. No decorrer da história, a leitura tornou-se uma fonte de

aprendizagem e conhecimento. Até os séculos II-III d.C. “ler um livro” significava normalmente ler um rolo, “pegava-se o rolo com a mão direita, desenrolando-o progressivamente com a esquerda, a qual segura à parte já lida; acabada a leitura, o rolo permanecia enrolado na mão esquerda” (CAVALLO, 1989, p. 78).

A partir do pressuposto de que a escrita constitui um leitor é que passam existir determinados fatores relativos à leitura de maior relação imediata: escrita, autor, leitor, função e prática social, conhecendo, deste modo, um caráter que promove a interação social. Além disso, sabe-se que a disposição de armazenamento de informações é restringida no cérebro humano e o recobrimento de informações pela escrita por meio da leitura admite a rememoração de dados sem, requerer a presença do autor. Nesse sentido, a leitura atravessou vários caminhos. Primeiramente, desempenhava seu papel por meio da oralidade; após, aconteceu o invento da leitura silenciosa na Grécia Antiga; e, atualmente, articula-se com os mais diversos processos de circulação, notadamente e em especial, com a mídia eletrônica (CAVALLO; CHARTIER, 1998).

Na Antiguidade, a partir dos séculos VI e V a.C. foi propagada a prática da leitura em voz alta inaugurando uma nova maneira de ler que permitia ao leitor dar vida ao que estava escrito as letras silenciosas que descansavam no texto. De acordo com Chartier (1994), a prática comum da leitura em voz alta, tanto para si próprio como para os outros, era uma convenção cultural da época em que se buscava a associação do texto com a voz, a leitura e a escuta. A leitura em voz alta era realizada para o próprio leitor usufruir ou era efetivada por um leitor direcionada para a fruição de apenas um ouvinte ou de uma plateia de ouvintes. Em tempos mais longínquos, era mais corriqueiro que a leitura em voz alta apresentasse como receptores uma plateia de ouvintes, pelo fato de que era pequeno o contingente de pessoas letradas. Em situações de ensino e aprendizagem havia espectadores. Na Alta Idade Média, a remota arte de leitura em voz alta continuou a existir apenas na liturgia (CHARTIER, 1994).

Segundo Cavallo (1998), o esforço exigido pela leitura em voz alta, era apontado pela medicina da época como um exercício físico benéfico para a saúde, ela era acompanhada por movimentos menos ou mais acentuados da cabeça, do tórax e dos braços. O autor relata também que a gestualidade justificava um pouco a constância do tema iconográfico muito comum na leitura do rolo, ela era descontinuada não somente por motivos ocasionais, como para explicar uma

passagem, conversar com alguém, fazer uma parada, mas, também para deixar as mãos livres e marcar determinada passagem com sinal mais amplo. Como podemos perceber, voz e gestos davam à leitura o caráter de uma representação teatral. A leitura expressa era condicionada à escrita literária por ser destinada a uma leitura em voz alta, exigia exercícios e jeitos próprios da oralidade. Nota-se aí que a fronteira entre o livro e a palavra não era muito nítida. Logo a voz, fazia parte do texto escrito em cada etapa de seu percurso, do emissor ao destinatário. Precisava-se sempre compor da mesma forma pela qual se atribui voz ao escrito, entretanto, havia diferenças de sonoridade na própria leitura em voz alta, conforme os momentos e as tipologias textuais.

Segundo Cavallo (1998) as condições da aprendizagem da leitura são distintas segundo as épocas, a instituição social e as circunstâncias. Geralmente, ela efetivava-se em recinto familiar, junto a professores particulares ou na escola pública. Várias eram as etapas e os graus de aprendizagem da própria leitura, que se começava, muito provavelmente, com vários caracteres, começando pelos maiores. A capacidade de ler podia deter-se nos elementos indispensáveis ou atingir, com a ajuda de professores de gramática e de retórica, graus bastante avançados, até um perfeito domínio. Mas antes de aprender a ler aprendia-se a escrever. As crianças em idade escolar, ressaltando que essa idade era difícil de ser definida, pois variou segundo as classes sociais, as épocas e os locais em que se vivia se em Roma, ou se no interior, sendo, deste modo, difícil determinar, tinham antes, de aprender as formas e os nomes das letras em ordem alfabética, às vezes com ajuda de pequenos modelos de marfim ou de outros elementos parecidos, para depois aprender a escrever, adotando uma tabuinha de madeira que tinha o sulco de cada letra cunhado pelo professor e depois pelas próprias crianças. Os aprendizados posteriores eram o traçado das sílabas, das palavras completas e, por fim, as frases. Cavallo (1998) relata que a aprendizagem da leitura, separada da aprendizagem da escrita:

era realizada num segundo momento, de modo que havia certamente indivíduos, com pouco grau de escolaridade, capazes de escrever, mas não de ler. Da mesma forma, os exercícios iniciais de leitura fundamentavam-se em primeiro lugar no conhecimento (ou domínio) de palavras completas; o próprio exercício continuava com uma leitura feita por longo tempo e muito lentamente, até atingir,

pouco a pouco, uma emendada velocitas, isto e, um considerável grau de rapidez sem incorrer em erros. (CAVALLO, 1998, p. 79).

A leitura podia ser pessoal ou ainda feita por um leitor que garantia a mediação entre o livro, o ouvinte, o destinatário ou ainda a um auditório todo. Precisava-se sempre compor da mesma forma pela qual se atribui voz ao escrito, entretanto, havia diferenças de sonoridade na própria leitura em voz alta, conforme os momentos e as tipologias textuais (CAVALLO, 1998).

Na educação medieval, o ditado era o recurso pedagógico utilizado na educação dos jovens para o ensino da escrita e da ortografia. Quando o ditado era utilizado para lançar obras universitárias, os livros eram copiados antes das palestras professorais sobre determinado texto. Quando era precário o acervo de livros, nas bibliotecas de empréstimo, os professores preparavam sessões especiais de ditado com a finalidade de permitir que os alunos pudessem ir às aulas com os livros estabelecidos. O acesso aos livros era importante para atender as complexidades das palestras públicas, uma fase cada vez mais distinguida na vida universitária. Os livros escritos em vernáculo para leigos mostram estudiosos imóveis lendo em bibliotecas com livros presos em correntes, em grupo ou individualmente, com os lábios cerrados, numa incontestável declaração iconográfica de silêncio (SAENGER, 1998).

As mudanças na leitura comprometeram também a organização das bibliotecas. As salas de leitura dos monges do século XII foram construídas para uma cultura em que coexistiam a leitura silenciosa e a oral, de forma que:

os espaçosos claustros e cubículos para estudo, divididos por paredes de pedra, permitiam a leitura em voz alta dos monges ou em voz baixa para si mesmos (ou o ditado para um secretário), sem que fosse perturbada a contemplação e a leitura silenciosa de seus irmãos. Visto que os autores monacais haviam assimilado grande número de trechos das Sagradas Escrituras, memorizando-os pela repetição oral, coleções formais de livros de referência nem sempre eram essenciais. (SAENGER, 1998, p.160).

A leitura pode ser qualquer coisa que esperarmos, do mesmo modo que o pensamento. Sabemos que categorizações de nossas bibliotecas e livrarias consistem na melhor evidência de como arriscamos, num ato de obstinação, classificar o universo. Qualquer que seja a categoria adotada, qualquer biblioteca cativa o ato da leitura, compelindo o leitor – o leitor curioso, o leitor atento – a

resgatar o livro da categoria à qual foi condenado. Isso acontece porque a classificação contradiz o próprio objetivo da leitura:

a obra Robinson Crusóé (1719), de Daniel de Defoe, por exemplo, na prateleira de títulos de Aventura é a excitante história de um naufrago. Em Viagens, uma pitoresca descrição da vida em uma ilha tropical. Em Sociologia, um estudo pungente do contato com o primitivo no início do século XVIII. Em Ficção, uma aventura de evasão. Em Literatura Infantil, uma história de edificação moral sobre a vida em um ambiente primitivo. E Teologia, uma apologia cristã em clima pagão. E em Clássicos, um sustentáculo a literatura ocidental. Descrevendo o mesmo livro, cada categoria ignora completamente a universalidade da obra. (FISCHER, 2006, p. 313).

No final do século XIII, a arquitetura e o mobiliário das bibliotecas mudaram drasticamente. Nos colégios dos séculos XIII e XIV em Oxford, Cambridge, Sorbonne e em outros grandes colégios parisienses, as bibliotecas começaram a ser construídas em salões e eram mobiliadas com escrivaninhas, estantes de leitura com bancos próximos uns dos outros. Os livros de grande referência eram prendidos às estantes para permanecerem disponíveis para consultas na biblioteca. Uma coleção de obras de referência surge primeiramente no Merton College de Oxford em 1289. Em Sorbonne foi criada uma coleção semelhante em 1290 (CAVALLO, 1998).

Na metade do século XV, o corpo catedrático na área das artes da Universidade de Louvain, cria uma espaçosa biblioteca de obras escolásticas e de referência. Os livros, presos por corrente³, eram obras de referência, como dicionários e índices alfabéticos, a Suma de Santo Tomás de Aquino, os comentários bíblicos de Hugues de Saint-Cher e de Nicolas de Lyra e obras grandes repetidamente citadas pelos estudiosos (CAVALLO; CHARTIER, 1998).

Então, a biblioteca passou a ser um espaço onde professores e alunos podiam ler, escrever e estudar. Nas bibliotecas com correntes do término do século XIII é que o silêncio foi colocado como uma necessidade explícita pela primeira vez. Nas bibliotecas do final da Antiguidade e nos mosteiros do início da Idade Média, onde os usuários liam em voz alta, o som de cada leitor era como um empecilho

³ Estatutos região que os livros permanecessem acorrentados às estantes para serem consultados por todos.

bloqueava o entendimento dos leitores vizinhos. Quando a leitura começou a ser visualmente, a vozeria se tornou perturbadora (CAVALLO; CHARTIER, 1998).

Segundo Cavallo e Chartier (1998), mesmo a leitura em voz baixa incomodava a concentração dos outros leitores, tornando difícil o estudo. Em 1412, em Oxford um regulamento reconhecia a biblioteca como um local de silêncio. E a biblioteca da Universidade de Angers, tinha estatutos que proibiam qualquer tipo de conversa, mesmo em voz baixa. Na biblioteca da Sorbonne as regras, escritas no final do século XV, apregoavam que a biblioteca era um local augusto e sagrado onde deveria imperar o silêncio.

Existiam regras semelhantes na biblioteca dos papas reinstalada em Roma após o Grande Cisma. Os meios de referência usados para rápida leitura visual na biblioteca eram elementos para ajudar na utilização da própria biblioteca, como catálogos em ordem alfabética por autores listagens especiais com as coleções de livros de acervos das bibliotecas da cidade e das bibliotecas da região. Era cuidadosamente supervisionada a correção de pontuação e de variantes do texto de manuscritos antigos, desde o século XI, prática constante dos escribas e catalogadores das sociedades monásticas (CAVALLO; CHARTIER, 1998).

Cavallo e Chartier (1998) relatam que a leitura visual animava os próprios leitores a usarem os livros como instrumentos de estudo, fazendo anotações nas margens, citações resumidas, símbolos ou desenhos, de modo a facilitarem seu reconhecimento visual. No mundo totalmente individualista da universidade no final da Idade Média foram necessárias regras para impedir tais anotações para assegurar a preservação das coleções de uso comum.

Para Cavallo e Chartier (1998) a transição para a leitura e composições silenciosas, ao permitir um novo jeito de privacidade, trouxe as mais profundas ramificações, tanto para a cultura leiga, quanto para a escolástica da Idade Média. A leitura silenciosa privada em vernáculo proporcionou aos leigos meios para buscar um relacionamento individual com Deus, seguindo as recomendações do ensinamento cristão a partir de Santo Agostinho. Inúmeros outros textos religiosos, tanto traduções quanto arranjos originais, destacavam a importância da leitura, da visão e do silêncio para conseguir o bem-estar espiritual. A partir da leitura da vida de Cristo, cada indivíduo deveria meditar utilizando “os olhos da sua contemplação”.

Nas obras em língua vernácula destinadas aos leigos, de forma repetida, era ressaltada a separação do indivíduo do seu grupo para poder ler e rezar. Livros de

horas (livros devoção), gerados em número sempre crescente para leigos, eram apropriados para servir à necessidade dos experimentos espirituais individuais, leitura e oração privada, eram vistas como porta para a salvação (SAENGER, 1998, p. 170-171).

Para a psicologia, a leitura silenciosa estimulava o leitor, pois permitia que a fonte de sua curiosidade permanecesse sob completo controle pessoal. No século IX, ainda muito oral, as hereges especulações intelectuais de algumas pessoas, estariam sujeitas ao controle e à correção de seus iguais em todas as fases da obra, desde a formulação e publicação até ser recebida pelo o leitor (CAVALLO; CHARTIER, 1998).

A privacidade consentida na leitura e na escrita silenciosa incentivou e também encorajou as manifestações de ironia cinismo. A leitura privada igualmente oferecia meios para expressar pensamentos políticos subversivos. Manuscritos aristocráticos, tratados latinos serviram de difusão e propagação de ideias de resistência às autoridades monárquicas e papais (CAVALLO; CHARTIER, 1998).

A sinagoga, local de oração na Idade Média, ao mesmo tempo exercia as funções de centro social e, entre outras coisas, tinha também a função de biblioteca pública. Se encontrando na sinagoga a gestão de coleções de livros, além do dever religioso, de estudo individual ou em grupo, longe da ideia moderna de leitura pública, e da biblioteca entendida como propriedade de todos. Visto que é exatamente da ideologia da responsabilidade coletiva, tribal, que nasce a ideia de colocar os livros de propriedade privada à disposição de outras pessoas com a finalidade de difundir a prática do estudo individual que é, antes de tudo, a Leitura (BONFIL, 1998, p. 199).

Encontramos na virada do século XI, na zona mediterrânea um *responsum* do rabino Ghershom, no qual assume um ditado que diz que, “os livros não são feitos para serem guardados, mas sim para serem emprestados”. O *responsum* conta o caso de um empréstimo prestado sob penhor, o leitor levou livros e deixou outros como garantia, quando da restituição, os livros deixados estavam muito estragados, pelos os quais o devedor reclamou uma indenização, o credor afirmou que o uso dos livros fazia parte do negócio: “concedi-lhe o empréstimo com a condição de poder estudar e ensinar com eles, emprestá-los para serem lidos por outras pessoas e, não simplesmente para guardá-lo” (BONFIL, 1998, p. 221).

1.3 DIFERENTES FORMAS DE LEITURA

A leitura tornou-se popular no século XIX, o ato de ler tornava-se cada vez mais comum entre as pessoas, surgindo um novo contingente de leitores: crianças, mulheres e operários. Para esses novos públicos, os editores disseminaram livros escolares, revistas e jornais. Por isso a leitura passa a exercer uma grande influência na construção da identidade do leitor. Zilberman (2001) expõe que quando as pessoas se envolvem com a leitura, conseqüentemente, passam a ver o mundo com os olhos do outro. Então o estranho se torna familiar e o familiar se torna estranho. A popularização da leitura, antes reservadas apenas a algumas pessoas, acabou resultando em um maior acesso aos livros pela população.

Mas, segundo Chartier (2007), desde o século XVI, havia livros populares na Europa como a literatura de cordel na Espanha e em Portugal; os chapbooks, pequenos livros revendidos por comerciantes andantes na Inglaterra; a Biblioteca Azul, acervo que circulava em regiões remotas na França. Por outro lado, Zahar (2007, p. 23) relata a afirmação de Chartier (2007) de que: “certos leitores mais alfabetizados que os demais se apropriaram dos textos lidos pelas elites”.

A leitura no início do século XX trouxe a concepção entre os educadores, que buscavam romper com a ideia de leitura fundamentada na memorização, que significava decorar mecanicamente. Os educadores afirmavam que era preciso ensinar a ler, e não apenas memorizar o texto sem compreendê-lo, era preciso ensinar o gosto pela leitura e buscar conhecimentos, reflexão e entretenimento sadio. Entre avanços e retrocessos, o ensino da leitura chega ao século XX permeado por compreensões teóricas e pedagógicas que marcaram a história da leitura (PINHEIRO; MOREIRA, 2010).

Na segunda metade do século XX, o processo de alfabetização se expandiu nas sociedades ocidentais industrializadas, com evidentes diferenças, em relação aos níveis sociais e culturais da população, existiam cidadãos com fraca competência e outros com boa compreensão da leitura. Surge um novo contexto o qual a leitura desempenha um papel importante, com diferentes formas de leitura, potencializadas primordialmente pelas novas tecnologias, gerando novas práticas de escrita e de leitura. O aparecimento e a rápida implantação de novos suportes para a escrita nos conferem nova forma de apresentação dos textos, que nos obrigam a utilizações diferentes. Estamos lendo para nos comunicar uns com os outros, para

distinguirmos outras realidades, para nossa instrução, para nos informarmos, para exercitar nossa imaginação, para usufruir (PINHEIRO; MOREIRA, 2010).

Entretanto, Pinheiro e Moreira (2010) ressaltam que até atingir estes desempenhos, foi percorrido um longo caminho. A leitura adquiriu um protagonismo junto à imagem, mas seu sentido pode se ver empobrecido de acordo com a utilização da mesma. As novas tecnologias tendem a monopolizar os momentos de lazer em detrimento à leitura de livros, revistas e jornais. Outro problema que as novas tecnologias podem trazer para a leitura é quando se procura nelas em primeiro lugar a diversão, superficialidade e o consumo passivo e não a aprendizagem com reflexão aprofundada. Acentuam-se os problemas originados pela revolução das novas tecnologias, dificuldades associadas às obrigações de dispor da formação, da capacidade e dos meio materiais para poder ter acesso a essa revolução cultural. A informação, os saberes mudam e são democratizados mais rapidamente, mas continuam a serem exigidos os processos anteriores. Nesse sentido Linuesa (2007, p. 102) coloca que: “teremos de ser bons leitores e, para, além disso, leitores capazes de construir conhecimentos de onde somente obtemos informação. Algo que os livros nos concedem de forma mais organizada”.

Linuesa (2007) comenta que historicamente a leitura tem sido feita em livros impressos, por isso a leitura digital modifica os hábitos e os costumes de ler. As leituras impressas facilitam a concentração, pois no papel não tem tantas escolhas de ferramentas como na leitura digital. Fica complicado focar apenas no conteúdo do texto quando há uma variedade de acessórios virtuais que podem ser utilizados a qualquer momento da leitura. E, também, o ato de ler na tela traz um desconforto constituído pelas novas técnicas de leitura e o fato de não poder manejar o texto. A leitura digital demanda dinamismo do leitor, que precisa saber selecionar os textos que chegam até ele, que tenha noção sobre a linguagem empregada no texto eletrônico e sobre os aparatos tecnológicos, e essa preparação provoca certa tensão no leitor que está habituado com o impresso.

O contato físico com o texto é uma questão cultural e, além disso, está intensamente enraizada nos leitores. Portanto, entende-se que a adaptação aos novos suportes textuais não é rápida, nem simples, mas sim um procedimento que leva certo tempo, dependendo da inserção histórico-cultural do indivíduo. A leitura virtual trás conflitos entre o privado e o coletivo, o texto digital fica passível de alterações e distribuição que podem acontecer. Um texto postado na internet é

facilmente copiado e alterado por qualquer navegador, mesmo não sendo autor do texto. Segundo Chartier (1998, p. 93): “tudo o que está no mundo virtual foi criado por alguém, portanto é pessoal, individual, mas ao mesmo tempo se torna coletivo nesse espaço de compartilhamento”.

Um escrito literário não é uma escritura sagrada. Está sujeita ao contexto é, ao mesmo momento, um reflexo e um estímulo. Nenhum texto, nem mesmo o religioso ou mais adepto a uma tendência religiosa, estabelece autoridade a um leitor. É o leitor quem opta como reagir, o que refletir. O fato de o autor nunca ter o controle é o que constitui a maravilha da leitura. Poder ler um livro é ao mesmo tempo estar só, mas com a vantagem de estar acompanhado. Mas exige tempo, atenção, concentração, não condizendo com o atual cotidiano dos leitores. Assimilar um texto é ser capaz de reinventá-lo continuamente, “ler desse modo parece exigir demais de uma sociedade que está ávida por se distrair” (PANTALEONI, 2012, p. 33). De modo que, para concorrer com os outros meios de comunicação, os livros atuais e futuros precisarão ter mais atrativos do que os sinais da história, ocultos pelas letras. Por hora a surpresa com as novidades é muito maior e não sabemos o que e o quanto a sociedade em geral esta perdendo ou ganhando. Talvez seja cedo demais, perguntar agora, se o futuro da leitura e do ato de ler, continuará sendo constituído de práticas individuais, de escolhas pessoais. “Somente em cinquenta ou cem anos saberemos para onde ele conduziu e, se quisermos, poderemos emitir então um juízo. Agora não, é cedo demais” (PETRUCCI, 1998, p. 225).

Sobre o futuro da leitura, Alberto Manguel, na 7ª Bienal do livro de Campos dos Goytacazes, RJ (2012) ministrou uma palestra sobre o tema “A leitura como patrimônio pessoal na era das virtualidades”. Afirmou que a leitura é algo próprio do ser humano, pois até mesmo o analfabeto tem o impulso de ler. Questionado se o livro impresso vai sobreviver ao *e-book* (livro eletrônico) e a memória da leitura eletrônica, Manguel (2012) respondeu com exemplificações, dizendo que quando:

Gutenberg criou a imprensa, diziam que ele estava acabando com o manuscrito, mas era uma observação equivocada. Em Nápolis, encontraram um pergaminho (manuscrito), que apesar de milenar, resistiu a uma explosão, e apenas teve as bordas queimadas, permanecendo a escrita. Na grande biblioteca da Inglaterra, o acervo eletrônico sofreu uma pane, e toda memória literária da biblioteca eletrônica se perdeu. (MANGUEL, 2012).

1.4 A BIBLIOTECA COMO CENÁRIO DO CONHECIMENTO

A biblioteca como cenário e suporte para a preservação e circulação do conhecimento, surgiu na Antiguidade com a necessidade do homem de reunir e conservar os conhecimentos de sua época (MARTINS, 2002).

A nossa sociedade, procura pela informação, pelo conhecimento em um processo contínuo, pela percepção de que sem eles o indivíduo estaria suprimido socialmente, e continuaria no estado de desconhecimento no atual contexto informacional, marcado claramente pelo uso intensivo das tecnologias de informação e de comunicação. O conhecimento pode ser descoberto através da leitura que torna possível constituir uma sociedade conscienciosa de seus direitos e de seus deveres; possibilita uma visão melhor de mundo e de si mesmos (SOUZA, 2008-2009).

Os benefícios da leitura, o acesso à cultura, deveria ser um direito natural do homem, mas infelizmente a história mostra que o Estado que deveria garantir este direito, por vários momentos opera na controversa, impedindo que o livro, transmissor de ideias e conhecimento estivesse ao alcance de todos (ECO, 2003).

É apropriado saber que não é à toa que a palavra biblioteca tem sua origem nos termos gregos *biblíon* (livro) e *theka* (caixa), significando o móvel ou lugar onde se guardam livros. Porém, o conceito e as elucidações para a palavra biblioteca vêm se modificando e se ajustando por meio da própria história das bibliotecas (BERNARDES; PIMENTEL; SANTANA, 2007).

Para Fonseca (1992, p. 60), um moderno conceito “é o de biblioteca menos como coleção de livros e outros documentos, devidamente classificados e catalogados do que como assembleia de usuários da informação”. Isso deseja dizer que as bibliotecas não devem ser vistas como simples depósitos de livros. Igualmente, podemos dizer que a biblioteca é uma alternativa de inserção social e se comporta como um ambiente democrático, com a informação como ferramenta significativa para a conscientização dos direitos e deveres de cada cidadão membro de uma sociedade que busca o conhecimento (BERNARDES; PIMENTEL; SANTANA, 2007).

Os registros do conhecimento, o patrimônio cultural de um povo, em distintos períodos, sempre foram motivos de disputas. O que há de verdadeiro sobre o conhecimento nas bibliotecas permeadas por relações de poder, a biblioteca que

torna possível o saber. E a biblioteca em diferentes épocas: na renascença, na antiguidade, na idade clássica, na modernidade e na atualidade, em todo decorrer da história, passou por modificações que influenciaram sua situação e suas funções, igualmente as práticas desenvolvidas nelas. “A biblioteca ideal se situa assim na encruzilhada da arqueologia e da utopia arquitetônica, da nostalgia das memórias perdidas e das reconstruções que fazem as cinzas e a terra falarem” (JACOB, 2008. p. 17).

Alguns adeptos da destruição de livros agiam assim porque acreditavam que, suprimindo os vestígios do pensamento de uma determinada época, estariam gerando a superação do conhecimento humano. Alguns, mais acanhados, atavam ao fogo suas obras meramente por vergonha do que haviam escrito. Porém, os principais destruidores de livros continuamente apresentaram como a maior motivação a vontade de extinguir o pensamento livre. E também por vaidade, os conquistadores conferiam ao poder de queimar a biblioteca do inimigo como uma consagração de sua vitória (BÁEZ, 2004).

As diferentes fases da transmissão do conhecimento referiram-se inicialmente à produção do conhecimento e a preocupação em registrar (guardar) o que a memória humana não era capaz; com o início da escrita tornou-se possível registrar e atualizar os acontecimentos acumulados, de fatos presenciados ou relatos por pessoas que viveram em épocas ou lugares diferentes. O aparecimento da imprensa possibilitou a transmissão da comunicação, dando acessibilidade para os leitores ao conhecimento através dos textos impressos, a era eletrônica tornou mais eficaz o armazenamento e a disseminação da informação (DIAS, 1999).

A humanidade ao longo de sua história, sempre se atentou em desenvolver métodos e técnicas para resguardar o conhecimento como o papiro, o pergaminho, o papel e agora a memória digital, com a intenção de registrar, guardar, preservar e recuperar informações. A organização do conhecimento e a sua reprodução e representação tornaram-se urgentes à medida que o volume de informação aumentou expressivamente. E cada vez mais, essa preocupação enfrenta inúmeros desafios devido às grandes mudanças ocorridas no contexto da comunicação mundial, na área de tecnologia que ocasionaram um acréscimo enorme na produção e troca de informação nas diversas áreas do conhecimento (DIAS, 1999).

Chartier (1998) explica que a divulgação da informação acelerada pela tecnologia está colocando o mundo contemporâneo em tensão, tornando o

conhecimento “universal”, sem distâncias materiais ou territoriais, e enfrentando um momento de crise pela imaterialidade do texto, causando uma confusão entre o particular e o coletivo.

O autor fala que a leitura sobre a tela troca a materialidade do livro pela imaterialidade de textos sem um local particular, a relação de contenção do livro impresso se opõe a conciliação fragmentada, e indefinidamente manipulável. A obtenção imediata da obra no seu total são mutações que conduzem de maneira imperativa e inevitável novos jeitos de ler, novas relações com a escrita e com novas técnicas intelectuais. O texto em representação eletrônica, imaterial, sem localização atinge qualquer leitor que tenha o equipamento necessário indispensável para recebê-lo, e todo leitor poderia, diante de uma tela conectada à rede, garantir a leitura e pesquisa independente de sua localização.

Chartier (1998) também avalia o propósito do texto eletrônico e considera que a estruturação do texto na tela traz um registro diferente do mesmo. A sequência do curso textual na tela e sua continuidade possibilitam o leitor embaralhar, entrecruzar, e reunir textos que são inscritos na mesma memória eletrônica. Essas possibilidades são traços que indicam a revolução do livro eletrônico, uma revolução nas estruturas e nas maneiras de ler.

Todas as mudanças tecnológicas que alteram até mesmo os formatos dos textos causam modificações no comportamento das pessoas, pois sendo que elas têm que se adequarem às novas maneiras e técnicas de leitura. Do mesmo modo que foram todas as revoluções precedentes a cultura impressa, esta nova cultura eletrônica, digital, possibilita técnicas de leitura diferenciadas das precedentes e o avanço demora a ser aceito e inserido como parte da cultura presente. Agora com as novas tecnologias, o autor argumenta que mais importante do que a revolução de Gutenberg, o texto, por sua natureza, continuará sendo o condutor da história e ganhará novas companhias.

Assim, no ponto de vista de que no decorrer da história o homem, com vontade de dominar o conhecimento vem criando estratégias, métodos de registros, mecanismo para transmitir e comunicar as informações e conhecimentos que são produzidos por estes. A presença do conhecimento na história humana vai mais além das ideias e crenças. Os indivíduos sentem a necessidade imperativa e eminente de trocar informações e determinar novos saberes e conhecimentos. Entendemos que para se estudar a história dos registros do conhecimento, é

necessário entender e estudar a pertinência da informação, tendo em vista seus enfoques e ciclos, colocando em foco os registros, a produção, a preservação e a disseminação do conhecimento (TERRA, 2000).

Machado (1994) nos faz um relato de que Platão foi o primeiro a afirmar e escrever que o “conhecimento é crença verdadeira justificada”. Esta explanação é em parte baseada, na uma leitura do *Teeteto* – diálogo platônico sobre a natureza do conhecimento, no qual Platão argumenta que o conhecimento se diferencia da mera crença verdadeira porque o entendedor deve ter uma “conta” do objeto ou de sua crença verdadeira. E no *Mênon* - um dos diálogos de Platão que se ocupa com a virtude, em que é lembrado que a crença verdadeira pode ser aumentada para o nível de conhecimento. Para um indivíduo possuir conhecimento de uma coisa, essa coisa deve ser verdadeira, o indivíduo deve crer que tal coisa é verdadeira, e a crença deve ser justificada. Conhecimento é o ato ou efeito de conhecer, que, assim como a história não tem fim. Sempre tiveram novos métodos, e comportamentos desenvolvidos em relação a determinados objetos, problemas ou conteúdos. Para Castro (2011, p. 22): “conhecimento é aquilo que se admite a partir da captação sensitiva sendo assim pode ser acumulado na mente humana”. Ou seja, é o que o homem absorve de algum modo, através de informações que de alguma forma lhe são apresentadas, para um determinado fim ou não.

Uma característica do ser humano que está presente em cada homem é a necessidade de procurar o conhecimento. O fato de saber para que serve a água e a precisão que temos de ingeri-la, assim, são exemplos também, os alimentos dos quais precisamos, dos primeiros conhecimentos indispensáveis à sobrevivência e, por mais remotos que pareçam hoje de nosso conceito de conhecimento, certamente levantaram dúvidas e indagações no homem ancestral e o fizeram procurar respostas. Estas respostas vieram da observação, conclusão e comunicação, uma sequência lógica na busca pelo conhecimento e a garantia para espécie humana sobreviver. A evolução do homem traz a inerente característica de buscar o conhecimento, para continuar vivendo diante da natureza, é esta busca que faz o mundo evoluir (AREND, 2005).

O homem modifica-se com a evolução do mundo, e além da linguagem oral passa a ter uma representação gráfica que garante o armazenamento do conhecimento além da memória do homem. Com a escrita veio à garantia de subsistência das informações por meio de diferentes suportes físicos. Com a

possibilidade de armazenar e acessar outras vezes estas informações e, então surgiram os primeiros recintos públicos dedicados ao “armazenamento do conhecimento”. O conhecimento tornou-se igualmente um ponto político importante, centrado no caráter público ou privado da informação. O que era de costume ponderar como tendo sido descoberto hoje é descrito varias vezes como “inventado” ou “construído”. Existe uma ironia, ao mesmo tempo em que o conhecimento invade os cenários, filósofos e outros de forma cada vez mais radical, questiona sua confiabilidade, em voz muito mais forte do que antes (BURKE, 2003).

Para alguns autores, cada biblioteca tem suas características próprias, dependendo das funções realizadas por ela. Nesse entendimento, ela pode ser dentre outras; uma biblioteca universitária que pertence a uma instituição de ensino superior com a finalidade de oferecer apoio ao desenvolvimento de programas de ensino e contribuir com a realização de pesquisas. Ou uma biblioteca pública que é incumbida de administrar a leitura e a informação para a sociedade em geral, sem distinguir sexo, idade, raça, religião e julgamento político.

Na biblioteca o bibliotecário exerce a função de mediador, com o papel de apoiar e provocar reflexão sobre o que o leitor na sua busca para sua informação, sem interferir em sua decisão e dar autonomia de escolha. Ninguém procura a biblioteca para se socializar, por trás do ser humano está o interesse na informação didático-científica, o tempo do leitor geralmente é curto e restrito à leitura, outras práticas desestabilizam o objetivo principal que é o acesso à informação de seu interesse e necessidade. É importante respeitar a individualidade de cada leitor, cada um tem a sua maneira e o mediador precisa observar o que se adéqua a cada leitor (usuário), para melhor atendê-lo (BERNARDES; PIMENTEL; SANTANA, 2007).

Chagas (2010) afirma que o século XV, marcou o início de uma época de passagem, de exacerbados contrastes que é denominada de Renascimento da antiguidade clássica, uma movimentação cultural que combinou com a vida urbana e permitiu o esplendoroso desenvolvimento do livro que foi de extraordinária importância para os estudiosos humanistas, renascentistas. Pode-se dizer que o Renascimento exprimiu uma mudança repentina na economia política da leitura, criou novos tipos de livro e novas formas de lê-los. O conjunto de livros raros e admiráveis e a organização em bibliotecas passam a ser uma firmação estável na vida dos homens de letras. A concepção das bibliotecas renascentistas assinalou um novo período na história das bibliotecas. Foi também na era renascentista que

existiu a preocupação com o estado físico dos livros, com a acomodação arquitetônica; a organização interior e tantos diferentes detalhes iniciaram a ser avaliados nas bibliotecas, e avaliações e medidas técnicas foram adotadas para superar os problemas existentes.

A reprodução dos estudos era difícil, o que se explicava, visto que os livros também eram manuscritos. Naquele momento, a Idade Média ingressava na decadência e o Renascimento ganhava espaço com a difusão na Europa da tecnologia dos tipos móveis, inventada por Gutenberg, no século XV. “Essa nova situação de acessibilidade dos livros - de papel e impresso – acabou sendo um estímulo ao conhecimento das letras e à absorção de conhecimento” (MILANESI, 2002, p. 25). A produção do conhecimento crescia na mesma proporção do aumento de leituras que ampliava o campo para novos estudos. Um ciclo desenvolveu aumentando a relação em meio à universidade, a biblioteca e os seus leitores.

Um exemplo de biblioteca universitária é a biblioteca da Universidade Sorbonne de Paris, que teve sua origem nas ordens eclesiásticas. No seu interior:

ao longo das paredes com os livros, que se consultavam em estantes alinhadas no meio da sala. Estas últimas, em número de vinte e oito, acompanhavam-se de cadeiras, assinaladas com as letras do alfabeto. Os livros, na maior parte, têm uma corrente fixada na encadernação, suficientemente longa, entretanto, para permitir o seu transporte. À grande sala de consulta, sucede outra mais modesta, que serve de depósito. A meia-altura, tal como uma capela, abrem-se trinta e seis janelas, através das quais a luz filtrada anima e colore os retratos dos benfeitores do Colégio: Robert e seus sucessores ali estão na pose atenta e imóvel que o pintor fixou no vitral; aí fazem companhia, apesar da morte, aos que continuam a sua obra, encorajando-os com a sua presença e o seu exemplo longínquo e os incitando ao trabalho. *Sacer et augustus locus*, diz o regulamento. Sim, trata-se de um lugar sagrado e augusto, no qual só se entra de beca e boné. Quando a leitura termina, é aconselhável refletir e meditar, passeando devagar ao longo da galeria coberta que rodeia a biblioteca. Depois, quando as sombras da noite se adensam, cada um se recolhe a sua casa, visto ser proibido, por prudência, trazer lanternas. (BONNEROT, 1927, p. 5-6 apud MARTINS, 2002, p. 89-90).

Da tentativa de reunir o máximo de conhecimento em um só local, é que surgiram as bibliotecas, dentre elas, houve a Biblioteca de Alexandria, tida como a primeira biblioteca do mundo que foi projetada para ser universal. Constituída por Alexandre, o Grande, na cidade de Alexandria entre 331 e 330 a.C., foi o “grande

templo da sabedoria”. Possuía um acervo de 700 mil textos escritos em rolos. Nenhuma outra tentativa de reunir conhecimento na mesma época conseguiu um número de textos tão expressivo. Alexandria não é um arquétipo desses templos do saber que são as salas de leitura. É uma biblioteca de Estado, porém sem público, não tinha a intenção de propagação filantrópica e educativa do conhecimento na sociedade, o intuito era a acumulação de todos os escritos da terra. “Os volumes tinham de ser colecionados em grande número, por causa do grandioso objetivo da Biblioteca de Alexandria de abrigar uma totalidade do conhecimento” (MANGUEL, 1997, p. 217). Esta afirmação do historiador da leitura Alberto Manguel, é um exemplo bem relativo à busca do conhecimento pela humanidade. Também são exemplos, episódios que indicam a grande preocupação em fazer crescer o acervo de Alexandria, e que Ptolomeu, o Benfeitor, tenha ordenado à apreensão de todos os textos trazidos do estrangeiro que chegasse ao porto fossem levados aos escribas para copiar, bem como o fato de Ptolomeu ter enviado uma missiva a todos os governantes e reinantes do mundo solicitando que lhe mandassem todo tipo de obras.

A exemplaridade da biblioteca de Alexandria reside mais na determinação, tanto política quanto intelectual, de reunir num mesmo lugar todos os livros da Terra, menos do que na monumentalidade arquitetônica. Este acúmulo de livros presente ou passados, gregos e bárbaros vai induzir efeitos intelectuais particulares, fundando práticas cultas de conduzir a memória da humanidade (JACOB, 2008).

O magnífico trabalho da biblioteca de Alexandria foi ofuscado pela interminável sucessão de ataques. Júlio César guerreava pelo trono do Egito, inclinou-se por Cleópatra. Dessa escolha, sucedeu-se uma guerra civil em diferentes regiões, incluindo Alexandria. Em 48 a.C., tropas egípcias, lideradas por Áquila, rodearam César no palácio real da cidade procurando captar as embarcações romanas no porto. Nos combates César determinou lançar archotes incendiários contra a frota egípcia, deixando-as em cinzas rapidamente. Desta batalha resultou a queima de muitos livros, a perda de quarenta mil rolos (BÁEZ, 2006).

A preocupação do homem em preservar e disseminar o conhecimento, no transcorrer dos séculos, vem refletindo e provocando mudanças no dia-a-dia das pessoas. O livro por ser uma importante fonte de transmissão do conhecimento, vem percorrendo a sua marcha através do tempo deixando um legado extraordinário na estruturação da sociedade e na formação intelectual do homem. Pode-se constatar

a relevante presença do livro registrando o percurso histórico da humanidade (GASPARINO, 2006).

Pode-se dizer que o livro é fundamentalmente um instrumento cultural de propagação de ideias, transmissão de conceitos, documentação com inclusão de fotografias e iconografias, divertimento ou de adensamento e acumulação do conhecimento. A palavra escrita venceu o tempo, e o livro conquistou o espaço (WEBER, 2004).

Weber (2004) afirma que a preocupação em preservar o conhecimento tem contribuído muito para a vida social e mental do homem, possibilitando grandes transformações. As inovações sobrevividas deste conhecimento mostram que um longo caminho foi percorrido, mas o homem, em sua capacidade intrínseca e insubstituível tem procurado se aperfeiçoar continuamente e, também, esta extensa trajetória dos suportes de registro do conhecimento.

Diante da apresentação das diferentes formas de criação e destruição de espaços de memória em distintas sociedades, que revelam fontes de conhecimento de materiais documentais produzidos no passado, vimos que o século XX foi assinalado por desastres naturais de toda espécie e por motivos políticos, ideológicos ou religiosos.

A leitura que começou na Babilônia tornou-se fundamental para a memória materializar-se e não se dispersar. As formas de leitura sempre exerceram grande influência na construção da identidade do leitor. Quando as pessoas se envolvem com a leitura passam a ver o mundo com outros olhos. A leitura tornou-se popular no século XIX, surgindo, com isto, um novo contexto potencializado pelas novas tecnologias no qual a leitura desempenha um papel importante. O surgimento destas novas tecnologias nos traz um novo livro num mundo em que o texto, como unidade separada de informação, reflete a relação que se tem com obras acessadas pela tecnologia.

Neste primeiro capítulo, vimos que a biblioteca era retratada como lugar de memória, produção, conservação e circulação do conhecimento. Mas, atualmente as estratégias de preservação deste espaço colocam as tecnologias como assistentes facilitadoras e úteis.

No segundo capítulo, trataremos a questão da sobrevivência do livro impresso e sua continuidade, advinda das novas tecnologias, o livro digital.

CAPÍTULO II

2 O LIVRO E AS NOVAS TECNOLOGIAS

A história do livro, uma história que segundo Darnton (2010), poderia até ser chamada de história social e cultural da comunicação impressa. No seu ponto de vista essa definição seria muito extensa, uma vez que a finalidade seria compreender a maneira como as ideias foram transmitidas sob o formato impresso. E de que forma a palavra impressa afetou o pensamento e a conduta da humanidade nos últimos quinhentos anos, pois é uma área que pode ser estendida e ampliada de distintas formas. Porém, o autor se ocupa do livro desde Gutenberg (1450), e que se desenvolveu aceleradamente nos últimos anos, graças às tecnologias de informação e comunicação.

As culturas literárias consistiam-se, na maioria das vezes, em oralidades. Paulino (2009) cita Machado (1994) que afirma que Platão, em Fedro (possivelmente composto por volta de 370 a.C.), denomina o livro como *logos gegrammenos* (palavras escritas), entretanto, o mesmo ainda inseria-se numa sociedade oral. Sociedade, na qual a história da comunidade era preservada e transmitida pelos mais velhos.

Na atualidade, o livro recebe varias definições: conforme o Dicionário Aurélio (1999): “livro é uma reunião de folhas ou cadernos, cosidos ou por qualquer outra forma presos por um dos lados, e enfeixados ou montados em capa flexível ou rígida”; para a Enciclopédia e Dicionário Ilustrado Koogan/Houaiss (1995) livro é: “um conjunto de folhas impressas e reunidas em volume encadernado ou brochado”.

Percebe-se que o livro é definido apenas com uma noção de objeto material, com peso e volume determinados, que ocupa um lugar no espaço. Aldemario Castro (2004, p. 5) afirma que: “definir o livro pelo seu formato, pelo padrão tecnológico de sua confecção é um equívoco considerável”. Na maioria das vezes, desconsidera-se o cerne da ideia de livro que é o de possuir a importante função de veículo de armazenamento e disseminação de um conjunto de dados, informações e conhecimentos (PAULINO, 2009).

Como lembra Darnton (2010), a história do livro não teve seu início ontem, ela vem desde a cultura acadêmica renascentista, ou mais antiga ainda; apresentando maior relevância no século XIX, época em que o estudo do livro como objeto

material levou à ascensão da bibliografia analítica na Inglaterra. A falta de prestígio da bibliografia é uma marca do século XX, pois nos séculos anteriores ela teve um valor especial nos esforços de filólogos para o estabelecimento de textos clássicos. Os novos historiadores incluíram a história do livro no leque de assuntos observados pela “Escola dos Annales” de história socioeconômica. Em lugar de se deterem em minuciosidades bibliográficas e na tentativa de descobrir o modelo universal de produção e do consumo de livreiros aos extensos períodos de tempo; avaliaram o conteúdo de bibliotecas particulares e acompanharam correntes ideológicas estudando gêneros esquecidos, a *bibliothèque bleue* (brochuras primitivas). Não tinham interesse por livros raros e edições de luxo; concentraram-se nos tipos mais comuns de livros, pois almejavam revelar o ensaio literário de leitores comuns (DARNTON, 2010).

Todos, desde os sumérios, romanos, indianos, maias, astecas aos egípcios estimavam o livro como uma obra de arte, devido ao seu modo artesanal, por ser manuscrito página por página, produzido com material orgânico, utilizavam tecnologias sem nenhum processo químico, ornamentado com figuras que valorizavam a obra. Não existia um processo de reprodução acelerado e mecânico (PAULINO, 2009).

O livro, desde seu início quando era caligrafado uma página de cada vez, é forçoso, além de avaliar o seu valor como obra de arte, é necessário fazer referência a seu desempenho educativo e mediador da produção de conhecimento. O manuscrito perdeu este status com o aparecimento do livro impresso. A Bíblia de Gutenberg estabelece de modo oficial a instituição da imprensa no Ocidente. Cada página é constituída de duas colunas, contendo 42 linhas, por isso ser conhecidos por B-42. A Bíblia foi o livro mais publicado no tempo dos incunábulo (do latim *incunabulum*, berço), denominação atribuída aos livros lançados até o ano de 1500 e no período anterior (GOMES, 2007).

Machado (1994) afirma que o livro impresso tomou para si a forma do Códice, modelo que inseriu raízes muito profundas em nossa cultura. Porém, existe a possibilidade dele ser diferente, como em outros tempos e torna a sê-lo agora.

Podemos definir o livro numa acepção mais ampla, como sendo todo e qualquer dispositivo através do qual uma civilização grava, fixa, memoriza para si e para a posteridade o conjunto de seus conhecimentos, de suas descobertas, de seus sistemas de crenças e

os vãos de sua imaginação. Ou, num contexto mais moderno, segundo palavras do próprio Lucien Febvre (Martin, 1992:15): livro é o instrumento mais poderoso de que pode dispor uma civilização para concentrar o pensamento disperso de seus representantes e conferir-lhe toda a eficácia, difundindo-o rapidamente no tecido social, com um mínimo de custos e de dificuldades. Sua função primordial é “conferir [ao pensamento] um vigor centuplicado, uma coerência completamente nova e, por isso mesmo, um poder incomparável de penetração e de irradiação”. (MACHADO, 1994, p. 204-205).

Na Grécia Clássica, o livro tornou-se um objeto de uso comum que penetrou na vida de cada um, alguns se tornaram indispensáveis. Consequência natural do desenvolvimento intelectual do povo, com a chegada do período helenístico (das conquistas de Alexandre à conquista romana), isto é, com a presença de Alexandre no palco da história, a possibilidade de consagrar-se ao culto das letras, como autor ou leitor, sempre em prol da era do livro, que experimentava os seus primeiros passos. Inaugurava-se a época de numerosas coleções particulares e da constituição das grandes bibliotecas públicas. A presença marcante na vida literária helenística ajudou na promoção do livro, convocando o público para as superiores indagações do espírito (OLIVEIRA, 1985).

2.1 A CONTINUIDADE DO LIVRO

Da passagem das tabuinhas xilográficas para os tabletes de argila, dos rolos manuscritos aos volumes em pergaminho e depois surgiram os impressos em papel; dos estiletes para os pincéis e as penas de pato, destas para as metálicas e para os tipos móveis chegava assim, o livro, ao que atualmente apresenta sua última transformação técnica: a composição e impressão eletrônica (MARTINS, 2002).

Segundo Battles (2003), as tabletas (ou tabuletas) fabricadas com argila esquentada até contrair condição adequada para a escrita são os mais primitivos livros de que se têm notícias. Por ser pesada, uma pessoa segurava para a outra redigir. Certamente, os monges copistas do Egito se inspiraram nestas tabletas para inventar o códice, com o formato do livro que adotamos na atualidade. Inclusive, muitos supõem que o vocábulo *book* em inglês tenha tido origem no terno anglo-saxão, *boc*, que designa a faia, uma madeira extremamente utilizada, na época, na fabricação das tabuletas. Atrélava duas tabuletas com cordão constituindo um bloco.

“É provável que, no Egito, os escribas tenham adaptado as folhas de papiro ao formato desses blocos, substituindo assim o rolo, formato-padrão dos livros da Antiguidade” (BATTLES, 2003, p. 63).

Foi no começo da Era Cristã que apareceu o livro assim como reconhecemos, de folhas dobradas e paginadas. O livro do período platônico (429 a.C. - 347 a.C.) era encadernado de modo muito diferente.

De modo paralelo, das bibliotecas lenhosas e minerais⁴ para as da Antiguidade e da Idade Média, dos catálogos em fichários de cartão para os informatizados, igualmente as bibliotecas estão abrigando em número crescente, o que Herbert Mitgang, Editor do New York Times chamou, em 1990 de “O livro sem papel” (*the paper-less book*):

um certo espectro ronda as editoras [...] o espectro tecnológico: sombras mágicas na tela, ou palavras em disco ou uma ficha em lugar do livro impresso. [...] Já existe até um novo vocabulário para o material de referência: banco de dados (depósito de informações obtidas para leitura num visor), informática (fornecimento de informações por meios eletrônicos), microficha (cartão ou microfilme que pode ser ampliado e lido na tela); dados visuais (termo genérico para os livros). É possível armazenar 54000 páginas de informação num único disco com fácil acesso a qualquer página. (MITANG, 1990 apud MARTINS 2002. p. 262).

Em 1982, as Fábulas de La Fontaine, as Iluminações de Rimbaud, os Pensamentos de Pascal e O avaro de Molière, já haviam sido colocados em disquete no conjunto dos hyperlivres, programa no qual se previa o lançamento de quarenta títulos por ano. A ampla vantagem ficava no dispositivo interativo que localizava rapidamente todas as passagens contendo uma determinada palavra. Para Martins (2002) é surpreendente que a história vencedora do livro precise findar para dar lugar ao livro digital.

Martins (2002) relata que há cinco ou seis mil anos, o homem reconhece que as formas de escrever exprimem qualquer que seja seu pensamento. De lá pra cá, a palavra escrita só distinguiu sucessos e a sua história é a historia de uma ampliação cada vez maior. O autor afirma que a palavra escrita vive em nossos dias um dramático período de crise, não são raros os que prognosticam, com bons alicerces, o desaparecimento do livro. Resultado do próprio desenvolvimento a que chegou a

⁴ Bibliotecas com acervo constituído originalmente de papiro feito de plantas e tabletes de argila.

inteligência humana, de que a palavra, escrita ou oral, é apenas uma maneira de expressão. Martins (2002, p. 426) relata ainda que, a “crise do livro” não passa de um aspecto da “crise da civilização”. A história do homem ocidental é em derradeira análise, a história do livro. Toda façanha feita até hoje, desde os períodos pré-históricos, sobretudo a partir da antiguidade, tem descoberto no livro, na palavra escrita, sua interpretação, o seu programa de glorificação. A “crise da civilização” não traduz o desaparecimento da civilização, deste modo a “crise do livro” não implica, fundamentalmente, o desaparecimento do livro.

Rokohl (2012) nos lembra de que o livro impresso no formato que existe há mais de 500 anos pode durar séculos, dependendo das condições de confecção e armazenamento. Já o livro digital, ou qualquer informação guardada em suportes eletrônicos como a encontrada em CDs, DVDs, Pendrives, Tablets, E-readers e outros, não sabemos quanto tempo podem durar, pois os dispositivos eletrônicos tendem a se tornarem obsoletos rapidamente, trazendo certa temeridade e ceticismo em relação à preservação da informação digital⁵. Sabe-se que a informação disponível por meio eletrônico é muito instável e mutável, o que diferencia o livro impresso que possui uma expectativa de vida bem maior.

A autora afirma ainda, que as mudanças que estão ocorrendo nas bibliotecas diante do livro digital e a expansão da tecnologia apresentam aspectos que ainda precisam ser debatidos, pois a informação não está somente nos limites da biblioteca, ela agora está em toda parte. A mudança de paradigmas, no que diz respeito à geração e disseminação da informação, trouxe um abalo nas estruturas tradicionais da informação. O livro digital se tornou bastante expressivo nos últimos anos, mas segundo Carvalho (2006, p. 31): “o livro impresso e o digital são complementares no processo de disseminação da informação e a escolha por um ou outro vai depender do próprio usuário”.

No século XXI o livro impresso, como objeto de leitura, tem a sua preservação assegurada. Isto se deve ao fato de que o livro impresso e o digital conviverão, pois cada leitor faz sua opção conforme suas necessidades em diferentes circunstâncias.

⁵ As informações contidas nesses suportes acabam se perdendo para sempre se não forem tomadas algumas medidas de preservação, como é o caso da: migração, emulação, entre outros. O problema em se preservar a informação nos suportes eletrônicos está em que estes precisam de um aparelho de leitura (*hardware*) e um programa de computador (*software*) compatível, o que se torna algo muito difícil, principalmente, por causa da rápida obsolescência dos aparelhos eletrônicos e *softwares* (ROKOHL, 2012, p. 14-15).

O convívio com as novas tecnologias gera uma complementaridade natural. Com livro impresso em papel, além de disseminar ideias, preserva suas características, mantém-se como um objeto prazeroso, enquanto o livro digital traz uma rápida atualização, ocupa menos espaço de armazenamento e tem custo mais acessível (CARVALHO, 2006).

Para Chagas (2010) a modificação do livro tradicional para o livro eletrônico, para as tecnologias conectadas à literatura no ecrã (na tela do computador), originou o sentimento de que o nosso mundo não é mais o de clausura. A tela dará acesso às janelas de uma variedade de configurações visuais e conceituais de múltiplas dimensões reversíveis e memorizáveis. As consequências da imprensa na sociedade e na cultura nos séculos XVI e XVII aceita, hoje, arquitetar os próximos efeitos da informatização dos apoios de informação.

Darnton (2010) lastima as deficiências textuais e a falta de exatidão nas bibliografias no “novo tipo de escrita” que foi trazido pela internet:

O futuro, seja ele qual for, será digital. O presente é um momento de transição, onde modos de comunicação impressos e digitais coexistem e novas tecnologias tornam-se obsoletas rapidamente. Já estamos assistindo ao desaparecimento de objetos antes familiares: a máquina de escrever, agora relegada a antiquários; o cartão-postal, uma mera curiosidade; a carta manuscrita, além das capacidades da maioria dos jovens, incapazes de escrever em letra cursiva; o jornal diário, extinto em muitas cidades; a livraria local, substituída por redes, por sua vez ameaçada por distribuidores *online* como a Amazon. E a biblioteca? (DARTON, 2010, p.15-16).

A cada momento o livro está se transformando, uma revolução que está apenas nos primeiros resultados. O surgimento do *e-book* (*eletronic book*), com um amplo mercado, ainda não conseguiu substituir o livro tradicional em papel. Mecanismos assim como o *Smart ebook*, o *Rocket ebook* e o *Softbook*, nomeando alguns dos mais importantes, podem armazenar milhões de dados, uma biblioteca de mais de 14 milhões que cabe no bolso. Os livros nestes mecanismos, ainda no início, não são poupados da possibilidade de destruição, por acidente ou vontade. Se for arquitetada a destruição de uma biblioteca eletrônica portátil, milhões de textos podem desaparecer, ainda que sua existência traga benefícios. Báez (2004) ressalta que o equivalente a milhões e milhões de livros digitalizados e transformados em dados eletrônicos são enviados para as bibliotecas de caráter virtual.

As bibliotecas com traços futuristas também não estão a salvo. Existe uma quantidade enorme de *hackers*, ou piratas informáticos, que tentam atacá-las constantemente para apagar seus arquivos. Num futuro não tão distante, aponta Báez (2004), que os biblioclastas (pessoa que destrói livros) poderão usar programas de informática destrutivos limpos, mas tão devastadores quanto o fogo. A internet, apesar de um importante passo para a globalização do conhecimento, provavelmente tornará complexo e adverso o trabalho dos destruidores de livros, porém não impedirá que grupos promovam a destruição dos centros de armazenamento de dados, mas afirma o autor a destruição dos livros, seja ele impresso ou eletrônico, está bem longe de acabar.

Independente de qual será o futuro da história do livro, Darnton (2010) defende que seu passado comprova como uma área do conhecimento pode assumir uma identidade acadêmica distinta. Explica-nos que ela nasceu da convergência de várias disciplinas num conjunto de problemas comuns, todos pautados ao processo de comunicação. Esses problemas levaram os estudiosos a constituir sua própria área, convidando historiadores, estudiosos de literatura, sociólogos, bibliotecários e todos que almejavam entender o livro como força histórica. Dessa forma a história do livro foi sendo difundida em seus próprios periódicos, centros de pesquisas, conferências e ciclos de palestras.

Segundo Levi (1999) a verdadeira democracia eletrônica, uma forma de distribuição de atividades de informação ocasionadas pelo desenvolvimento tecnológico, seria uma descentralização dos grandes centros urbanos com uma difusão de propagandas governamentais sobre redes e anúncios de endereços eletrônicos e referências pela internet ou auto-organização das comunidades locais ou por deliberações por parte de grupos diretamente interessados na democratização da informação. Segundo o autor, em primeiro lugar, seria tratar de “sensibilizar” os dirigentes para as novas possibilidades em grande escala de comunicação digital. E em seguida, a ordem implícita seria um projeto de “acesso para todos”, uma sistemática institucional, no virtual, que pudesse ser observada em toda parte, ou em quase toda parte, com o encorajamento de investimentos em obras de espaços virtuais atualizados⁶.

⁶Para que a democratização da tecnologia digital, desenvolvida pelo homem, seja um benefício usufruído pelo ser humano é necessário que este conhecimento chegue ao consumidor deste saber.

Rubens Ferreira (2003) destaca que no contexto atual a democratização da informática ainda precisa transpor os muros das escolas e universidades e atingir um número maior de usuários. E que, no entanto, a democratização da informação, por si só, não se completará. Pois deve fundamentar-se, no que se refere à informática, no fato que ela apresenta muitas questões a serem consideradas, já que a popularização da internet trouxe uma quantidade expressiva de informação, muitas vezes de qualidade duvidosa, trazendo a necessidade de ações capazes de coibir a veiculação de informação de qualidade distorcida. Com isto é necessário, também, encontrar caminhos para estimular a disponibilização de conteúdos informacionais na internet que promovam a formação intelectual e cultural do indivíduo.

Outra questão que se tornou pertinente graças à internet foi o valor da bibliografia. Os textos se tornaram ao mesmo tempo fácil de dispor, porém menos confiáveis⁷. Alguns estudantes estão habituados a fazer *download* de textos sem questionar de onde vieram, acabam baixando versões deturpadas. Outros têm a capacidade de navegar em direções inesperadas, procurando conexões que se afeiçoam aos seus próprios interesses, ou transformando o material, não para fins de estudo, mas em construções particulares. Para evitar bibliografias questionáveis e abstrações, Amaral (2007) lembra que existem várias normas técnicas para referenciar bibliografias, como por exemplo, a Associação Brasileira de Normas

É milenar a associação da Informação com conhecimento e sempre foram compreendidos em diferentes formas de distribuição, nas sociedades aqueles que detinham maior informação detinham consequentemente o conhecimento e gozavam de posição de destaque ou de liderança. A democratização da informação traz maior acesso ao conhecimento, gerando uma relevante universalização dos serviços de comunicação. Segundo Almeida (2006) no Brasil, o acesso da população à internet tem crescido, mas ainda é preciso ser ampliado. A autora afirma que é por isto as bibliotecas no Brasil e também no mundo enfrentaram grandes desafios, com a popularização do livro digital, como o problema do empréstimo desses livros. Na 15ª Bienal do livro foi discutido o papel da biblioteca no empréstimo do livro digital, e a democratização no acesso à leitura e a instigação imposta com o surgimento das novas tecnologias. Uma das possibilidades de empréstimo de livros digitais que vigora na Europa e nos estados unidos, indica o empréstimo de livros que são baixados e, depois de alguns dias, desaparecem do suporte utilizado, fazendo com que termine o prazo de uso. Outra possibilidade se daria por meio do ciberespaço, da chamada “nuvem”. Dentro desse conceito, os livros ficariam em uma rede disponível a todos e o leitor não chega a baixar os arquivos. Neste caso, haveria a necessidade de pagar uma mensalidade para que o usuário acesse as obras (PORTAL TERRA, 2011).

⁷Para que as informações disponíveis na Internet tenham credibilidade, será necessário criar formas de determinar a precisão e a confiabilidade dos resultados. Tradicionalmente, o que determina a precisão de uma fonte de informação é a conferência das referências, a consistência da bibliografia, as citações, entre outras formas. Porém, o que dificulta o exame de fontes na Internet é o fato de que elas podem se referir, da mesma forma, a outras de credibilidade questionável. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/viewFile/293/216>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

Técnicas (ABNT). Essas normas técnicas é que permitem a identificação das fontes bibliográficas.

Para Guerra (2012) os livros, as frases, as palavras e as letras possibilitam significados que vão além das definições existentes nos dicionários e da conjugação de expressões, levam as letras para o mundo das artes plásticas, e com elas o seu símbolo máximo, o livro. A compilação de páginas foi aperfeiçoada, pelos romanos, do códex, acabado de surgir, nos primeiros anos da era cristã. Uma mudança que revolucionou a escrita, uma vez que o número de informação transmitida aumentou exponencialmente com a facilidade de transporte. O livro, como afirma Báez (2004) recebeu ainda mais estima com a ampliação do cristianismo, que apontava a palavra de Deus na sua consolidação, a Bíblia. O livro continua a ser um elemento simbólico, não apenas relacionado com a fé, mas igualmente com a sabedoria, a memória e o compartilhamento do conhecimento.

Segundo Guerra (2012), o artista contemporâneo introduz o livro e outras mídias tradicionais na sua arte, atribuindo uma nova significação a itens que começam a ficar parados no tempo. Como no caso de Dettmer⁸ que nunca modifica ou acrescenta o teor do livro que está utilizando em sua criação artística, usa somente sua informação. Também, não planeja antes de começar a talhar o livro, simplesmente perfura as páginas, retirando do livro as partes que não interessam para chegar ao resultado final. Em seguida, cobre com verniz o que resta. A ideia de utilizar livros no seu trabalho começou na faculdade quando estudava sistemas de linguagem e códigos existentes na pintura abstrata. Então decidiu construir telas com textura obtidas a partir de jornais e páginas de livro. A ideia basicamente era a informação ser restringida ao experimento universal da textura. Iniciou arrancando páginas até abrir furos e dar-lhes formas. Descobriu algo original assim que perfurou um livro até chegar a uma fotografia, continuou a perfurar em volta até as imagens começarem a sobrepor. O trabalho manual de Dettmer é fascinante, mas faz lembrar a máxima de Plínio, um naturalista romano: “nenhum livro é tão ruim que não possa ser útil sob algum aspecto” (GUERRA, 2012).

⁸O artista contemporâneo, Brian Dettmer introduz o livro e outras mídias tradicionais na sua arte, dando um novo significado a objetos que começam a ficar parados no tempo. Os livros são fundamentais em sua obra. Disponível em: <http://obviousmag.org/archives/2012/04/os_livros_transformados_por_brian_dettmer.html>. Acesso em: 27 nov. 2014.

Outra modalidade de livro é o “livro que desaparece”, uma proposta da editora argentina Eterna Cadencia que, diante da constatação de que existe um grande número de autores que tem algo a dizer em seus livros, mas esses permanecem sem serem lidos durante dias ou meses, criaram o livro que não espera um tempo longo para ser lido, ou seja, se ele não for lido em 60 dias, suas letras iniciam um processo de desaparecimento. Este livro que irá se “autodestruir” foi apresentado com o intuito de estimular a leitura, pois grande número de livros adquiridos permanece atirado às traças por bastante tempo até serem folheados. Com uma forma inovadora este tipo de produto não agrada a todos, mas chama a atenção de muitos. Na controvérsia, os adoradores de estantes abarrotadas não compram a ideia, porque muitos gostam de fazer comentários em seus livros ou consultá-los posteriormente. E para muitos, os livros são tesouros preservados. Contudo para quem se satisfaz apenas em absorver seu escrito rapidamente, este tipo de livro pode ser uma opção apropriada (VILAVERDE, 2012).

Darnton (2010) afirma que os livros trouxeram maior oportunidade de acesso, ao conhecimento ao longo dos tempos. As pessoas começaram a formar ideias próprias e a conceituaram os mais variáveis assuntos, dando início a Era da informação. Com a chegada do rádio, televisão e internet a troca de informações foi além, obtendo a propagação de conhecimento. Mesmo com tantas alternativas, os livros seguem se multiplicando e dando voz a um grande número de pessoas que querem partilhar suas ideias. Entretanto, e infelizmente, a quantidade de leitores de livros, seja ele impresso ou eletrônico, se reduz a cada ano que passa.

2.2 LIVRO DIGITAL

Livro eletrônico (*e-book*), definido como um reduzido aparelhamento portátil, com competência para registrar na memória um significativo número de textos, é também considerado como conteúdo disponível na Internet para baixar (*download*) em um computador. Um produto criado com recursos da informática surge comprometendo uma história de cinco séculos da supremacia do livro impresso. A revolução industrial produziu em ampla escala, afetou as maneiras de agir e de pensar da sociedade, assiste-se agora a uma nova revolução, repercutindo, sobretudo na comunicação e uso da informação. Mecanismos eletrônicos surgiram transformando as rotinas de trabalho nas diversas áreas do conhecimento, e

também nas atividades de lazer. A intensa mudança nos procedimentos de produção do livro sofreu alterações, na sua forma física, na sua concepção e nos jeitos de usar (SILVA; BUFREM, 2001).

Das várias maneiras de produção do livro, impresso ou eletrônico, a impressa é que, a nosso ver, tem a supremacia sobre as demais e ainda terá uma longa sobrevida. Apesar dos mais de quinhentos anos de existência do livro em papel, para muitos, ainda não apareceu nada melhor para a atividade de ler do que ler um livro impresso. Levando em consideração que podemos ler um livro que foi impresso há cinco séculos, e não temos como saber por quanto tempo poderemos ler um livro eletrônico, pois os equipamentos eletrônicos são perecíveis, tornam-se obsoletos rapidamente. Podemos assegurar que o livro impresso continuará existindo por muito tempo ainda. Pantaleoni (2012) defensor da continuidade do livro impresso, pois é o único que nos dá trilhas de sua época e tem preservado e disseminado o conhecimento no transcorrer dos séculos. O livro digital tem vantagem de ser fácil de acessar, de transportar, de disseminar e mais barato, porém os equipamentos que dão suportes a leitura digital são caros e mudam rapidamente.

Como afirmam Eco e Carrière (2010) o livro permanecerá como alicerce da leitura, a tecnologia não modifica o desempenho clássico do livro. O que acontece é uma maior comodidade no armazenamento e deslocamento de informações, mas a preservação e conservação são questionadas.

Carvalho (2006) defende que o livro eletrônico volta às origens por seguir rolando na tela, mas inova introduzindo o hipertexto, instantâneo, consentindo uma leitura mais livre. Não obstante, persistem dificuldades e peculiaridades, internacional, nacional e regional. O autor assinala ainda que a circulação do livro em papel permite a transmissão de conteúdos na sua essência, onde a leitura é assimilada, gradualmente, enquanto o suporte eletrônico demonstra estar empenhado com a rapidez de circulação e disseminação de textos, o que lhe permite afirmar que o livro impresso favorece a aprendizagem, estudo e pesquisa e o livro eletrônico é apoiado por um vetor comunicação.

Já outros estudiosos, a exemplo de Scortecchi (2007), defendem que o livro deve ser combinado por um grupo de páginas encadernadas fáceis de transportar. Porém, como dito anteriormente, no final do século XX apareceu o livro eletrônico, ou seja, o livro num sustentáculo eletrônico, o computador, que não satisfazem essas particularidades. Embora ainda seja cedo para afirmar que o livro eletrônico é

um sucessor do livro tradicional ou uma variante, ele vem ganhando seu lugar. De algum modo isto alarma os amantes do livro característico, os bibliófilos.

O livro eletrônico incide justamente em transportar por meio eletrônico um conjunto particular de dados, conhecimentos ou informações. Nota-se o fato de que o Dicionário Aurélio já registra a expressão “livro eletrônico” como sendo “versão de um livro publicada em mídia digital, como, p. ex., CDROM” (PAULINO, 2009, p. 04).

Scortecci (2007) dizia que os livros eletrônicos são disponibilizados em computadores de mesa ou em computadores de mão, os palmtops. Um problema que o livro eletrônico exhibe é que a leitura num suporte de papel é cerca de 1,2 vezes mais acelerada do que em um suporte eletrônico, contudo pesquisas estão sendo feitas para que a visualização dos livros eletrônicos seja melhorada.

Durante o século XX, a propagação do computador favoreceu inúmeras inovações, até mesmo às bibliotecas. Nos anos 60, chega a internet e com ela aconteceram transformações nos padrões tradicionais do livro que transpõe do impresso para o livro eletrônico ou hiperlivro, que são livros disponíveis em bases eletrônicas, transportados por redes virtuais, para serem lidos nas telas de computadores. Essa revolução eletrônica possibilitou mostrar que a história das práticas de leitura vai do rolo antigo ao códex medieval, e do livro impresso ao texto eletrônico; e, por meio dessa multiplicidade, entende-se que as histórias da leitura estão emaranhadas à vida de cada povo, em distintas épocas. Essa revolução é para Chartier (1999), indiscutivelmente mais extraordinária que a de Gutenberg, pois enquanto a imprensa mudava unicamente a forma de reprodução do texto, a presente revolução modifica o processo de reprodução, as estruturas e o suporte físico:

a invenção de Gutenberg, de modo algum, aboliu o livro como suporte de publicação e transmissão de textos, por isso, é um abuso de linguagem falar em “revolução impressa”, pois o livro existe, compreendendo também sua forma moderna, muito antes da impressão. Para ele, no lugar de uma “revolução do impresso”, seria conveniente falar de uma evolução dos livros e das formas de se ler. Isto porque os caracteres móveis foram inventados e utilizados na China, na Coréia e no Japão, antes de Gutenberg. (CHARTIER, 2007, p. 18).

O livro impresso, até aos nossos tempos, diz Chagas (2010) foi o legatário do manuscrito: pela organização em cadernos, pela hierarquia dos formatos. E agora é

início da cultura digital imposta mudando a longa permanência da cultura escrita. Deste modo, reorganiza-se ao mesmo tempo a forma de ler.

O advento da escrita digital nos deixa diante de uma terceira revolução, sendo que a primeira foi o invento da própria escrita e da figura do leitor que está associada à escrita; a segunda, o ingresso do rolo (volumen) ao códice. O códice veio, portanto, tomar o lugar do rolo e a imprensa veio ocupar o lugar do manuscrito como formato maciço de reprodução e difusão (CHAGAS, 2010, p. 125).

Esse novo livro, promovido por um sustentáculo virtual, mudou as relações sensoriais, elementos importantes no artifício de leitura, pois a tela não permite a sensação afetiva do toque, do manuseio como o livro tradicional. Somente a visão opera de forma extensiva no livro eletrônico. Os sentidos no qual se faz presente o tato, o contato direto com o objeto produz significado, seduz o leitor ou a leitora, como a poetisa Drummond, Chagas (2010) descreve:

Antes de ler, / que bom passar a mão no som da percalina, / esse cristal de fluida transparência: verde, verde.... /; a visão, que é atraída pela cor e pelo formato, e até o olfato que identifica pelo cheiro se o livro é velho ou novo; a audição ao ouvir o som das páginas virando, como o som das palavras vindo do poema de João Cabral de Melo Neto (2010), folheada, a folha de um livro retoma/ o lânguido vegetal de folha, / e um livro se folheia ou se desfolha/ como sob o vento a árvore que o doa; / folheada, a folha de um livro repete/ fricativas e labiais de ventos antigos, / e nada finge vento em folha de árvore. (CHAGAS, 2010, p. 126).

Decifrar um livro com consumação ou com volúpia devorá-lo inteiramente admitir que a imaginação possa voar para lugares imaginários e hipotéticos, não faz parte igualmente da presente estrutura do livro, a virtual. A forma de distribuir e organizar o texto em uma tela não é a mesma dos livros do leitor medieval, moderno e contemporâneo, do livro manuscrito ou impresso:

no ambiente digital, a mão já não desenha as palavras. Ela aciona botões que criarão uma representação textual eletrônica, acessível para a leitura nas mais diversas telas. Já não se trata da letra A, mas da combinação de números binários que formam a letra A. Se antes os textos adequavam-se às dimensões da página de papel, agora a limitação física do ecrã já não impõe limites ao texto, que flutua em disposições espaciais instáveis. Trata-se de uma representação imaterial e sem lugar próprio. (CHARTIER, 1994, p. 187).

O texto eletrônico decompõe a história das maneiras de ler do rolo antigo ao códex medieval, do livro no papel ao texto eletrônico. Deste modo, há no texto um pluralismo de vivências. A eletrônica é somente uma dentre elas. O moderno suporte do texto consente manuseios e intervenções do leitor imensamente mais livres do que qualquer um dos formatos antigos do livro. Sem dúvida o CD-ROM (*Compact Disk Read Only Memory*) é um dos mais desbravadores formatos do livro na contemporaneidade; o *Smart ebook*, o *Rocket ebook* e o *Softbook* são seguros e apropriados para guardar milhões de informações (CHAGAS, 2010).

Com a absorvente utilização das atuais tecnologias de informação e comunicação, tem a base em equipamentos digitais, assiste a volta à base mineral, com o uso de chips de silício e aparelhos eletrônicos para acessar as informações guardadas em bases de dados. Esta transformação cultural do escrito no papel para as telas do computador da quietação do texto impresso para a capacidade de troca entre usuários de informática própria do mundo ocidental induz alguns a esperarem até que o fim do livro se posiciona bem próximo (CHAGAS, 2010).

O filósofo alemão, Walter Benjamin (1995) já tinha afirmado em 1928, que:

Nosso tempo, [...] está particularmente em oposição à situação em que foi inventada a arte da imprensa. [...] Agora tudo indica que o livro, nessa forma tradicional, vai ao encontro de seu fim. [...] E antes que um contemporâneo chegue a abrir um livro, caiu sobre seus olhos um tão denso turbilhão de letras cambiantes, coloridas, conflitantes, que as chances de sua penetração na arcaica quietude do livro se tornaram mínimas. (BENJAMIN, 1995, p.27-28).

O livro digital tem sido discutido e contraposto à clássica invenção impressa. É certo que o livro impresso não desaparecerá rapidamente, pois está intensamente radicado à cultura da comunicação impressa e ao uso comum de um extenso contingente de leitores.

O leitor virtual desenvolveu outro (sexto) sentido nas pontas dos dedos, acionado ao clique de um mouse. A distribuição e em uma tela não é a mesma dos livros do leitor medieval, moderno e contemporâneo do livro manuscrito ou impresso. (SANTAELLA, 2004, p. 36).

A nova exposição do livro provoca mudanças na técnica de leitura do texto através de novo suporte. As possibilidades proporcionadas pelos ambientes

eletrônicos estendem-se em aspectos como sua atualização em formato de *hardware* ou de *software* indicando novos modos de ler (SILVA; BUFREM, 2001).

O livro, um objeto cultural, possibilita a divulgação dos saberes construídos, renova modelos culturais e compartilha normas do convívio social. Enquanto suporte de registro de conhecimento, é uma forma de armazenar e guardar a memória e a história das civilizações. Apesar de considerado como suporte, o texto lhe confere significação enriquecida a partir das interpretações possíveis. A possibilidade de se distribuir de forma imediata e sem papel de qualquer tipo de informação. Porém, os meios de transmitir ou sustentar são complexos, provando que a virtualidade do texto não exonera o suporte que o acolhe e que deve adequar-se ao homem (SILVA; BUFREM, 2001).

Para Silva e Bufrem (2001) os produtores do livro eletrônico apostam na reprodução das particularidades físicas e os jeitos e as maneiras de utilização do impresso, assim como a sua portabilidade. Como no passado, quando a imprensa de Gutenberg não extinguiu o gosto pelo texto anotado à mão a maioria dos incunábulo, obra impressa anterior a 1500, parecia manuscrito. Para essas autoras procura-se imitar as velhas formas físicas. A transformação ocorre devagar. O livro eletrônico aplica critérios pertinentes às estruturas de propriedade do livro impresso como a paginação, notas de rodapé, injunções da antiga forma do texto, que é a forma, quase sem alteração desde o aparecimento do códice, que confirma ser o livro a criação mais aperfeiçoada e apreciada da cultura ocidental.

Silva e Bufrem (2001) comentam que a possibilidade de consolidar um livro eletrônico como um aprimoramento do livro impresso foi imaginada em 1945, por Vannevar Bush, chefe do Escritório de Pesquisas e Desenvolvimento dos Estados Unidos, em seu experimento, “*As we may think*”, quando apresentou o Memex, “artefato no qual um indivíduo armazenaria todos seus livros, registros e comunicações”⁹. Grande parte do conteúdo do Memex se constituiria de microfilme, que seria inserido no aparelho.

Essas autoras relatam que Allan Kay, um cientista norte-americano, em 1968, da Xerox Corporation, previu o advento, em torno de 1990, do que ele denominou de Dynabook, ou livro dinâmico, uma identificação de computador portátil, de pouco

⁹As We May Think por Vannevar Bush, publicado na edição de julho 1945 The Atlantic Monthly - versão eletrônica foi preparada por Denys Duchier, Abril de 1994.

consumo de energia, com volume e aspecto de um livro, com duas telas com formato de páginas, reproduzindo textos e ilustrações, em cores, e fácil de ler como as páginas de um livro impresso. Comprimindo uma tecla ou pressionando o dedo nas páginas, o leitor geraria um “virar de páginas” eletrônico, consentindo avançar ou recuar as páginas do texto. Com uma grande capacidade interna de memória e pequenos cartuchos removíveis cobririam uma biblioteca eletrônica superabundante, com milhares de livros permitindo ao feliz possuidor dispor de tal equipamento.

A Sony, empresa japonesa (1986), lançou na maioria dos países o Data Disc, um aparelho Data Disc, com a forma de uso muito semelhante à prevista para o Dynabook, com uma vantagem de ser programado para fazer busca, que possibilitava especificar a palavra ou palavras que se almejava achar no texto, em alguma combinação.

O modelo desenvolvido pela empresa norte-americana Franklin com um formato de uma agenda eletrônica (12 x 7 cm), pesando poucas gramas possuindo dois cartuchos de memória com a capacidade de conter os livros (*Book System Cards*). (SILVA; BUFREM, 2001, p. 4).

Modelos com mais sofisticação e com maior habilidade do que o Franklin apareceram depois de 1998, como o *Softbook*, um Sistema de Leitura Inteligente, lançado em 1998 pela *SoftBook Press*; o *Rocket e-Book* que ficou popular no início do *e-book*, fabricado pela NuvoMedia até 2000; e o *Everybook* (livro eletrônico com telas tácteis) (SILVA; BUFREM, 2001).

A evolução dos sustentáculos da escrita, o livro eletrônico também definido como um texto em formato digital, adquirido *online* via Internet, por meio de *download*, ou até mesmo em CD-Rom, HDs, em diferente significação, também é denominado de texto eletrônico pelo fato de ser lido na tela do computador e em leitoras portáteis. Silva e Bufrem (2001) apontam, aqui, o livro eletrônico com características que mais se equiparam a um livro impresso: o *e-book* que permite ler arquivos em formatos digitais com desempenho do *hardware*, combinado com conjunto de procedimentos, processos de programação e instruções compatíveis com suas particularizações técnicas¹⁰.

¹⁰Em 1998 foi comercializado o primeiro livro eletrônico nos Estados Unidos, o *Rocket e-Book*, com um pouco mais volume do que um livro de bolso, podendo ser transportado facilmente, uma pequena biblioteca, podendo conter entre 4.000 e 36.000 páginas de textos e de imagens. Oferece também diferentes fontes e tamanho de caracteres, sublinhado, anotação, pesquisa, dicionário e caneta

Para Cavallo e Chartier (1999, p. 32) a transferência eletrônica sinaliza uma espécie de revolução da leitura, com benefícios especiais para o leitor. Estendendo as possibilidades à sua aquisição perante do texto eletrônico: pode fazer indexação, anotações, cópias, transferência, recomposição, ou coautoria. Permite, ainda, construir conjuntos textuais inéditos, cuja vivência, disposição e aparência unicamente dependem de quem lê. Uma percepção de conjectura formulada por esses autores é que “do codex à tela, o passo é tão importante quanto o que foi dado ao passar do rolo ao codex”.

A própria leitura mudou com o computador e a internet a nova geração de leitores que aprendeu a ler na tela, com uma rapidez maior que a dos mais versados mestres educados no papel. O fato é que o hipertexto, ao estabelecer a leitura não linear, junta o ato de ler ao do pensar. Não tem mais a necessidade de ler o texto na sequência na qual foi desenvolvido, as amarrações acasaladas permitem, por exemplo, conferir o significado de uma palavra somente clicando sobre ela. O leitor passa para outro texto como se simplesmente tivesse se lembrado do significado de tal palavra, podendo transferir os textos rapidamente de uma livraria na web para uma ledora portátil, não esgotando as edições. Nesse sentido podemos afirmar que enquanto os livros de papel são objetos fechados, os eletrônicos têm a possibilidade de introduzir links em hipertexto para diferentes conteúdos, que podem estar incluídos em outros textos. O leitor não se limita à leitura linear, uma vez que pode usar os links e as imagens de modos distintos.

Contudo, se o livro eletrônico proporciona relativos benefícios sobre o impresso, na atual conjuntura brasileira, como na de outros países periféricos, onde

eletrônica. Sua exposição foi idealizada com o intuito de aumentar ao máximo a simplicidade (dois botões para “virar” as páginas) e as condições de luminosidade (retro-iluminado). A habilidade de autonomia de sua bateria é perto de 40 horas, o permitindo a leitura de maneira contínua. O *Softbook*, versão de *e-book*, que quando fechado se assemelha a um livro encadernado em capa de couro. Pesa cerca de 1.400 gramas e possui de uma tela tátil em preto-e-branco. Com memória que pode estocar 5.000 páginas e a bateria assegura 5 horas contínuas. O *eBookman* disponível em três modelos com têm tela de cristal líquido com resolução de 200 por 240 pixels. Dois modelos com oito megas de memória, com tela retro iluminada e um *software* extra e um terceiro com todos os suplementos e 16 megas de memória. A *goReader* inseriu novo nível de tecnologia de leitura eletrônica para estudantes que trabalha com editores que oferecem textos eletrônicos num *hardware* portátil de fácil uso. Com tela de cristal líquido, colorida e tátil, tem resolução de 800x600 pixel. Pesa menos de dois kilos possui memória de 32 megas. Sendo tátil, a tela comporta fazer anotações. Possui guias de estudo e informações adicionais como calculadores calendários e dicionários. Trabalha com o *software Sun Microsystems Java* e lê arquivos no formato OEB 1.0 e XML. O *goReader* possibilita aos estudantes a obtenção de informações e de conteúdos diretamente do *website*. (SILVA; BUFREM, 2001, p. 7).

a universalização de acessos aos recursos computacionais, ainda, é um fator não consolidado, seu uso não atinge todas as camadas da sociedade. Sociedade esta, em que a ferramenta essencial é o computador, que vem alterando a forma como a sociedade se organiza, se instrui e se comunica constituindo mudanças na vida das pessoas e as relações com o conhecimento. Não obstante, existe o fator do preço e também o fator limitativo ao acesso constituído pela obrigação de entrada do *hardware* (SILVA; BUFREM, 2001).

Com o desenvolvimento da internet, as ferramentas tecnológicas se tornaram cada vez mais constantes no cotidiano, acrescentando e disponibilizando conteúdo informacional, surgindo uma nova informação a cada momento. Isto, segundo Rokohl (2012), trouxe um dos maiores progressos à expansão tecnológica, o livro digital passou a apresentar muitos benefícios em relação ao livro impresso, pois ele pode ser comprado, acessado e lido em qualquer lugar. É mais barato, pois o valor de um livro disponibilizado de forma eletrônica é menor do que o publicado no formato impresso, porque o livro digital não necessita de editoração, impressão e frete. Além do mais, também colabora com o meio ambiente. Mas, segundo a autora, o livro digital apresenta desvantagens que se encontra na sua visualização na tela do computador, emitem luz que cansam a visão depois de um extenso período de exposição. Outro problema é a piratagem na internet, a facilidade de emitir cópias sem ter custos pelos direitos autorais.

Para Paulino (2009, p. 7-8) este novo modelo de livro causado por um suporte virtualizador alterou as relações sensoriais, elementos importantes no processo de leitura. O que antes era tido como livro cede espaço para uma nova formatação que estabelece o não-livro. A tela não permite a sensação do toque, do manejo, como o livro tradicional. Não há mais uma relação afetiva; os sentidos não são aguçados como no livro tradicional. Entre os sentidos presentes estão o tato, o contato direto com o objeto, a visão, que é seduzida pela cor, pelo formato e até o olfato que identifica o livro pelo cheirinho de novo, de velho, dentre outros. No livro eletrônico a atuação extensiva é apenas da visão. Como já comentado anteriormente, “o livro já mudou várias vezes de suporte desde sua criação: tábuas de argila, papiro, pergaminho etc. Até se tornar o que é hoje. Não é o tipo de suporte que vai fazer com que o livro perca o seu significado, o seu valor informacional” (ROKOHL, 2012, p. 32).

2.3 A SOBREVIVÊNCIA DO LIVRO IMPRESSO

Silva e Bufrem (2001), levando em consideração diversas questões referentes ao conforto e aos estilos pessoais de leitura, que possibilitam assegurar que o livro impresso continuará a ser por muito tempo incluído ao acervo de bibliotecas e centros de documentação, convivendo com os novos. Necessitará continuar, assim, fazendo parte do nosso dia-a-dia igualmente como os instrumentos musicais e tantos distintos aparatos criados pelo homem com o intuito de registrar e transmitir seu conhecimento para poder expressar sua sensibilidade. Com o surgimento das novas tecnologias conjectura-se um possível desaparecer do livro, esse instrumento apresentado como um dos mais essenciais na constituição das civilizações contemporâneas, mas isso é só o vislumbrar dos entusiastas da tecnologia. Pois, ainda não temos certeza de que o livro não possa continuar, por muito tempo, a cumprir seu papel, por estar ameaçado pelas várias invenções fundamentadas em princípios completamente diferentes (MACHADO, 1994).

A maneira de produzir o livro impresso é demasiadamente lenta para um mundo que passa por mudanças de modo acelerado a cada minuto. Os atrativos do livro perdem o viço perante o turbilhão de possibilidades abertas pelos meios audiovisuais, enquanto sua composição e funcionalidade suportam um rigor cadavérico quando comparadas com os ambientes informatizados, interativos e multimidiáticos dos textos eletrônicos. Ainda, os custos de produção do livro impresso aumentam atualmente em progressão geométrica (não somente no Brasil). É de se pensar que, daqui algum tempo, o livro de papel venha ser um artigo de luxo, comercializado em antiquários para uma distinta freguesia de conservadores nostálgicos. Com certeza, não é a primeira vez que se profetiza o fim do livro. Em 1929, deslumbrado com a inscrição icônica e vertical que conquistava as ruas por meio dos cartazes luminosos que pregavam o fim do livro na sua forma tradicional (MACHADO, 1994).

Chartier (1999) ressalta que o livro, enquanto objeto de leitura, vive uma diversidade de existências, sendo que a eletrônica é apenas uma delas. É, portanto, uma forma de convivência entre o tradicional e o revolucionário que entendemos neste panorama de intensas mudanças incididas em nossos artefatos de leitura. O escritor, em seu livro “A aventura do livro: do leitor ao navegador (1999)”, comenta a queixa de alguns pelo aparecimento do livro eletrônico e o possível fim do livro

tradicional, e fala que o historiador não deve gerar um discurso utópico ou nostálgico, mas sim científico, associando todos os autores e todos os procedimentos que consigam com que um texto se torne um livro de qualquer formato. Deste modo afirma que o mais plausível para as próximas décadas é que venham coexistir, não forçosamente pacífica, as formas de livro e os modos de registro e de comunicação dos textos: a escrita manuscrita, a publicação impressa, a textualidade eletrônica (PAULINO, 2009, p. 11).

Segundo Chartier (1998), neste século, o livro está coexistindo com outras formas de arte e outros meios de comunicação de massa, como o cinema, o rádio e a televisão, que conquistaram em pouco tempo um enorme apelo popular e comercial. Alencar (2003) argumenta que nos anos 1960 dizia-se que: “A televisão vai acabar com o rádio”. Não aconteceu, assim como a internet não irá matar a televisão. O “ser humano tem grande necessidade de comunicação, e todos os veículos são úteis, desde que passem boa informação” (ALENCAR, 2003, p. 45).

Entretanto, nada havia mudado o formato físico do livro, até que com o aparecimento da microinformática e da internet, quando deu início ao aparecimento de suportes digitais para a leitura onde não existia exatamente um objeto, e sim uma tela sobre a qual o texto eletrônico passou a ser lido:

a inscrição do texto na tela cria uma distribuição, uma organização, uma estruturação do texto que não é de maneira alguma a mesma com a qual se defrontava o leitor do livro em rolo da Antiguidade ou o leitor medieval, moderno e contemporâneo do manuscrito ou impresso. (CHARTIER, 1998, p. 12).

Possivelmente, outras gerações não assistiram a tantas mudanças tecnológicas como a geração nascida em meados do século XX, essa geração que atualmente, adulta, ocupa cadeiras universitárias, as redações de jornais e revistas e diretorias das grandes empresas. Uma geração que cresceu lendo livros impressos e atualmente resiste à ideia de novos suportes para a leitura. A tecnologia foi recebida como facilitadora para um público interessando em eletrônicos e não somente em leitura, mas não foi para todos que se tornou uma forma de leitura muito agradável, mas com certeza muito útil (SPALDING, 2012).

A Universidade de Cambridge tinha em 1427, só 122 livros. Eram manuscritos que valiam muito. Isso antes de a Bíblia de Gutenberg chegar às ruas. A seguir, os livros não eram mais obras artesanais exclusivas de milionários, e mudaram graças

a uma novidade, a prensa de tipos móveis, que tinha a capacidade de fazer milhares de cópias, enquanto um monge terminava um manuscrito. Foi uma revolução sem igual na história, esta revolução já acabou há mais de dez anos. No início do crescimento da internet deu a entender que ela aniquilaria a história do papel impresso e começaria outra história. Lembra-nos Versignassi (2010) que os sete milhões de volumes que a Universidade de Cambridge conserva atualmente nas suas várias bibliotecas, caberiam em quatro discos rígidos de 500 gigabytes. Apenas quatro e, sem precisar frequentar Cambridge para ler os livros.

Mas, segundo Versignassi (2010) o que ninguém acreditava é que a internet não ameaçaria o prestígio e as vendas dos livros. Ao contrário, o comércio *online* que mais acertou, depois do Google, foi o da livraria virtual Amazon. A questão é: o livro não morreu. E se, comparado à internet, é tão arcaico quanto folhas de pergaminho ou tábuas de argila, mas segue firme. Isso se deve, para o autor, a uma razão, qual seja, ler um livro completo no computador, para uma grande maioria dos leitores, é detestável, e para essa maioria a melhor tecnologia para uma leitura intensa e longa, ainda, consiste em tinta preta em papel branco, num pacote leve e fácil de manegar. Assinala também que, quem gosta de ler tem afeto físico pelos livros, ou seja, gosta de tocá-los, do fluxo das páginas e da estante cheia. Uma semelhança de fetiche, de amor até. Um amor que só dura porque esses leitores acham que ainda não surgiu nada mais perfeito que um livro impresso, para a atividade de ler um livro.

Após o CD, que agora morreu, e do DVD, que está resfolegando com auxílio de aparelhos, o livro impresso seria o próximo da lista, analisa o autor:

Há três anos apareceu o primeiro livro eletrônico realmente viável: Kindle, da Amazon. Você compra um aparelho e aí pode baixar qualquer livro de um catálogo de 20 mil títulos (quase todos em inglês). Com a vantagem de que pode fazer isso de qualquer lugar, pela rede 3G. E de que cabem 1 500 obras no bichinho de 400 gramas. Assim, de cara, ele até parece estranho, com sua tela monocromática e pequena (seis polegadas). Mas a primeira vez com ele você nunca esquece. E você corre o risco de se apaixonar. O segredo desse poder de sedução é a tela do Kindle. Por causa do seguinte: ler por horas num lcd comum não é diferente de ficar olhando para lâmpada. Uma hora seus olhos pedem arrego. Mas com o Kindle não. Ele não emite luz. A tela é feita de tinta de verdade - preta para as letras, branca para o fundo. E a leitura flui como se a tela fosse de papel. Ou quase: a tinta eletrônica demora para se reposicionar quando você vira a página. E virar a página é eufemismo, na verdade. Ao contrário de um livro comum, elas não

são sensíveis ao toque. Tem que apertar botão. Chato. Por essas, o Kindle nunca foi uma ameaça à venda de livros comuns. Mas, em janeiro, veio o iPad, da Apple. Com uma proposta ambiciosa: aposentar o Kindle e virar iPod dos livros eletrônicos. À primeira vista, ele cumpre a promessa. Tudo o que Kindle tem de péssimo esse iPhone de Itu tem de ótimo: tela enorme, colorida, páginas que você vira com os dedos, sem botão, como se estivesse com um livro normal. Mas não. Não dá para chamar o Steve Jobs de Gutenberg 2.0. O iPad tem uma falha de nascença: a tela é de lcd. Não dá para ler um romance inteiro ali. Seus olhos vão implorar para que você largue o iPad e tente um livro de verdade, daqueles do Gutenberg 1.0 mesmo. Fim de papo. (VERSIGNASSI, 2010, p. 01).

Rever o conceito de livro é importante para percebermos o método evolutivo deste. O texto eletrônico não conclui a vida do livro impresso, nem mesmo a existência da leitura, entretanto compreende uma mudança nas formas de estabelecer significados. O livro sugere sabedoria, status social e autoridade, consequência do saber que ele culturalmente possui. Sua história data de aproximadamente seis mil anos. Os diversos povos valeram-se dos mais diferentes tipos de materiais para registrar a sua existência no mundo, aprimorar, difundir seus conhecimentos e experiências. E, acredita Paulino (2009), conforme a necessidade do homem de registrar sua história e seu pensamento, ele continuará a instituir novos elementos que consigam atendimento às necessidades do seu tempo, consentindo uma leitura apropriada aos objetivos de cada leitor. Possivelmente, no que tange à temática do fim do livro, o que terminará será o conhecimento de livro como objeto somente impresso.

Em entrevista concedida a Noticias UOL, em 26 de Abril de 2009, Umberto Eco, defendendo a perenidade do livro impresso, falou, entre outras coisas, sobre a efemeridade dos suportes da informação: “foram suportes da informação escrita a estela egípcia, a tábua de argila, o papiro, o pergaminho e, evidentemente, o livro impresso”. O CD-Rom surgiu sendo saudado como um suporte, como a invenção que substituiria o livro. No entanto, sabemos que os mecanismos elétricos e eletrônicos são rapidamente perecíveis.

Se sim ou não, isto provavelmente nunca chegaremos, a saber, o quanto duraram. O autor afirmou que: “e se o computador ou o *e-book* caírem do quinto andar estará matematicamente seguro de que se perdeu tudo, enquanto se cair um livro no máximo se desencadernará completamente”. Disse, também, que os suportes modernos são mais para a difusão da informação do que para

armazenamento e conservação. O livro, ainda é o principal instrumento da difusão, ao mesmo tempo armazena e conserva. É plausível que daqui a alguns séculos a única forma de ter notícias sobre o passado, quando, possivelmente, os suportes eletrônicos tiverem sido desmagnetizados, continue sendo uma obra impressa. Obras-primas da literatura são gravadas em discos rígidos de 250 gigabytes, uma comodidade bem melhor do que buscar um volume pesado numa estante. Eco (2009) confessou, ainda, que era feliz por ter em sua biblioteca livros da literatura universal e da história da filosofia, e se, por ventura, os instrumentos eletrônicos entrarem em pane, esses livros serão uma garantia da memória.

Também em uma entrevista, na 7ª Bienal do livro de Campos dos Goytacazes-RJ em 2012, Manguel foi indagado sobre o futuro do livro eletrônico, o escritor foi pragmático:

Não consigo projetar para o futuro, bibliotecas eletrônicas, porque nelas não haverá livros, apenas aparatos eletrônicos. Não sou contra a tecnologia, nem contra o uso do aparato eletrônico porque eles facilitam o acesso à informação. Você pode estar na Amazônia e ter acesso ao texto eletrônico através de um aparato eletrônico (smartphone, tablet, etc), mas quando se tem um livro impresso diante dos olhos, a leitura impressa facilita a memorização. (MANGUEL, 2012).

Ao final da palestra, Manguel colocou com propriedade que o livro é um norteador do Homem no mundo. Ele nos deixa a reflexão: até quando permanecerá a leitura impressa? Dando evidências de que o livro historicamente permanecerá.

2.4 O LIVRO NO CENÁRIO DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS DA ATUALIDADE: DEBATES E DEFESAS

A função do livro conserva-se quase sem alteração, não se opondo às inovações trazidas pela alta tecnologia das últimas décadas. As mudanças tecnocientíficas, para os autores Eco e Carrière (2010), levam não propriamente a um distanciamento do livro, e sim a uma modificação dos modos de pensá-lo ante as inovações da atualidade. Os autores afirmam que das duas, uma: ou o livro continuará como suporte da leitura, ou haverá certa coisa similar ao que o livro jamais deixou de ser, ainda mesmo antes da invenção da tipografia. As mudanças

em torno do objeto livro enquanto objeto não transformaram sua função, nem sua sintaxe, em mais de quinhentos anos.

O livro é como a colher, o martelo, a roda ou a tesoura. Uma vez inventados, não podem ser aprimorados. [...] O livro venceu seus desafios e não vemos como, para o mesmo uso, podermos fazer algo melhor que o próprio livro. Talvez ele evolua em seus componentes, talvez as páginas não sejam mais de papel. Mas ele continuará sendo o que é. (ECO; CARRIÈRE, 2010, p. 16-17).

Entretanto, Spalding (2012) vê de forma exagerada essa essencialização do objeto livro, a ponto de torná-lo especificamente um monumento, arquivo de bens culturais, e acaba por demonstrar, assim, um tom nostálgico na ponderação dos autores Eco e Carrière (2010), que elucidam a tentativa de delimitar uma função para o livro da qual os suportes atuais não parecem dar conta. Pesa sobre isso, no entanto, a negação categórica, por parte dos autores ao considerar ser tal essa função do livro, que nem mesmo modificações na ordem da sua sintaxe que aconteceram ao longo de mais de quinhentos anos alteraram seu papel.

Manguel (1997), outro defensor do livro impresso, argumenta que o livro, como tecnologia, tem benefícios enormes sobre as telas dos computadores. Como elo com o passado e porta para o futuro, para ele o livro de papel terá, ainda, uma longa vida. Diz também que é tolice colocar a responsabilidade na internet pela dificuldade que muitos têm de achar prazer na leitura, principalmente os jovens. No seu ponto de vista, cada geração passada encontrou um subterfúgio para esquivar-se dos livros. Afirma ainda que, não se pode renunciar a riqueza da leitura, porque, continuamente a “finalidade” única sempre foi o conhecimento.

Na mesma linha de pensamento de Manguel, Fischer (2006) analisando o futuro acredita que nele a leitura permanecerá tendo o seu espaço. A leitura funcional sempre prevalecerá:

nas tarefas profissionais, computação, correspondências, sinais, rótulos, propagandas, entre outros. A leitura de ficção e de não-ficção (leitura cultural) continuará a se desenvolver com a civilização, refletindo as aceleradas tendências de monocultura, corporativização e tecnologia como um todo existentes em nosso planeta. Sem dúvida, os mesmos gêneros de leitura permanecerão: romances, biografias guias de viagens, história, e assim por diante, mas encontrarão novas ramificações e misturas de subgêneros. Ainda falta aparecer à aventura da culinária, o manual de celebridades de Marte, o guia de viagens holográficas ou a história virtual da

degustação de vinhos. Mas sejamos pacientes. A inovação seguirá a tecnologia, embora sempre com a atenção voltada para a demanda, sendo a própria inovação (para fins monetários) mantida, como sempre, como principal estímulo da indústria editorial. (FISCHER, 2006, p. 312).

Portanto, quando se começa falar em novos suportes para a leitura que não o bom e velho códice impresso, em livro digital, em *e-book*, dentre outros, é natural que haja uma forte resistência por parte de uma sociedade acostumada a conviver com livros há milênios, reação que se faz sentir nas estantes das livrarias, nos debates acadêmicos e nas discussões via internet (SPALDING, 2012)¹¹.

Pantaleoni (2012), escritor e editor de uma série de artigos publicados, também defende a continuação do livro impresso em oposição ao livro digital: “o livro impresso e editado é um trilho de vida, vestígio de época, fato histórico. Nenhum livro digital pode aspirar ter uma arqueologia idêntica, pois ele apenas nos dá o texto e nada mais”.

Alguns fatores conferem a leitura uma maneira modificadora e de interação social. O livro permite registrar, armazenar e recuperar informações que a memória humana por si só não consegue. Por isso, o que está por trás de certo apego ao livro é muito mais do que uma identificação ancestral com um objeto que transpôs milênios quase que com o mesmo formato, contradiz a percepção de que livro e leitura são uma entidade única, sendo um incapaz de sobreviver um sem o outro. Os benefícios do livro, no formato impresso, que sobreviveu até aqui de forma revolucionária e confortavelmente vão permanecer por um bom tempo. Nenhum bom leitor recusaria um livro mais barato, e com a singular vantagem do livro virtual sobre o impresso que é a portabilidade. A questão é esses livros serão armazenados com cuidado, fetiche e com a garantia de não efemeridade? O livro impresso de forma organizada e cuidadosamente guardados em nossas estantes nos possibilita ver na

¹¹Nas livrarias, diversas publicações abordam frontalmente a questão do futuro do livro: *A aventura do livro: do leitor ao navegador*, de Roger Chartier, publicado em 1998; *Fim do Livro, Fim dos leitores?* de Regina Zilberman, publicado em 2001; *So Many Books: Reading and Publishing in an Age of Abundance*, de Gabriel Zaid, publicado em 2003; *Books in the Digital Age: The Transformation of Academic and Higher Education Publishing in Britain and the United States*, de John B. Thompson, publicado em 2005; *Papel Máquina*, de Jacques Derrida, publicado em 2005; *Futuro do livro, com 60 visões e opiniões diferentes sobre o futuro do formato livro*, publicado em 2007; *A Questão dos Livros*, de Robert Darnton, publicado em 2010; *Não contem com o fim do livro, diálogo entre Umberto Eco e Jean-Claude Carriere*, publicado também em 2010. (SPALDING, 2012).

lombada os livros lidos e não lidos, fazem parte do nosso móvel e não de um equipamento que pode falhar.

Como descrito até aqui, pode-se afirmar que vários debates e discussões, mesmo de alguns adeptos a tecnologia, defendem a continuação do livro impresso, apesar das facilidades oferecidas pelos suportes digitais para a leitura. O livro impresso e leitor ao mesmo tempo, é o livro em si, sem precisar de aplicativos. O livro impresso, por si só existe, é material, físico (SPALDING, 2012).

Spalding (2012) se refere a Umberto Eco, como um dos mais brilhantes escritores da contemporaneidade e também um dos maiores bibliófilos vivos. E cita Eco e Carrière (2010, p. 261) que dizem: “uma biblioteca é um pouco uma companhia, um grupo de amigos vivos, de indivíduos; o dia em que você se sentir um pouco isolado, um pouco deprimido, você pode se dirigir a eles, eles estão ali”. Afirma o autor que:

Carrière e Eco, na verdade, admitem que em alguns domínios o livro eletrônico proporcionará “um conforto extraordinário”, como no caso do “magistrado que levará mais confortavelmente para sua casa as 25 mil páginas de um processo em curso se elas estiverem na memória de um *e-book*”, mas continuam a se perguntar se “mesmo com a tecnologia mais bem adaptada às exigências da leitura, será viável ler Guerra e Paz num *e-book*”. (SPALDING, 2012, p. 21).

Spalding (2012, p. 237) como fervoroso defensor do livro, sublinha que é despropósito discorrermos sobre o seu fim, pois, do mesmo modo que o cinema não aboliu o teatro e a fotografia não revogou a pintura, “o livro digital não terminará com o livro impresso, ainda que este sofra, e já esteja sofrendo, uma profunda transformação; e também é prematuro dizer que ‘novas mídias prejudicam o papel dos livros’”.

Vimos que a função do livro, a maneira de transmitir as ideias, sob o formato impresso afetou o pensamento e a conduta da humanidade nos últimos cinco séculos. O livro que desde seu início, quando era caligrafado, foi referência em sua função educativa e norteadora do conhecimento, inseriu raízes profundas em nossa cultura, e apresentou alterações da passagem das tabuinhas até atualmente no formato digital. As mudanças ocorridas diante do livro digital e a expansão da tecnologia se deparam com aspectos que ainda precisam ser discutidos.

Vimos que o livro eletrônico não encerra a vida do livro impresso, pois, a tecnologia recebida como facilitadora e útil, para alguns, não se tornou uma forma

de leitura muito agradável para outros. E sabemos que os equipamentos que dão suportes a leitura são perecíveis, servindo mais para a difusão da informação do que para armazenamento e conservação. O livro impresso continuará, por muito tempo ainda, sendo um dos principais instrumentos de difusão, ao mesmo tempo armazena e conserva.

Diante da apresentação de que a história do livro teve seu início com os sumérios com os tijolos de barro e a importante função de armazenar e disseminar um conjunto de dados, informações e conhecimentos; à tecnologia do papiro, feito de planta, pergaminho, feito de pele de animais; do livro manuscrito página por página; do livro impresso até a sua continuidade com o livro digital, que atualmente se apresenta como a última transformação técnica. A composição eletrônica foi recebida como facilitadora, por um público interessado em eletrônicos e não somente em leitura. Mesmo não tornando uma forma de leitura muito agradável, é muito útil.

Contudo, a função do livro conserva-se sem alteração, não se opondo às inovações trazidas pela alta tecnologia. O livro impresso transpôs séculos quase que com o mesmo formato, permitindo registrar, armazenar e recuperar informações que a memória humana por si só não consegue. Por tudo isso é possível concluir e reafirmar que o livro impresso sobreviveu até aqui de forma revolucionária e confortavelmente permanecerá por um bom tempo ainda.

Vimos neste capítulo, que a aplicação das novas tecnologias da informação e comunicação foi aos poucos inserida nas bibliotecas. E que o livro eletrônico se contrapõe a supremacia de cinco séculos do livro impresso e, agora coexistem.

No próximo capítulo, apresentamos o cenário das inovações tecnológicas com uma exposição da biblioteca na contemporaneidade e outras discussões sobre o livro impresso e o digital, e as particularidades da biblioteca digital.

CAPÍTULO III

3 A ESCRITA E A BIBLIOTECA: HISTÓRIA E PRÁTICAS DE LEITURA

O significado clássico da palavra “biblioteca” define-a como um edifício para guardar livros. Mas, atualmente a biblioteca deve ser percebida como todo o espaço, concreto ou virtual, dedicado à coleção de informações de diferentes tipos e em distintos suportes, quer seja em suporte papel e escrita (monografias, enciclopédias, dicionários, manuais, dentre outros) ou em suporte digital, guardada em diferentes tipos de materiais, por meios magnéticos: disco rígido, disquete, por meios ópticos: CD, DVD, por meios eletrônicos (SSDs) – chip - a exemplos do cartão de memória, Pendrive, HDs, Memória RAM ou um dispositivo de armazenamento temporário de informações e bases de dados (NONATO, 2008).

No entanto, as bibliotecas são bastante anteriores à história do livro, sendo que apareceram no momento em que a humanidade começou a dominar a escrita, há cerca de 5500 anos. As primeiras bibliotecas foram designadas de “bibliotecas minerais”, pois os seus acervos eram constituídos por tabletes de argila, sendo estas substituídas pelas “bibliotecas vegetais e animais”, onde os acervos eram constituídos por papiros e pergaminhos. Estas últimas foram as bibliotecas dos Babilônios, Assírios, Egípcios, Persas e Chineses. Com o aparecimento do papel¹² começou a surgir as “bibliotecas de papel” e, mais tarde, as “bibliotecas do livro”, tal como as conhecemos nos nossos dias.

A história das bibliotecas relata que a biblioteca mais antiga de que há notícia foi a do Rei Assurbanipal (séc.VII a.C.)¹³, cujo acervo era formado por placas de argila escritas em caracteres cuneiformes. Assurbanipal criou a grande Biblioteca de Nínive, igualmente conhecida como Biblioteca de Assurbanipal, com uma coletânea de obras em escrita cuneiforme que foi desenvolvida pelos sumérios, sendo que esta denominação era dada a certos tipos de escrita feita com o auxílio de objetos em formato de cunha, criado pelos sumérios por volta de 3500 a.C., e conhecido

¹² O invento do papel deve-se aos chineses, por volta de 150 d.C. que esconderam essa técnica até o século VIII, quando os árabes forçaram especialistas chineses a fornecerem o segredo. Disponível em: <http://www.ead.pt/ead/pt/comunicacao.32/newsletter.53/wano2006.biblioteca_digital_uma_realidade_virtual.a382.html>. Acesso em: 27 nov. 2014.

¹³ Assurbanipal (c. 690 a.C. - 627 a.C.) foi o último grande rei dos assírios. No seu reinado, por volta de 668 - 627 a.C., a Assíria se tornou a segunda potência mundial. Seu império incluía Babilônia, Pérsia, Síria e temporariamente também o Egito (GRANDE..., 1980, p. 169).

juntamente com os hieróglifos egípcios, como os mais antigos tipos de escrita. Inicialmente a escrita representava formas do mundo (pictogramas), mas por praticidade as formas foram se tornando mais simples e abstratas. Os pictogramas, hoje são responsáveis pela maior parte do que se sabe dos povos da Mesopotâmia¹⁴. A biblioteca de Niníve possuía milhares de textos (crônicas, cartas reais, decretos, religião, mitos, e muitos outros) escritos em tabuinhas de barro cozido (GRANDE..., 1980, p. 169).

Das formas de linguagem e comunicação, pela necessidade de buscar como registrar alguma coisa, de certa história para determinado grupo, para o momento ou para a posteridade é que surgiu a escrita, assinalada como um marco que ocasionou uma revolução tão expressiva nas comunicações, que os historiadores situaram o encerramento da Pré-História e o nascimento da História no momento em que o homem principiou a escrever. Contudo, esta passagem histórica não aconteceu ao mesmo tempo e em todas as partes do nosso planeta. Após vários milênios a Pré-História finalizou na América, na África Central e na Austrália, com a conquista dessas terras pelos europeus, a partir do século XV. O que evidencia que por mais de cinco mil anos, a escrita conservou-se na vanguarda como um dos marcos iniciais da História.

Coulon e Pedro (1989) afirmam que o fim da Pré-História aconteceu inicialmente no Oriente Próximo, com o aparecimento da escrita ligado ao desenvolvimento das primeiras civilizações urbanas, na região entre os rios Tigres e Eufrates, na Mesopotâmia, por volta de 40 séculos antes da Era Cristã. Já Martins (2002) afirma que essa periodização guarda problemas ainda não solucionados e que, segundo toda probabilidade, permanecerão para sempre insolúveis, por exemplo, a tentativa de saber como e em que período a linguagem se tornou em diversos idiomas, como e em que tempo a linguagem auditiva se modificou para linguagem visual, com o invento dos primeiros sistemas de escrita. No ponto de vista desse autor, o que é certo é que:

a história da escrita é em essência uma longa tentativa para desenvolver um simbolismo independente com base na representação gráfica seguida da lenta amargurada constatação de que a linguagem

¹⁴Mesopotâmia (do grego Μεσοποταμία: μεσο/meso, meio, e ποταμός/potamós, rio, ou seja, “terra entre dois rios”) é uma região de interesse histórico e geográfico mundial.

falada é de um simbolismo mais poderoso do que qualquer espécie de gráfico e que o verdadeiro progresso na arte da escrita repousa no abandono virtual do princípio de que originalmente partiu. (MARTINS, 2002, p. 33).

A escrita é possivelmente o mais completo e o menos obscuro, entre outros inúmeros sistemas de linguagem visual. A razão nos induziria a pensar que tais sistemas ocorreram depois da linguagem auditiva, contudo nada se sabe desse conceito, e não seria ilógico, igualmente, julgar que alguns desses rudimentares expedientes de linguagem visual tenham mesmo antecedido a linguagem auditiva. Ou seja, há entre eles certa simultaneidade. A evolução comprova que o ideal da escrita não se cristalizou de um só golpe no espírito humano. Fases longas e não sucessivas, nem no espaço nem no tempo, assinalam, do ponto de vista teórico, a sua evolução. Por exemplo, da evolução dos registros gráficos, período no qual se desenvolveram e evoluíram sistemas e técnicas de escrita, originaram algumas performances imperiosas na evolução da escrita, proporcionando importante serviço às civilizações. Como nos lembra Martins (2002), os movimentos socioeconômicos da Mesopotâmia, o conjunto de ritos do Egípcio, os alfabetos do Oriente Médio, Fenício, Grego, do Império Romano, também o desenvolvimento da língua portuguesa, nos permitem observar que essa evolução influenciou fortemente a constituição da língua e mesmo a própria formação de nações.

Após ter percorrido uma longa trajetória, a linguagem escrita, desde suas inscrições em suportes mais primitivos, passando pelo papel, a escrita fez nascer o livro. Sua história data de aproximadamente seis mil anos. Vários povos usaram os mais diversos tipos de materiais para registrar a sua existência no mundo, procurando aperfeiçoar e difundir conhecimentos e experiências. No momento em que a humanidade começou a dominar a escrita, é que apareceram as primeiras bibliotecas (MARTINS, 2002).

3.1 A PRÁTICA DA ESCRITA DA HISTÓRIA

A tendência contemporânea das pesquisas em história tem indicado algumas modalidades que se caracterizam pela migração conceitual, as informações são rearranjadas de maneira a dar significados aos estudos realizados. Segundo Lyotard (1993) isso denota que há uma reorganização de técnicas e formas de idealizar e

construir a verdade na história do conhecimento com um novo cenário em diversos contextos, áreas e épocas. Deve-se considerar a incidência das informações tecnológicas sobre o saber. E este saber é ou será afetado em duas principais funções: a pesquisa e a transmissão de conhecimentos, que modificam as operações de aquisição, classificação, acesso e exploração dos conhecimentos. É presumível ponderar que a multiplicação de máquinas informacionais atinge a circulação dos conhecimentos, do mesmo modo que o desenvolvimento dos meios de circulação dos homens, dos sons, das imagens. Nesta transformação geral, a natureza do conhecimento não permanece intacta.

O historiador registra o conhecimento histórico, seu trabalho é decifrar os fatos históricos ou os conhecimentos humanos com a ajuda dos registros e sinais que foram deixados por um povo em um determinado local e tempo (LYOTARD, 1993).

A cada momento histórico são agregados valores diferentes. No contexto contemporâneo, a informação ganha significados e sentidos diferentes e enraizados de maneira bem peculiar, visto que, é através das interações e trocas de informações que os indivíduos estabelecem e transformam suas histórias e realidades, lançando novas formas de aprendizagem e acessos interativos. A informação, deste modo, é um elemento primordial no contexto da história dos registros. Nesse aspecto compreendemos que a informação é um insumo para a geração e produção de conhecimentos (BARROS, 2012).

A informação tem sido representada e expressada, em sua maioria, na forma visual, segundo Santaella (2008, p. 13): “as imagens têm sido meios de expressão da cultura humana desde as pinturas pré-históricas das cavernas, milênios antes do aparecimento do registro da palavra pela escrita.” Paulatinamente os homens estruturam as suas formas, sistemas de representação e registros do conhecimento tendo em vista os suportes destes registros. Ressalvando assim a evolução dos registros informacionais contemporâneos.

É perceptível que ao longo da história da humanidade, o homem percebeu a necessidade de representar algo referente à sucessão dos dias como forma de manter “viva” a sua memória, sua história, e tal necessidade pode ser conjecturada a partir dos inúmeros suportes e formas que foram empregados pelo homem para transmitir suas ações, desejos, preferências, poder e escolhas (VON SIMSON, 2007).

O pensamento de Von Simon (2007) reforça o entendimento que a memória pode ser qualificada como sendo a capacidade humana de registrar passagens, e estas memórias, serem transmitidas às gerações seguintes através de variados suportes como: pinturas, artefatos, textos, costumes, tradições, entre outros. Deste modo podemos afirmar que os suportes e formas de escrita, leitura e escrita são maneiras de preservar e compartilhar a memória e história de uma sociedade para que esta possa ser expressa e difundida posteriormente, registros permanentes destes signos e, assim, a criação de uma memória externa à mente humana, pois estão intimamente relacionados à cultura de um povo ou nação e são de grande valor para a análise de memória e dos registros do conhecimento.

O tempo não é mais aquele que o conhecimento retornava de modo repetido ao mesmo ponto ou a uma situação inicial, mas sim de uma lógica direcionada, uma linearidade que se traduz no transcorrer da História (VON SIMSON, 2007).

Uma análise das bibliotecas antigas traz as bibliotecas de ordens, instituições, religiosas evocando um papel que não se pode desconhecer o das bibliotecas mantidas pelos conventos. Essa constatação é o primeiro passo para começar a perceber as práticas e as atividades científicas desenvolvidas pelas distintas ordens religiosas. As bibliotecas dos conventos, naturalmente, eram propensas a colecionarem obras de caráter religioso, cujo número era de fato, demasiado. Mas, ao mesmo tempo, especialmente as maiores, configuram-se numa perspectiva setecentista, como grandes “livrarias enciclopédicas” e continham acervos bibliográficos muito variáveis na pluralidade de autores e assuntos (GIURGEVICH, 2012).

Peter Burke (2003) afirma que aconteceu uma ampliação na dimensão e na importância da biblioteca depois do invento da imprensa, no século XV, sendo que esta começava a concorrer dentro das universidades com a sala de conferências. As bibliotecas como cenário de conhecimento se multiplicavam e se tornaram mais especializadas em cidades que se destacavam como imprescindíveis de receber atenção como Veneza, Roma, Paris, Amsterdã e Londres.

Desde o surgimento das bibliotecas até o período da Renascença os guardiões dos livros não tinham uma existência social como os bibliotecários que conhecemos hoje; eram sempre eruditos, sacerdotes ou figuras da elite, leitores de livros, que viviam reclusos em suas bibliotecas e preocupados em salvaguardar e copiar as obras dos acervos. As bibliotecas da Antiguidade e da Idade Média não

tinham como objetivo dar acesso ao grande público, pelo contrário, eram símbolos de poder e acúmulo de conhecimento para os poucos que tinham o privilégio de consultá-las. Tanto que nas invasões e guerras, as bibliotecas não eram poupadas da destruição do inimigo, dada a importância simbólica que exibiam (BIBLIOTECA..., 2007)¹⁵.

As bibliotecas da Antiguidade não se distinguiam muito das bibliotecas do período medieval. Constituíam-se locais de armazenamento de documentos, com sistemas precários de recuperação e acesso. Preocupavam-se em armazenar uma quantidade maior de rolos de papiro e, em seguida, pergaminho conferindo status e poder aos imperadores das regiões onde se encontravam. Eram bibliotecas que agrupavam escritos de intelectuais gregos, romanos e egípcios. O exemplo da biblioteca de Alexandria que continha setecentos mil volumes (MARTINS, 2002).

Na Idade Média, o cerne da vida social e econômica da população era a Igreja. A sociedade medieval era repartida em três estamentos: o clero, que tinha a posse do conhecimento; a nobreza e os militares que padeciam preconceito quanto ao gosto pela leitura; e a plebe que não tinha acesso e não sabiam ler, portanto não se interessavam por esta. Vale lembrar, mesmo a escrita já existindo desde o fim da pré-história a tradição oral predominava no mundo ocidental. Com isso, as bibliotecas estavam sob o governo do clero que dificultavam o acesso para a população que se acomodavam com esta condição, por causa da educação na tradição oral. A alfabetização escrita era limitada a poucos, sendo que o trabalho da escrita era destinado aos cultos, geralmente, os clericais (MCGARRY, 1999).

No início as bibliotecas medievais localizavam-se dentro de mosteiros e o acesso ao material era restrito aos integrantes das ordens religiosas ou pessoas que fossem acolhidas por estas. Em seu acervo, as obras existentes eram controladas, pois certo número delas eram consideradas de natureza profana. O domínio também se ampliava ao trabalho dos escribas que se ocupavam com a transcrição de manuscritos clássicos.

¹⁵Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/especial/docs/200703historiadabiblioteca.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2013.

Na Idade média, pouco antes do Renascimento, surgiram as bibliotecas universitárias. No início eram vinculadas às ordens religiosas, porém ampliaram o seu acervo temático distinto, contudo somente sobre religiosidade. Estas bibliotecas eram conceituadas com o que mais se aproximavam da biblioteca atual, tida como lugar onde se acessa e dissemina de forma democrática a informação. A quantidade de estudantes universitários cresceu, originando o aumento do mesmo modo da produção intelectual (MORIGI, 2005).

Afirma Martins (2002) que no início as bibliotecas monacais também existiram no Oriente Próximo¹⁶, onde eram chamadas bibliotecas bizantinas, porque faziam parte do império bizantino, “igualmente mantidas por monges, mas nas quais, segundo parece, a contaminação profana era muito maior e mais fácil” (MARTINS, 2002, p. 86). Durante o período medieval no Oriente igualmente existiram as bibliotecas particulares sustentadas por imperadores que, as carregavam em suas viagens como parte de sua bagagem (MARTINS, 2002).

Na modernidade, depois da Renascença, as bibliotecas tidas como templos de saber, aos poucos foram se tornando viabilizadoras do conhecimento pela preservação e transmissão da cultura. Com a modernidade as bibliotecas herdaram a automatização, combinando o objetivo de investigar e ensinar. O desenvolvimento das tecnologias e suas aplicações, o crescente número de livros impressos e a edição tecnocientífica se tornaram requisitos responsáveis pelas mudanças e adaptações dos espaços destinados a bibliotecas (JACOB, 2008).

Em 1639, a Universidade de Louvain, na Bélgica, ainda declarava que uma biblioteca era dispensável porque “os professores eram bibliotecas ambulantes”, mas em Leiden, ao oposto, a biblioteca abria duas vezes por semana e os professores emprestavam as chaves aos estudantes. Fora da universidade, algumas bibliotecas viraram locais de estudos. Lugares de sociabilidade instruída e troca de informações e ideias, além de serem lugares de cultura. “A reivindicação de silêncio nas bibliotecas teria sido impossível, difícilíssimo e até insonhável nessa época” (BURKE, 2003, p. 56).

¹⁶O Oriente Próximo é uma região geográfica que abrange diferentes países. O termo foi aplicado originalmente para os Estados dos Bálcãs no Leste Europeu, mas hoje em dia descreve também os países do Sudoeste Asiático entre o Mar Mediterrâneo e o Irã, especialmente em contextos históricos. O termo Oriente Próximo entrou em uso nos anos de 1890. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/oriente-proximo/>>. Acesso em: 10 set. 2014.

Já com relação à biblioteca moderna, Ohira e Prado (2002) afirmam que a biblioteca moderna é aquela compreendida como automatizada, com computadores usados para serviços básicos como catalogação, indexação, organização e consulta do acervo. A figura de biblioteca histórica de caráter limitativo e estático, com livros de difícil reprodução e mobilidade que tornavam a biblioteca um templo e o bibliotecário seu guardião, é citada por Morigi (2005), como a imagem que se manteve até pouco tempo. Mas, com a introdução das novas tecnologias de informação e comunicação esta imagem transformou-se dando início aos sinais de mudanças ocorridas nas bibliotecas.

3.2 A BIBLIOTECA NA CONTEMPORANEIDADE

Na atualidade, a biblioteca tem valor não somente pelo que guarda, mas, principalmente pela dimensão das possibilidades de acesso. O seu acervo também funciona como fonte de informação, pois, “a partir de 1994, com a implantação da World Wide Web (WWW) e do fenomenal crescimento da Internet, as possibilidades de acessar e recuperar informações aumentou de forma nunca antes imaginada” (CUNHA, 1999, p. 4).

A web, com o sentido de “teia ou rede” ganhou outro significado com o aparecimento da internet, passando a indicar a rede que liga computadores por todo mundo¹⁷. Com isso as bibliotecas receberam uma nova dimensão: sua coleção e serviços passaram a exceder as paredes físicas e atingiram o ciberespaço. Assim, defendem alguns estudiosos que mais que relacioná-la somente como repositórios informacionais do mundo digital é preciso perceber as bibliotecas digitais como parte da web (OHIRA; PRADO, 2002).

A evolução das bibliotecas é retratada historicamente em três períodos fundamentais: primeiramente, as bibliotecas tradicionais ou convencionais, tal como explica Cunha (2008, p. 4): “A biblioteca convencional é aquela em que a maioria dos itens do seu acervo é constituída de documentos em papel, ela existe desde a invenção da escrita”. Quando a biblioteca moderna rompeu os laços com a Igreja católica, tornou-se capaz de reunir, preservar e democratizar o patrimônio literário.

¹⁷Disponível em: <<http://www.significados.com.br/web/>>. Acesso em: 10 set. 2014.

Depois, vieram as bibliotecas automatizadas, que contam com o suporte das tecnologias de informação e comunicação (TICs) (MARTINS, 2001). E, atualmente, há a biblioteca do futuro ou biblioteca digital tida como uma biblioteca que emprega largamente a tecnologia eletrônica (OHIRA; PRADO, 2002, p. 61).

O termo biblioteca digital ainda não possui, entre os estudiosos da temática, definição consolidada, pelo menos não se pode afirmar com precisão de forma universal, por serem encontradas várias limitações que compõem as bibliotecas virtuais. Alguns dos autores¹⁸ estudados citam as bibliotecas digitais como as que organizam, tratam, armazenam e propagam documentos existentes em forma física e que possam dispor também em formato eletrônico para consulta. As aplicações desse conceito são, por exemplo, as bibliotecas digitais de teses e dissertações de várias universidades brasileiras. Outros estudiosos¹⁹ consideram que as bibliotecas virtuais são bibliotecas sem paredes, que desempenham todos os serviços oferecidos pelas bibliotecas tradicionais, não obstante, não existe acervo na forma física, somente em formato eletrônico. De tal modo, a biblioteca virtual está sujeita inteiramente aos recursos digitais. Porém existe o consenso quanto a referencia ao acervo deste tipo de biblioteca. Alguns ponderam que uma biblioteca digital é aquela que torna disponível seu acervo no formato digital, independente do formato como foi instituído, virtualmente ou digitalizado a partir de suporte físico (NONATO, 2008).

Alguns aspectos devem ser analisados por ocasião da concepção e da implantação das bibliotecas digitais, tais como levar em consideração a necessidade de assegurar acessibilidade das informações através de bibliotecas digitais e identificar os critérios que atendam as particularidades específica deste novo meio de acesso a informação (NONATO, 2008).

Quanto às diferenças básicas entre a biblioteca convencional e a digital Cunha (2008, p. 3) analisa e comenta também os aspectos de convergências, pois, apesar das dificuldades enfrentadas pela biblioteca convencional, as novas tecnologias foram paulatinamente incorporadas às suas atividades, causando modificações na maneira de fornecer produtos e serviços informacionais aos seus usuários. Uma biblioteca convencional tem como característica a utilização de papel nas coleções e nos catálogos como suporte de registro da informação.

¹⁸CUNHA (2008); NONATO (2008); OHIRA e PRADO (2002); DIAS (2003); MONTEIRO (2003).

¹⁹DIAS (2003); MONTEIRO (2003).

Todavia, no final do século XIX, houve uma grande revolução na biblioteca, com a introdução do catálogo em fichas e o abandono do catálogo sob a forma de livro. Nas últimas décadas, o computador tem sido utilizado de forma cada vez mais crescente e, desde os anos 1970, muitas bibliotecas implantaram catálogos em linha, passaram a acessar bancos de dados, iniciaram o uso regular do periódico eletrônico e o acesso a textos completos de artigos de periódicos, a verbetes de enciclopédias e a itens de outras fontes de referência. [...]. A biblioteca digital combina a estrutura e a coleta da informação, tradicionalmente usada por bibliotecas e arquivos, com o uso da representação digital tornada possível pela informática.[...]. À semelhança da biblioteca convencional, a biblioteca digital também inclui os princípios consagrados de como a informação é organizada. Ressalta-se que não seriam verdadeiras bibliotecas digitais aquelas coleções eletrônicas selecionadas e disponibilizadas por indivíduos na *Web*. Uma biblioteca digital – uma coleção de informação digitalizada e organizada – tem um potencial informacional, isto é, ela pode entregar a informação diretamente na mesa do usuário. (CUNHA, 2008, p. 4).

Há muitos anos se discute se com o advento da tecnologia os livros impressos irão desaparecer. Spalding (2011) cita uma entrevista de Chatier, quando esteve no Brasil, em 2007, que afirmou que a cultura impressa continuará existindo, pois, por exemplo, um romance é uma obra que se lê lentamente, de forma reflexiva, bem diferente de pular de uma informação a outra, como quando lemos notícias em um site. Também sublinha Gouveia (2010) que a tecnologia facilita o acesso ao texto literário, mas também dificulta à compreensão de sua totalidade, seu sentido completo, a leitura na tela do computador é muito mais rápida, mas dispersa, pois é fragmentada.

A leitura descontínua, fragmentada, segmentada é ainda apontada por Chartier (2002, p. 31) como característica da era do computador. Foi no século XX que a história viu surgir o livro eletrônico. Para o autor, a revolução do livro eletrônico é uma revolução tanto nas estruturas do suporte material escrito como nas maneiras de ler. A disposição do texto na tela cria uma distribuição e uma construção completamente distinta do leitor do livro impresso, “ao ler na tela, o leitor moderno reencontra algo da postura do leitor da Antiguidade, a diferença não é pequena, ele lê um rolo que em geral se desenrola verticalmente e que é dotado de todos os pontos de referência próprios da forma do livro” (CHARTIER, 2002, p. 31).

Neste sentido, Lévy (1996) afirma que a virtualização não é nem boa, nem má, nem neutra, ela exprime uma busca pela hominização (desenvolvimento

evolutivo) que desmonta uma oposição fácil e engenhosa entre real e virtual. Explica que:

o leitor de um livro ou um artigo no papel se confronta com um objeto físico sobre o qual certa versão do texto está integralmente manifesta. Certamente ele pode anotar nas margens, fotocopiar, recortar, colar, proceder montagens, mas o texto inicial está lá, preto no branco, já realizado integralmente. Na leitura em tela, essa presença extensiva e preliminar à leitura desaparece. O suporte digital (disquete, disco rígido, disco ótico) não contém um texto legível por humanos, mas uma série de códigos informáticos que serão eventualmente traduzidos por um computador em sinais alfabéticos para um dispositivo de apresentação. (LÉVY, 1996, p. 39).

Lévy (1996) diz que a leitura, permeia e atualiza a entidade virtual e abstrata que é o texto. Além disso, ao vincular a leitura à passagem do virtual ao real cria novas ligações entre os processos ligados à virtualização, neste caso a atualização é um mecanismo ligado à linguagem verbal. Afirma ainda que, o texto é repleto de vazios que incentivam o estender de seus diversos sentidos.

O trabalho da leitura parte de uma linearidade ou de uma ponderação inicial, ao percorrê-lo, cartografá-lo é que o fabricamos, que o atualizamos. Lévy (1996) relaciona tal produtividade com o quanto de subjetividade que está contida no ato de leitura. Dessa forma o texto termina por servir de interface com nós mesmos.

Em “Não contem com o fim do livro”, Eco e Carrière (2010) fazem uma análise da circulação do saber na contemporaneidade e argumentam que as tecnologias atuais estão longe de desqualificar o objeto máximo de cultura que é o livro. Afirmando que ele permanecerá como sustentáculo da leitura, que a tecnologia não muda a função tradicional do livro. O que vem incidindo na contemporaneidade é uma facilitação de armazenamento e deslocamento de informações. A grande soma de papéis, de volumes que outrora era uma dificuldade e causava um desconfortável transporte, torna-se, agora, uma facilidade diante da disponibilidade, por exemplo, do pendrive e do livro eletrônico. Estes suportes também ajudam a preservar as obras antigas e as mais raras, para as quais o manuseio é ofensivo à preservação. Mas, estes suportes evidenciam também a incerteza quanto à acessibilidade daqui alguns anos, pois, poderão estar suplantados. Enquanto podemos ler um livro de cinco séculos, não podemos confiar no caráter perecedor desses instrumentos eletrônicos.

Para Eco e Carrière (2010, p. 220): “estamos diante de uma nova configuração do texto contemporâneo, mas o livro consegue ser uma extensão da memória e da imaginação”²⁰. Os autores afirmam que: “ainda somos capazes de ler um texto impresso há cinco séculos. Mas incapazes de ler, não podemos ver, um cassete eletrônico ou um CD-ROM com somente poucos anos de idade” (ECO e CARRIÈRE. 2010. p. 24-25). Exceto, se guardarmos os velhos computadores em nossos porões.

Portanto, podemos afirmar que independente da forma e dos instrumentos de transmissão do conhecimento, sempre existiu o anseio da humanidade em manter de alguma maneira a memória, em comunicar suas experiências e os fatos acontecidos que geraram conhecimento.

3.3 A BIBLIOTECA DIGITAL E SUAS PARTICULARIDADES

Biblioteca digital é um nome considerado emergente em consequência da tecnologia²¹. Como já vimos, para construir uma biblioteca digital, inicialmente, é necessário que ela tenha conteúdo, podendo ser material antigo, transformado no formato digital, ou material novo surgido digitalmente. Os elementos que formam o acervo podem ser doados, comprados, trocados ou digitalizados no local, desde que estes documentos não estejam protegidos legalmente pelo direito autoral (CUNHA, 2008).

A biblioteca digital exhibe um modelo semelhante ao da convencional, com uma organização voltada para o usuário. Porém, o escopo maior da biblioteca digital

²⁰Le Goff (1990) afirma que a memória é o benefício de conservar certas informações passadas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou reinterpretá-las como passadas. Sendo que a memória social é fundamental para os problemas do tempo e da História serem abordados. E, recentemente, a memória se tornou elemento de reflexão da historiografia, pois é um dos alicerces da história se enleando com documento, com monumento e com a oralidade. O Autor coloca que a história trabalha com o acontecimento inserido, nela, pela sociedade, enquanto a memória, o principal é o comportamento do indivíduo, causado pelo o fato. A memória restaura o que está oculto, no indivíduo, ou no grupo, enquanto a história trabalha com o que a sociedade trouxe a público. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

²¹O conceito de uma biblioteca digital meramente equivalente a uma coleção de objetos digitalizados assistida por uma ferramenta de gestão de informação torna-se tosco e já não cabe nas utopias desses inúmeros setores. A idéia de biblioteca digital como um “ambiente distribuído que integra coleções, serviços e pessoas na sustentação do ciclo de vida completo de criação, disseminação, uso e preservação de dados, informação e conhecimento”. In: SAYÃO, Luis Fernando. Bibliotecas digitais e suas utopias. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 2-36, ago./set. 2008. Disponível em: <www.pontodeacesso.ici.ufba.br>. Acesso em: 27 ago. 2014.

é consolidado com o da biblioteca convencional, que também visa organizar, difundir e resguardar os recursos informacionais. Uma ampliação dos pontos de acesso a certo documento é possibilitada pelo armazenamento digital. Até o final de 1980, os sistemas manuais tradicionais ou até mesmo os catálogos automatizados, as exposições eram mínimas e restringiam-se as informações a respeito do autor, título e algumas entradas por assunto. Ultimamente, dezenas de termos de indexação foram incluídas e, também, diferentes níveis de reprodução do documento. Estas particularidades agregam, extraordinariamente, um elevado grau de qualidade na procura e recuperação da informação (CUNHA, 2008).

Em 1997, Harter afirmava que a despeito das intensas atividades de pesquisa e de desenvolvimento envolvendo várias abas do problema, não se tem inteiramente claro o significado do termo biblioteca digital. Atualmente, a afirmação de Harter continua sendo adequada, pois a biblioteca digital ainda é um conceito em movimento, em desenvolvimento e, ainda, adotando formato. As bibliotecas digitais encontram-se na adolescência, Harter (1997) considera que existem motivos de preocupação e otimismo nesta fase de turbulência. O autor acha importante ressaltar que o termo “biblioteca digital” é usado para significar um número importante de coisas, até a Internet inteira. Em grande parte, tendo em comum uma ancestral manipulação de recursos informacionais digitalizados.

A inclusão funcional das bibliotecas na Internet não tem sido um processo fácil. Ao contrário, tem mostrado ao mesmo tempo em que a prestação de serviços de informação na Internet requer contribuição para a transformação intensa tanto no funcionamento tradicional das bibliotecas, como na prática do profissional da informação. Uma situação que tende a radicalizar-se à medida que a internet desenvolva novos produtos e serviços de informação completamente eletrônicos, não obtidos pelas bibliotecas tradicionais, e adaptados para um espaço virtual operado gradualmente pelas chamadas bibliotecas eletrônicas e/ou bibliotecas virtuais (CARVALHO, 2006).

A infraestrutura proporcionada pela Internet é um veículo de importância relevante para a disseminação de informação de qualidade para os usuários, e é parte fundamental da base tecnológica que as bibliotecas digitais não podem dispensar (SAYÃO, 2008).

Com o progresso tecnológico as bibliotecas mudaram a maneira de executar o seu trabalho, mas não a razão do seu trabalho.

Ainda que os desenvolvimentos tecnológicos mais contundentes possam alterar o conceito fundamental de biblioteca no século 21, podemos supor que a tecnologia não vai mudar substancialmente o negócio das bibliotecas que é conectar pessoas com informações. (SAYÃO, 2008, p. 19).

Permanecem válidos todos os valores e funções da biblioteca. Sayão (2008) lembra que os objetos físicos que formam a biblioteca mudam, também mudam os instrumentos tecnológicos para manipulá-los. Esses instrumentos são vistos como um novo suporte os quais a civilização tem sucessivamente empregado para registrar e transmitir o conhecimento para gerações vindouras. Espera-se que as tecnologias de apoio sejam utilizadas adequadamente e que seu custo e a sua credibilidade possam ser suficientes para armazenar e disseminar informação e conhecimento conforme as exigências de cada tempo (SAYÃO, 2008).

3.4 A PRIMEIRA BIBLIOTECA NO BRASIL

Não se pode negligenciar o papel da internet e seus benéficos aos cidadãos e as bibliotecas, mas ao fazer um retrocesso na história da biblioteca, seu papel e a sua importância, nos deparamos com um importante relato de Lília Schwarcz (2002), que descreve a trajetória da transposição da Real Biblioteca Portuguesa para o Brasil. A autora faz uma associação da história do Brasil com a história de uma biblioteca, chamada primeiramente de Livraria Real, e em seguida de Real Biblioteca de Portugal. Aqui no Brasil, trazida para o Rio de Janeiro pelo príncipe D. João VI, em 1811. Anos depois (1910), recebeu o nome de Biblioteca Nacional²².

Schwarcz (2002) relata a história da Real Biblioteca de Portugal, informando-nos que no dia 1º de novembro de 1755, essa biblioteca, bem como parte da cidade de Lisboa ficou bastante destruída por um terremoto, sucedido por um incêndio, que sacudiu a capital portuguesa. A Real Livraria era considerada uma das mais importantes bibliotecas da Europa, e expressava o interesse dos soberanos

²²A Livraria ganharia nova sede em 1910, na avenida Rio Branco, ao mesmo tempo que suas novas denominações acompanhavam expectativas e projeções: de Real se transformaria em Imperial e depois em Nacional.

portugueses pelos livros, era “tratada como uma espécie de ícone da monarquia”. Acumulada pela casa de Avis e de Bragança, sua destruição representou perda irreparável para os lusitanos, tanto que sua recomposição foi imediatamente prevista “entre as tarefas emergenciais que visavam reconstruir Lisboa após o acidente de 1755” (SCHWARCZ, 2002, p. 29). Para essa recomposição, D. José I, amparado por seu ministro Pombal, empenhou-se em juntar o pouco que sobrara da Real Livraria e começou a organizar, no Palácio da Ajuda, uma nova biblioteca, que se tornou também preciosa pela composição de seu acervo. Nascia o esforço pela reconstrução da coleção real, que gerava, em pouco tempo, um novo e valioso corpo bibliográfico (SCHWARCZ, 2002, p. 147).

A autora relata que em decorrência da transferência da família Real Portuguesa para o Brasil em 1807-1808, veio alguma centena de caixotes que continham livros, manuscritos, incunábulo, estampas, desenhos originais e mapas, uma biblioteca que se destacava tanto pela quantidade quanto pela qualidade de seu acervo.

É importante ressaltar que devido os tempos incertos de D. Maria I; o angustiante momento da fuga²³ da família real, em consequência da invasão de Portugal pelas tropas francesas comandadas por Napoleão Bonaparte, a biblioteca seguiu para o Brasil em três etapas a primeira em 1810 e as outras duas em 1811. Pouco depois da transferência da Família Real e parte da Corte para o Brasil, ou seja, após a instalação da sede da monarquia portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, formou-se uma cúpula do governo, sempre fiel à monarquia absolutista com três ministros e o soberano, a quem cabia a palavra final. Uma estrutura rígida, mas que garantia, em terras brasileiras, a continuidade e a implementação do modelo português de governar.

As áreas essenciais para os negócios do Estado foram sendo instituídas e postas a funcionar. O governo continuava firme no propósito de manter em território americano seu trono. A colônia transformava-se em sede da metrópole. Com isso um grande volume de documentos era produzido pelas repartições do real serviço, que precisava ser publicado. Em 13 de maio de 1808, dia do aniversário de D. João

²³Na verdade, a vinda não foi fuga, foi uma inteligente e feliz manobra política de D. João, que transferiu voluntariamente sua corte para os domínios portugueses na América, a monarquia e suas colônias ultramarinas, fundando assim no Brasil um novo Império, perpetuando os vínculos históricos da Nação portuguesa.

VI, foi criada a Impressão Régia, que mais tarde recebeu o nome de Régia Oficina e Topografia. Além de publicar a documentação oficial, o decreto previa a impressão de todas as obras, sobretudo daquelas que ajudassem a divulgar a imagem da própria monarquia.

Schwarcz (2002) comenta que a cultura e a arte não podiam faltar. Foi aberta a Escola Real de Ciências e Artes e Ofício e o Museu Real com a pretensão de ser um museu de etnografia, mas que se transformou em um “gabinete de curiosidades”, com um pouco de tudo, sem constituir-se em instituição científica. Mas se o negócio era representar bem o município, munição não faltava. Artistas viriam, cientistas que seriam contratados e, ainda, livros, muitos livros. Foi nesse “banho de civilização” que se inaugurou a Real Biblioteca, que chegara um pouco atrasada e que abriria as portas ao público em 1814. A imagem da cidade do Rio de Janeiro recebia aos poucos, ares de metrópole, graças à presença da família Real. Se o Brasil lucrava politicamente com a transladação da Corte, o preço interno foi alto. Os impostos subiam sem parar. Ao mesmo tempo, a extensão territorial e a precariedade das vias de comunicação contribuía para diluir a autoridade real. Era a metrópole penetrando na nação e mesclando-se a ela, que já se transformava em metrópole e em breve caminharía com seus próprios pés.

Além desse cenário de transformações, Schwarcz (2002) nos relata como foi a Instalação da Real Biblioteca em terras brasileiras. Aqui chegando a biblioteca foi acomodada na Ordem Terceira do Carmo (hospital), nos fundos da Igreja dos Irmãos da Ordem Terceira do Carmo, na Rua Direita no Rio de Janeiro. Foram encarregados de instalar e conservar a biblioteca frei Gregório e o Padre Joaquim Dâmaso que levaram o título de prefeitos, em função de seu posto elevado na hierarquia do estabelecimento. Ocupavam-se com a incorporação dos novos acervos, que vinham de valiosas doações, aquisições e recolhimento obrigatório de livros e periódicos editados em Portugal e no Brasil.

A biblioteca foi aberta ao público de maneira seletiva, aos estudiosos que obtinham prévio consentimento régio. Só em 1819 o acesso ficou definitivamente franqueado ao público.

Mudanças políticas, as pressões da revolução de 1820, provocaram a volta da família Real para Portugal, após 12 longos anos. Seria o prelúdio da independência do Brasil. Com Dom João em Portugal, Dom Pedro com seus 22

anos, permaneceu no Brasil, herdando projetos políticos e esperanças de continuidade, o processo de independência se acirra (SCHWARCZ, 2002).

A autora afirma que com a Independência, após o “Fico” revelou-se a ruptura eminente e crescente amadurecimento interno no Brasil. Dom Pedro ciente do que representava a biblioteca para a monarquia, resolveu comprá-la. Como monarca, tinha plena consciência de que a Biblioteca Nacional, que a essa altura crescera muito, passaria a ser vinculada à figura do Imperador, portanto, à sua própria figura, trazendo vantagens políticas e simbólicas para os que exercem o poder. O controle da memória significa o controle do saber e conseqüentemente do poder. Dom Pedro pagou um preço muito alto na época, 800 contos de reis, para que o acervo da biblioteca figurasse nas cláusulas do Tratado de Paz e Amizade com Portugal, um custo muito dispendioso para um país recém-independente, mas deu o primeiro passo em direção à nossa independência cultural.

A sede atual da Biblioteca Nacional localizada na Avenida Rio Branco, número 219, Praça da Cinelândia, foi inaugurada cem anos depois da Real Biblioteca. O edifício da Biblioteca Nacional, cujo projeto é assinado pelo engenheiro Souza Aguiar, tem um estilo eclético, no qual se mistura elementos neoclássicos e Art Nouveau (SCHWARCZ, 2002).

Schwarcz (2002) relata que de fato a biblioteca que embarcou em 1810, em 34 caixotes, foi a do conde da Barca. A “Livraria dos Reis” esteve estacionada no porto até ser recolhida por bibliotecários que a ocultaram, receando a fúria dos franceses. Naquele momento as monarquias europeias se esforçavam para divulgar seu lado iluminista, uma biblioteca universal como aquela bem podia figurar como cartão-postal do Império. Composta de dois acervos – a Livraria do Rei e a Casa do Infantado, estavam designadas para o uso dos príncipes –, a Real Biblioteca possuía 60 mil livros e era apreciada “jóia da coroa”. Além dos livros raros, a coleção compreendia documentos, brasões, instrumentos de física e matemática, manuscritos, estampas, medalhas, mapas e uma admirável coleção de incunábulo – os valiosos livros editados no século da invenção da imprensa.

A vinda da Biblioteca foi muito importante, era muito aguardada, porque nela estava reunida, bem como dizia o diretor da instituição, Ramiz Galvão, em 1876, “todas as províncias do saber humano”. Nesse período, expulsos os franceses ainda em 1808, funcionários reais se conscientizaram de que a Real Biblioteca não havia embarcado. Os testemunhos chegaram a ser dramáticos, com os bibliotecários se

comprometendo em todo tipo de esforço para reprimir a “rapina predadora” dos franceses. Então os soldados de Bonaparte regressaram em março de 1809, o que só acelerou o cumprimento da ordem emitida em janeiro pelo príncipe regente, que determinou que encaixotassem os livros e documentos da Torre do Tombo, da Real Biblioteca Pública e da Real Biblioteca.

No princípio de 1810, Joaquim José de Oliveira partiu em segredo para a América carregando manuscritos e seis mil códices. Aconteceu à terceira invasão em julho, o que abreviou a partida do que ainda restava do acervo da Real Biblioteca. A segunda parte deixou Lisboa em março de 1811. O bibliotecário responsável era Luís Joaquim dos Santos Marrocos, que reclamava muito das dificuldades da viagem e dizia “que se soubesse não partiria com tão valiosa carga”. O terceiro e derradeiro carregamento saiu em setembro, aos cuidados de José Lopes Saraiva, responsável por 87 caixotes (SCHWARCZ, 2002, p.289).

Os livros recém-chegados deviam ser acomodados na nova capital, onde tudo era provisório. O local escolhido, novamente provisório – até 1858 –, foi a Ordem Terceira do Carmo. Porém, aos poucos, a biblioteca foi se acomodando, tinha como prefeitos o franciscano Gregório José Viegas, o padre Joaquim Dâmaso e Marrocos, que no começo atuou como colaborador deixando uma vasta documentação trocada com o pai – pela qual se reconstituiu o cotidiano da instituição, do mesmo modo como as lamentações a tudo e a todos: a insuficiência de verbas, pessoal, regulamentos. A biblioteca desenvolveu com a doação de acervos, como os de José Maria da Conceição Veloso (1811), do conde da Barca (1817) e do arquiteto Costa e Silva (1818) (SCHWARCZ, 2002).

A autora afirma, ainda, que após a Revolução Liberal do Porto, em 1820, D. João regressou a Portugal, e com ele o destino de sua Livraria ao mesmo tempo modificou. Frei Gregório, bispo designado de Pernambuco, renunciou do cargo e decidiu seguir o regente. O padre Dâmaso continuou por mais um ano, período suficiente para acompanhar a libertação do Brasil – movimento que se recusou apoiar e trasladar os bens. Ele regressou a Portugal em 1822 e faleceu um ano depois, vítima de cólera-morbo. Dos mais de seis mil códices, o clérigo levou consigo cerca de cinco mil, nunca mais retornaram ao Brasil. E a “disputa bibliográfica” que se instaurou foi abominável.

No final, o Brasil ganhou a guerra, mas pagou caro. Assumimos o preço por duas vezes pelo o total de 74 mil livros, que, de fato, não montavam a sete mil. O

valor da biblioteca virou causa de cláusulas e atos diplomáticos, de concretização da emancipação. Por meio da Convenção Adicional ao Tratado de Paz e Amizade entre Brasil e Portugal, de 29 de agosto de 1825, D. Pedro I aquiesceu em recompensar a família real por bens deixados no Brasil, e entre eles fazia parte a Biblioteca Real. Assim sendo, se o país principiou sua vida independente batalhando com um débito exagerado, “2 milhões de libras esterlinas, tomadas tomadas de empréstimo por Portugal à Coroa britânica, com juros de 5% ao ano”, a Livraria não ficou por aquém: considerada em 800 contos de réis, correspondia ao segundo item de uma extensa conta (que era principiada com a “dívida pública”) e valia 12,5% do total (SCHWARCZ, 2002, p. 30).

A biblioteca real passou a ser imperial (1822) e depois nacional (1889), tornou-se membro do país autônomo, e pouco a pouco foi recebendo novas aquisições. Com isso, a Biblioteca já estava valendo muito, uma vez que acumulava gravuras de Rembrandt, Callot, Mantegna e Dürer; incunábulo com formatos e assuntos variados, livros de horas – manuscritos medievais com iluminuras que continham orações e Salmos para horários específicos do dia –, duas bíblias Mogúncias (1462). Primeiros livros impressos com registro de local e data, a Encyclopédie, obra central do Iluminismo francês estabelecida por Diderot e D’Alembert a partir de 1750 –, mapas e desenhos, as primeiras e incomuns edições, desenhos e manuscritos.

Em 2002, Martins já firmava que a biblioteca tradicional e o seu componente central, o livro, se transformaram de modo que a informação na internet se tornou condição necessária para assegurar acessibilidade e disseminação de nossa história, cultura e ciência na forma virtual. Isto resultou na revisão do próprio conceito de biblioteca que passou de um simples depósito de livros para o de um espaço de dinamização da informação, com memória, leitura e conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve a pretensão de apresentar e compreender a biblioteca e a interface com as novas tecnologias, suas aplicações, práticas e adequações, mostrando a nova visão de bibliotecas em decorrência de evolução histórica, cultural e tecnológica. Vimos que na atualidade podemos observar que as mudanças das novas tecnologias de informação e comunicação trouxeram inúmeras vantagens para as bibliotecas contemporâneas. Cada mudança da tecnologia que aconteceu desde o papiro, feito de planta, do pergaminho, feito de pele e agora pelas novas tecnologias da informação, transformou o panorama da informação, e prossegue num ritmo que parece incontrolável.

Apesar de todas as transformações discutidas por estudiosos e apresentadas ao longo desse estudo, observamos que uma grande maioria de leitores ainda prefere o livro impresso. Alegam que a leitura de um livro inteiro na tela de um computador torna-se cansativo e pode levar à dispersão.

Outro problema apontado é a perenidade dos equipamentos eletrônicos, que se tornam obsoletos rapidamente com o intenso desenvolvimento da tecnologia. O estudo pode constatar que o livro impresso sobreviverá ao digital por muito tempo ainda, haja vista que ainda somos capazes de ler um livro impresso há cinco séculos, mas incapazes de ler um cassete eletrônico (disquete, etc.) ou um CD-ROM com poucos anos de idade, exceto se guardarmos nossos velhos computadores em nossos porões; mesmo assim, os equipamentos mais modernos, na atualidade, se conservados, não funcionarão no futuro.

Este estudo nos mostrou que o livro impresso e editado é como se fosse um trilho de vida, vestígios de uma época, um fato histórico. E que ainda não surgiu nada mais perfeito que ler um livro impresso, para a atividade de ler. O livro é um norteador do homem no mundo e historicamente permanecerá. Mas, os leitores do livro impresso são advertidos de que ele, o livro impresso não é mais a única forma de leitura, de educação ou prática de conhecimento. Porém, ainda é o principal instrumento de difusão do conhecimento e, ao mesmo tempo, assim como o livro digital, armazena e conserva a informação, é uma alternativa de garantia da memória se, por ventura, os instrumentos eletrônicos entrarem em pane.

Das duas, uma, ou o livro continuará como suporte da leitura, ou haverá certa coisa similar ao que o livro jamais deixou de ser, por preservar e disseminar o conhecimento no transcorrer dos séculos.

A história do livro desde seus primórdios até a sua a última transformação técnica: a última composição eletrônica, o livro digital, dando continuidade aos meios de transmitir a informação. O livro impresso transpôs séculos quase que com o mesmo formato, permitindo registrar, armazenar e recuperar informações que a memória humana por si só não consegue. O livro impresso sobreviveu até aqui de forma revolucionária e vai permanecer por um bom tempo coexistindo com o livro digital e com outras possíveis maneiras de ler que ainda serão apresentadas pela tecnologia como um novo suporte para a leitura.

Nas bibliotecas as transformações tecnológicas não são um fato novo, mas as novas tecnologias de informação e comunicação mudaram extraordinariamente o mundo, inclusive a cultura. E essa transformação prossegue em ritmo acelerado provocando a instabilidade dos textos.

Todas as eras da informação foram instáveis, cada uma a sua maneira. Atualmente a informação é produzida de modo a se dispersar no tempo e no espaço. Se opondo ao tempo em que as bibliotecas eram lugares ou instituições que combatiam a dispersão da informação. Os seus serviços ficavam limitados aos membros da comunidade que tinham acesso presencial a ela. O papel das bibliotecas de pesquisa na era da internet é o de possibilitar que o conhecimento seja disseminado, o que provocou uma revolução no campo da leitura através dos computadores e da internet, trouxe novas concepções e novas práticas relacionadas ao uso da biblioteca, nos levando a repensar estas práticas de leitura na atualidade. Em vez de lidar com documentos fixos e estabelecidos, precisamos lidar com textos múltiplos e mutáveis.

Muito se discute sobre o saber possibilitado pelas tecnologias, a principal especulação são as possibilidades diante dos novos suportes de leitura. A questão: o livro impresso sobreviverá ao digital? É um questionamento e uma análise que se faz presente na contemporaneidade, a utilização das novas tecnologias de criação de textos literários diferentes dos textos impressos, a chamada literatura digital.

As novas tecnologias introduzidas nas bibliotecas foram aos pouco incorporadas às suas atividades mudando a maneira de fornecer produtos e serviços aos seus usuários. A biblioteca se apresenta como um recinto abrangente de

preservação da memória, e é defendida como espaço de amparo conservação e disseminação de conhecimentos do passado. Sendo as tecnologias um recurso auxiliar na recuperação e produção de informações que geram o conhecimento, com tudo, sem conferir valores ilusionistas.

A geração do livro impresso é advertida de que, ele, não é mais a única forma de leitura, de educação ou prática do conhecimento. Entretanto, uma grande maioria de leitores ainda prefere o livro impresso ao digital, mas o livro digital aparece contrapondo a história de cinco séculos de supremacia do livro impresso. As qualidades e vantagens de um não eliminam a existência do outro. Eles coexistirão por um bom tempo, mesmo, ou até, que apareça uma nova prática de leitura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Chico. Educação no Brasil: um breve olhar sobre o nosso lugar. IN: GENTILI, Pablo; ALENCAR, Chico. *Educar na esperança em tempos de desencanto*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

ALMEIDA, Elenara Chaves Edler de. *Portal de Periódicos da Capes: Estudos sobre a sua evolução e utilização*. 2006. Disponível em: <http://bdttd.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1746>. Acesso em: 20 out. 2014.

AMARAL, JOÃO J. F. *Como fazer uma pesquisa bibliográfica*. Fortaleza: UFC, 2007.

AREND, Silvana. *A busca do conhecimento ao longo dos tempos*. Artigo produzido para a disciplina “História da Leitura” ministrada pela professora Dr.^a Flávia Ramos. Outubro de 2005. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/images/stories/mestrado/letras/coloquios/ii/conhecimento_atraves_tempos.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2014.

BÁEZ, Fernando. *História Universal da Destruição dos Livros das Tábuas Sumérias à Guerra do Iraque*. Tradução: Léo Schlafman. Rio de Janeiro: Ediouro. 2004.

BARATIN, Marc.; JACOB, Christian (Dir.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Tradução de Marcela Mortara. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

BARROS, José D’Assunção. Fernand Braudel e a Geração dos Annales. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, v. 6 n. 11, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/1883/1051>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

BATTLES, Mathew. *A conturbada história das bibliotecas*. Tradução João Vergílio Gallerani Cuter. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. Obras escolhidas II. Tradução Rubens Rodrigues T. Filho e José Carlos Martins Barbosa. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BERNARDES, Liliane; PIMENTEL, Graça; SANTANA, Marcelo. *Biblioteca escolar*. Brasília: UnB, 2007. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/biblio_esc.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2013.

BIBLIOTECA VIRTUAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/especial/docs/200703-historiadabiblioteca.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2013.

BONFIL, Robert. A leitura nas comunidades judaicas da Europa ocidental na idade média. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. (Org.). *História da leitura no mundo ocidental*. Tradução de Fulvia Moretto, Guacira Machado e José Antônio Soares. São Paulo: Ática, 1998. p. 185-22. (Coleções Múltiplas Escritas).

BURKE, Peter. Antropologia do conhecimento. In: _____. *Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot*. Tradução Plímio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. Cap. 4.

CARVALHO, Kátia de. Disseminação da informação e biblioteca: passado, presente e futuro. In: CARVALHO, Kátia de; SCHWARZELMÜLLER, Anna Fredericka. (Org.). *O ideal de disseminar: novas perspectivas, outras percepções*. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 9-27.

_____. O admirável mundo da informação e do conhecimento: livro impresso em papel e livro eletrônico. *Biblios*, Lima, v. 7, n. 24, abr./jun. 2006. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/8092/1/2006_09.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2014.

CASTRO, Aldemario Araújo. *A Imunidade Tributária do Livro Eletrônico*. Brasília: Inforjur. 2004.

CASTRO, César Augusto. Biblioteca como lugar de memória e eco de conhecimento: um olhar sobre “O Nome da Rosa”. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 4, n. esp., p. 1-20, 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/pbcib/index.php/pbcib/article/view/216>>. Acesso em: 01 nov. 2013.

_____. Produção e circulação de livros no Brasil: dos Jesuítas (1550) aos militares (1970). *Enc. Bibli: R. Eletrônica de Bibl. Ci. Inform.*, Florianópolis, n. 20, 2. semestre, 2005.

CASTRO, Gilberto Ramos de. *Discussão conceitual sobre Dado, Informação e Conhecimento: perspectiva dos alunos concluintes do Curso de Biblioteconomia da UFPB*. 2011. 51f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível

em:

<<http://informacaoeconhecimentoonasnuvens.blogspot.com.br/2012/07/discussao-conceitual-sobre-dado.html>>. Acesso em: 21 set. 2014.

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. (Org.). *História da leitura no mundo ocidental*. Tradução de Fulvia Moretto, Guacira Machado e José Antônio Soares. São Paulo: Ática, 1998. (Coleções múltiplas escritas).

CHAGAS, Flomar Ambrosina Oliveira. *A Idade do Livro e o Silêncio da Biblioteca*. 2010. 252 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás-PUC/GO, Goiânia, 2010.

Disponível em: <http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_arquivos/23/TDE-2012-01-31T111304Z-918/Publico/FLOMAR%20AMBROSINA%20OLIVEIRA%20CHAGAS.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2014.

CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII*. Tradução Luzmaras Cursino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

_____. *Os desafios da escrita*. Tradução Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

_____. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: UNESP e Imprensa Oficial SP, 1998.

_____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2. ed. Tradução de Mary Del Priore. Brasília: Editora da UnB, 1999.

_____. *Do códice ao monitor: a trajetória do escrito*. Estudos Avançados, São Paulo, n. 21, p. 185-199, maio/ago. 1994.

COULON, Olga M. A. Fonseca; PEDRO, Fábio Costa. *Pré-História, Antiguidade e Feudalismo*. 1989. Disponível em: <http://minhateca.com.br/COLOSSAL-HD/dsk-tp/Portugu*c3*aas/Olga-Coulon-e-F*c3*a1bio-Costa---A-pr*c3*a9-hist*c3*b3ria,83157682.txt>. Acesso em: 3 jul. 2014.

CUNHA, Murilo Bastos da. *Desafios na construção de uma biblioteca digital*. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v28n3/v28n3a3.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2014.

_____. Das bibliotecas convencionais às bibliotecas digitais: diferenças e convergências. *Perspectivas em Ciência a Informação*, v. 13, n. 1, p. 2- 17, jan./abr. 2008.

DARNTON, Robert. *A questão dos livros: presente, passado e futuro*. Tradução Daniel Pellizari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DIAS, Cláudia Augusto. Hipertexto: evolução histórica e efeitos sociais. *Ciências da informação*, v. 28, n. 3, p. 267-275, set./dez. 1999.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura Historiográfica: Memória, identidade e representação*. Passo Fundo: Ediupf, 2002.

ECO, Umberto. *Tratado Geral de Semiótica*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. *Sobre a efemeridade das mídias*. 2009. Tradução Luiz Roberto Mendes Gonçalves. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/blogs-colunas/colunas-do-new-york-times/umberto-eco/2009/04/26/ult7202u4.jhtm>>. Acesso em: 04 jul. 2014.

ECO, Umberto; CARRIÈRE, Jean-Claude. *Não contem com o fim do livro*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Record, 2010.

FERREIRA, Rubens da Silva. *Sociedade da informação no Brasil: na redação sobre os desafios do Estado*. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652003000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 out. 2014.

FISCHER, Steven Roger. *História da leitura*. Tradução Claudia Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

FONSECA, E. N. *Introdução à biblioteconomia*. São Paulo: Pioneira, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

GASPARINO, Adriana de Moura; BATISTA, Joselanda da Silva; DEUS, Andréia Nunes de. O caminho histórico percorrido pelo livro na preservação do conhecimento: do manuscrito ao digital. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS-SNBU, 14., 2006, Salvador. *Anais eletrônicos...* Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: <<http://alb.com.br/arquivo->

morto/edicoes_antteriores/anais16/sem02pdf/sm02ss04_04.pdf> . Acesso em: 26 nov. 2014.

GIURGEVICH, Luana. Bibliotecas antigas: um elemento para a História da Ciência. *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, Aveiro-Portugal, v. 14, n. 1, p. 269-291. 2012.

GOMES, E. C. A escrita na história da humanidade. *Dialógica*, Manaus, v. 1, p. 3, 2007.

GRANDE Enciclopédia Universal. *Assurbanipal*. Ed: Amazonas, 1980. p. 169.

GUERRA, Diana. Os livros transformados por Brian Dettimer. *Revista Obvious-Artes e Ideias*. Disponível em: <http://obviousmag.org/archives/2012/04/os_livros_transformados_por_brian_dettimer.html>. Acesso em: 27 fev. 2014.

HARTER, Stephen. Scholarly communication and the digital library: problem and issues. *Journal of Digital Information*, v. 1, n. 1, 1997. Disponível em: <<http://jodi.tamu.edu/Articles/v01/i01/Harter/>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LÉVY, Pierre. *O Que é Virtual?* Tradução Paulo Neves, São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. *Cibercultura*. Tradução Carlos Irineu da Costa, São Paulo: Editora 34, 1999.

LINUESA, Maria Clemente. *Leitura e Cultura Escrita*. Mangualde: Edições Pedagogo, 2007.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Tradução de Ricardo Correia Barbosa. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

MCGARRY, Kevin. *O Contexto Dinâmico da Informação: uma análise introdutória*. Tradução de Helena Vilar de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

MACHADO, Arlindo. Fim do livro? *Estud. av.*, São Paulo, v. 8, n. 21, maio/ago. 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000200013>. Acesso em: 10 fev. 2014.

MANGUEL, Alberto. *O futuro da leitura* (Palestra). In: Bienal DO LIVRO EM CAMPOS DE GOYTACAZES, 7., 23 nov. 2012. Disponível em: <<http://bienalcampos.com>>. Acesso em: 26 out. 2013.

_____. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARTINS, Wilson. *A Palavra Escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MELO NETO, João Cabral. Para a feira do livro, 2004. In: _____. *Poesias completas: 1940-1965*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. p. 47. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/joao-cabral-de-melo-neto/para-a-eira-do-livro.php>>. Acesso em: 01 fev. 2014.

MILANESI, Luis. *Biblioteca*. Cotia, São Paulo: Ateliê, 2002.

MORIGI, Valdir José; SOUTO, Luzane Ruscher. Entre o passado e o presente: as visões de biblioteca no mundo contemporâneo. *Rev. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, v. 10, n. 2, p. 189-206, jan./dez., 2005.

NONATO, Rafael dos Santos et al. Arquitetura da informação em bibliotecas digitais: uma abordagem. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 13, n. 2, p. 125 -141, jul./dez. 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto histórico*. São Paulo: n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt; PRADO, Noêmia Schoffen. Bibliotecas virtuais e digitais: análise de artigos de periódicos brasileiros (1995/2000). *Ci. Inf.*, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 61-74. jan. 2002.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *A Fascinante História do Livro II Grécia e Roma*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1985.

PANTALEONI, Cássio. *O fim da leitura*. 2012. Disponível em: <WWW.8inverso.com.br/2012/02/artigo-o-fim-da-leitura-porcassio-pantaleoni/>. Acesso em: 25 out. 2013.

PAULINO, Suzana Ferreira. Livro Tradicional x Livro Eletrônico: a revolução do livro ou uma ruptura definitiva? *Hipertextus Revista Digital*. Universidade Federal de Pernambuco, n. 3, Jun. 2009.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PETRUCCI, Armando. Ler por ler: um futuro para a leitura. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. (Org.). *História da leitura no mundo ocidental*. Tradução de Fulvia Moretto, Guacira Machado e José Antônio Soares. São Paulo: Ática, 1998. p. 203-227. (Coleções múltiplas escritas).

PINHEIRO, A. S.; MOREIRA, Kenia Hilda. Livros de leitura na primeira metade do século XX: concepções de leitura e de leitores. *Interletras*, Dourados, v. 2, p. 1-16, 2010.

PORTAL TERRA. *Com tablets, empréstimo de livros virtuais é desafio para bibliotecas*. set. 2011. Disponível em:
<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:jmWPo_LWiGkJ:noticias.terra.com.br/educacao/com-tablets-emprestimo-de-livros-virtuais-e-desafio-para-bibliotecas,ae8842ba7d2da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-a>. Acesso em: 26 nov. 2014.

RIBEIRO, Ana Elisa. Ler na tela – Letramento e novos suportes de leitura e escrita. In: COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa (Org.). *Letramento Digital – Aspectos sociais e possibilidades pedagógicas*. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2005.

ROKOHL, Tania Ivani. *Livro digital: novo suporte, novos desafios*. 2012. 75 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SAENGER, Paul. A leitura nos séculos finais da idade média. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. (Org.). *História da leitura no mundo ocidental*. Tradução de Fulvia Moretto, Guacira Machado e José Antônio Soares. São Paulo: Ática, 1998. 147-184 p. (Coleções múltiplas escritas).

SANTAELLA, Lúcia. Imagem, cognição, semiótica, mídia. *Revista Mnemazine*, São Paulo: Ed. da UNESP, 2008. Disponível em:
<<http://www.cronopios.com.br/mnemazine/>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

_____. *Navegar no Ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo*. São Paulo: Paulos, 2004.

SAYÃO, Luis Fernando. Bibliotecas digitais e suas utopias. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 2, n. 2, p. 2-36, ago./set. 2008. Disponível em: <www.pontodeacesso.ici.ufba.br>. Acesso em: 27 ago. 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; AZEVEDO, Paulo Cesar de; COSTA, Ângela Marques da. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa a independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 554 p.

SCORTECCI, João. *Guia do Profissional do Livro*. São Paulo: Scortecci, 2007.

SILVA, Giana Mara Seniski; BUFREM, Leilah Santiago. *Livro eletrônico: a evolução de uma ideia*. In: INTERCOM - Congresso Brasileiro da Comunicação, 24., Campo Grande, MS, set. 2001. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP4BUFREM.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

SOUZA, Leila. A importância da leitura para a formação de uma sociedade consciente. *Revista UNIRB*, v. 1 n. 2, p.102-110, 2008-2009. Disponível em: <http://www.unirb.edu.br/pdf/revista/revista_cientifica_v1_n002.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2013.

SPALDING, Marcelo. História da Leitura (IV): ascensão do romance. *Blog Digestivo Cultural*, 22 abr. 2011. Disponível em: <http://www.digestivocultural.com/colunistas/coluna.asp?codigo=3288&titulo=Historia_da_leitura_%28IV%29:_a_ascensao_do_romance>. Acesso em: 27 nov. 2014.

_____. *Alice do livro impresso ao e-book: adaptação de Alice no país das maravilhas e de Através do espelho para iPad*. 2012. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras, UFRGS, Porto Alegre, 2012.

TERRA, José. *Gestão do conhecimento: o grande desafio empresarial*. São Paulo: Negócio Editora, 2000.

VERSIGNASSI, Alexandre. O fim do livro de papel. *Super Interessante*, São Paulo, n. 276, mar. 2010. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/tecnologia/fim-livro-papel-543161.shtml>>. Acesso em: 04 fev. 2014.

VIDAL, Diana Gonçalves. Fim do mundo do fim: avaliação, preservação e descarte documental. In: MENDES FILHO, Luciano Faria. *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. São Paulo: Autores Associados, 2000. p. 31-44.

VILAVERDE, Carolina. Editora lança livro impresso com tinta que desaparece após dois meses. *Super Interessante*, 26 jun. 2012. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/blogs/superblog/editora-lanca-livro-impresso-com-tinta-que-desaparece-apos-dois-meses/>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. *Revista Margens Virtual*, Pará, ano 1, n. 1, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/nupe/artigo1.htm>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

ZAHAR, Cristina. Entrevista com o Especialista em História da Leitura Roger Chartier “Os Livros resistirão como Tecnologias Digitais”. *Nova Escola*, São Paulo, agosto de 2007, Ed. 204. p. 22 – 26.

ZILBERMAN, Regina. *Fim do livro, fim dos leitores?* São Paulo, Ed. SENAC, 2001.